

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO

ELAINE NUNES SILVA FERNANDES

**A CONCEPÇÃO DE SOCIALISMO DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA – MST.**

MACEIÓ/AL
2008

ELAINE NUNES SILVA FERNANDES

**A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores
Rurais Sem Terra - MST**

Orientador: Prof. Dr. Ivo Tonet

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, área de concentração em Trabalho, Política e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas.

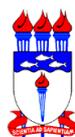
MACEIÓ/AL
2008

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

F363c	<p>Fernandes, Elaine Nunes Silva. A concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais em Terra – MST. – Maceió, 2008. 170 f.</p> <p>Orientador: Ivo Tonet. Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2008.</p> <p>Bibliografia: f. 163-170.</p> <p>1. Reforma agrária. 2. Socialismo. 3. Trabalhadores rurais. 4. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.</p>
-------	---

CDU:332.021.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

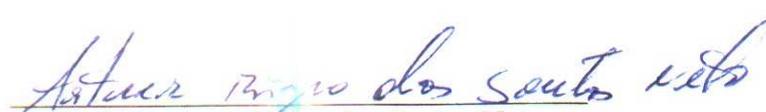
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - MESTRADO

Membros da Comissão Julgadora de Defesa de Dissertação da Mestranda Elaine Nunes Silva Fernandes, intitulada “*A concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST*”, apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 17 de dezembro de 2008, às nove horas e trinta minutos na sala 1 da Faculdade de Serviço Social.

Comissão Julgadora



Prof. Dr. Ivo Tonet.
Orientador- FSSO/UFAL



Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto
ICS/UFAL



Prof.ª Dr.ª Edlene Pimentel dos Santos
FSSO/UFAL

“O Socialismo não será e não pode ser inaugurado por decreto; não pode ser estabelecido por qualquer governo, ainda que admiravelmente socialista. O socialismo deve ser criado pelas massas, deve ser realizado por todo proletariado. Onde as cadeias do capitalismo são forjadas, aí devem ser rompidas. Somente isto é socialismo, e só assim ele pode surgir. As massas devem aprender a usar o poder usando o poder. Não há outro modo”.

Rosa Luxemburgo

*Dedico este trabalho aos
trabalhadores e trabalhadoras rurais
sem terra que sonham em construir
uma sociedade de homens livres.*

In Memoriam:

Aos meus avós Antônio e Angelina, principais incentivadores para que eu trilhasse o caminho acadêmico e não desistisse diante das dificuldades. Minha eterna saudade!

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais Jurandir e Leonília pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao meu orientador, professor Dr.º Ivo Tonet pela paciência, seriedade e rigor com que conduziu a orientação deste trabalho.

Às minhas tão queridas amigas, Cássia, Franqueline e Mauricéia, por fazerem parte de minha história pessoal e acadêmica.

Sou grata ao professor Nascimento por me despertar para a pesquisa e por ter sido além de mestre, companheiro e amigo.

Agradeço aos integrantes do MST em Alagoas que sempre se mostraram receptivos nas minhas constantes visitas em busca de material para a pesquisa, especialmente José Roberto pelo apoio constante.

Aos professores da pós-graduação em Serviço Social e à Quitéria e Jilyane Rouse pela torcida sincera.

Meu agradecimento especial às professoras que fizeram parte da banca de qualificação: Edlene Pimentel e Belmira Magalhães pelas valiosas contribuições.

Por fim, minha declaração de amor e gratidão ao meu esposo Emanuel pelos dias felizes que me proporciona ao seu lado.

Resumo

FERNANDES, Elaine Nunes da Silva. **A Concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas /Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2008.

O presente estudo teve como objetivo analisar a concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra –MST. Para tanto, partimos do pressuposto que o método dialético é hoje o mais adequado para desvendar a realidade social uma vez que a compreende como totalidade articulada em processo. Com o intuito de atingir nosso objetivo, buscamos compreender num primeiro momento a origem da concentração fundiária no Brasil e os motivos que inviabilizaram a realização da reforma agrária em nosso país. Neste momento, procuramos mostrar que assim como as ligas camponesas o MST é fruto de um processo de lutas e protestos dos trabalhadores rurais contra a realidade agrária brasileira. Na segunda parte de nosso trabalho, intentamos perceber os motivos teóricos que impediram a construção do socialismo. Nesta etapa do trabalho, nos detivemos à experiência russa por entender ser ela a principal fonte de inspiração do MST quando se refere à sociedade socialista. Com o objetivo de analisar se há de fato consonância entre o pensamento de Marx e o MST, fizemos ainda neste capítulo uma breve explanação dos fundamentos teóricos marxianos sobre o socialismo. Por fim, no terceiro e último capítulo desse trabalho, analisamos os textos do MST com o objetivo de perceber o conceito de socialismo do Movimento. A pesquisa nos revelou entre outros aspectos que o conceito de socialismo do Movimento, está, tal como a maior parte da esquerda hoje, incorrendo no erro de atribuir ao Estado a condução do processo revolucionário em detrimento do trabalho. O Movimento entende que a construção do socialismo será guiada pelo poder estatal sob o comando dos trabalhadores. Entretanto o processo revolucionário poderá, segundo o MST, ser desencadeado nesta ordem social através da mudança subjetiva dos indivíduos. Nossa principal conclusão é de que de acordo com a teoria marxiana esta afirmação incide num grande equívoco por parte do MST na medida em que atribui ao Estado e aos indivíduos a construção de uma nova ordem societária que só pode ser obtida por meio da implantação definitiva do trabalho associado pelos trabalhadores.

Palavras-Chave: Reforma Agrária, Socialismo, MST.

Abstract

FERNANDES, Elaine Nunes da Silva. The conception of socialism of the landless farm workers Movement – MST. 2008. Unpublished master's thesis (**Master in Social Service**) – **Federal University of Alagoas/Social Service Faculty, Maceió, 2008.**

The present study aimed to realize which Landless Farm Workers Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST*) conception about socialism. Thus, through the purpose that the dialectical method nowadays is the unique capable to unmask the social reality once these one understand this scenario as an articulated totality in a processual way. Aiming at to reach our objective we search to understand at a first moment the origin of the agrarian concentration in Brazil and the reasons that had made impracticable the accomplishment of the agrarian reform in our country. At this moment, we intent to show that as well as the peasant leagues the MST is a result of the agricultural workers fights and protests process against the Brazilian agrarian reality. In the second part of our work, we intend to perceive the theoretical reasons that had hindered the construction of the socialism. In this stage of the research, we dwelled on the Russian experience. In our understanding, this one is the main source of MST inspiration when they refer to socialist society. Objectifying to analyze if it has a real consonance between the Marx and MST thought, in this chapter we still made a brief explanation of the Marxists theoretical fundamentals about socialism. Finally, in the third and last chapter of this study, we analyze the texts of the MST, aiming at perceive the Movement concept of socialism. Among others aspects the research revealed that the Movement concept of socialism is, as most of the Left today, incurring in to error of attribute to State the conduction of the revolutionary process in detriment of work. The Movement understands that the socialism construction will be guided by the state power under command of the workers. However, the revolutionary process will be able to still happen in this social order through individuals' subjective change. Our main conclusion due to the fact that in according to the Marxist theory these statement incur in a great mistake from the MST, once they attributes to State and individuals the construction of a new societal order that just can be reached by the definitive implantation of the work associated by workers.

Key-Words: Agrarian Reform, Socialism, MST.

SUMÁRIO

RESUMO _____	
ABSTRACT _____	
INTRODUÇÃO _____	11
1 – A RELAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL COM A QUESTÃO AGRÁRIA _____	15
1.1 – <i>Três vias de Identificação para o surgimento do capitalismo</i> _____	16
1.2 – <i>Formação social, política e econômica do Brasil</i> _____	20
1.3 – <i>A formação agrária brasileira</i> _____	30
1.4 – <i>O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra</i> _____	45
2 – O SOCIALISMO EM MARX E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST _____	58
2.1 – <i>Os descaminhos ideológicos da esquerda</i> _____	60
2.2 – <i>O leninismo e o MST</i> _____	70
2.3 – <i>Marx e o socialismo</i> _____	97
3 - A SOCIEDADE SOCIALISTA PARA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST _____	114
3.1 - <i>A proposta de reforma agrária do MST e o Socialismo</i> _____	115
3.2 - <i>A sociedade socialista para o MST</i> _____	125
3.3 - <i>O socialismo em construção</i> _____	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	163

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere na linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade do Mestrado em Serviço Social da UFAL e tem como objetivo analisar a concepção de socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Nosso primeiro contato com o MST se deu por ocasião de uma pesquisa desenvolvida em 2002, enquanto estudante de graduação, intitulada: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Reconstrução da Democracia e do Socialismo: Estudo de Caso do Assentamento Massangano”.¹

Esta experiência² nos fez perceber que o Movimento³ alimentava, entre aqueles que compunham a sua base, o desejo de lutar por uma conquista maior que a posse da terra. Assim, a construção da sociedade socialista se apresentava como o objetivo maior a ser perseguido por todos aqueles que se juntavam ao MST. Entretanto, o sentido dado a esta sociedade não estava claramente definido para todos que decidiam participar da luta empreendida por este Movimento, desde assentados e acampados até lideranças locais e estaduais.

A partir dessas constatações e do aprofundamento teórico proporcionado pelas aulas do curso de mestrado elaboramos alguns questionamentos que passaram a ser foco de nossa pesquisa.

De qual sociedade o MST fala quando se refere ao Socialismo? Quais as bases teóricas e filosóficas que norteiam o Movimento na busca por esta sociedade?

Os primeiros contatos que tivemos com o MST nos deixaram claro que os objetivos pretendidos por ele ultrapassavam a reivindicação por reforma agrária. Mas, de que maneira esta reivindicação do MST se aproximava da sociedade socialista apregoada por Marx?

Nossas pesquisas iniciais nos levaram a perceber que havia uma certa identificação do MST com os pressupostos leninistas, mas não estava claro para nós naquele momento se essa

¹ Este estudo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) e coordenado pelo professor Drº José Nascimento de França. Contou com a participação de três jovens pesquisadoras de iniciação científica além da autora deste trabalho: Mauricéia Pereira Arruda, Cássia de Castro Bezerra e Franqueline Terto dos Santos.

² Uma das grandes dificuldades enfrentadas hoje pelo Movimento é a perda do objetivo revolucionário por parte de seus militantes após a conquista da terra, fato identificado por Loureiro (2008) e constatado por nós durante o período da pesquisa de graduação.

³ Em toda a dissertação estaremos utilizando a palavra Movimento com inicial maiúscula para nos referir ao MST.

aproximação do MST com a teoria de Lênin influenciava de alguma forma a concepção que o Movimento tinha sobre o socialismo.

A questão da terra nos pareceu no momento inicial da pesquisa, um grande complicador para entender o pensamento do MST. Como lutar pelo socialismo se a defesa pela reforma agrária implica necessariamente na defesa pela propriedade privada? E nesta direção, qual a importância da cooperação para o MST? Constatamos durante a pesquisa de graduação, que ela (cooperação) é claramente incentivada nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária, sendo sempre associada à sociedade socialista, mas não estava claro para nós, se existia de fato uma relação entre o cooperativismo que o MST estimulava e o socialismo que este ele afirmava pretender alcançar.

Além disso, uma outra questão nos inquietava: como o Movimento pretendia tornar real esta sociedade se as condições que cercavam aquelas comunidades era de extrema carência material? Seria um sistema social apenas local ou esta revolução de fato pretendia atingir outros lugares além das comunidades rurais?

Apesar de todos esses questionamentos levantados, nosso contato com assentados e acampados nos fez perceber que o socialismo é uma expressão constantemente citada no dia a dia daqueles indivíduos, sem que se atribua um sentido teórico a essa expressão.

Essa discussão sobre o sentido dado ao socialismo adquire, nos dias atuais uma importância singular, visto que conforme veremos no texto, após a derrocada da revolução russa o socialismo passou a representar sinônimo de autoritarismo e ausência de liberdade⁴. Em razão disso, apregoa-se que o socialismo⁵ para existir, tem que ser alcançado no seio de uma revolução democrática tendo o Estado como principal condutor.

No caso do MST, especificamente, o fato de ser hoje um Movimento com destaque nacional e internacional⁶, considerado por alguns autores como força contestatória de maior expressão no Brasil, faz-lo adquirir uma visibilidade revolucionária impossível de passar despercebida não só por aqueles que militam em partidos políticos e demais segmentos da esquerda brasileira, mas à sociedade civil como um todo que acompanha atenta suas manifestações e atos públicos.

Para responder, então, às indagações suscitadas, propomo-nos a estudar “A concepção de Socialismo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, tendo como principal

⁴ Referimo-nos referimos ao sentido de liberdade entendida pelo senso comum como sinônimo de livre iniciativa, ou de respeito ao Estado de direito onde todos os indivíduos seriam “iguais” perante a lei.

⁵ Aqui, utiliza-se a expressão socialismo democrático para indicar a diferença existente entre este que a esquerda almeja construir com aquele que foi empreendido durante a revolução russa.

⁶ O Movimento atualmente tem representação internacional através da via campesina. Nos referimos à ela no terceiro capítulo desta dissertação.

material de estudo, os textos direcionados à formação política de militantes e assentados e, como perspectiva norteadora do processo investigativo o materialismo dialético.

A opção por essa perspectiva teórica justifica-se por acreditarmos que o método dialético desenvolvido por Marx é o que hoje melhor explica a realidade social, uma vez que a compreende como uma totalidade articulada em processo, em que subjetividade e objetividade são dois momentos de igual estatura ontológica, distinguindo-se porém, no processo de autoconstrução humana pela regência desta última.

Em sendo assim, por tratar-se de um movimento social cuja reivindicação primeira é o acesso a terra por meio da Reforma Agrária, entendemos que não faz sentido iniciar nossos estudos sem buscar compreender os condicionamentos que provocaram, desde a colonização, a concentração desse importante meio de produção nas mãos de um grupo restrito de pessoas.

Desta forma, sem nos estender muito nesta questão, procuraremos mostrar no primeiro capítulo que a formação social, política e econômica do Brasil se constituiu, desde o período colonial, num círculo de revoluções “pelo alto” que garantiu à classe dominante formada basicamente por grandes aristocratas, concentrar em suas mãos o poder político e econômico do país. Essa condição permitiu ainda a esta classe social manter alijada dos acontecimentos políticos da nação a classe trabalhadora, constituída basicamente por uma mão-de-obra rural não suficientemente preparada para atender as exigências do sistema capitalista, que na época aqui deitava raízes por meio da industrialização⁷.

Toda essa discussão posta por um Movimento Social brasileiro que malgrado o momento atual se opõe ao capital, torna-se ainda mais complexa senão partimos de Marx para explicar a realidade social e assim buscar compreender as razões que inviabilizaram a instauração do socialismo e o conseqüente fim do capitalismo.

Em sendo assim, no segundo capítulo de nosso trabalho intentaremos perceber os equívocos teóricos cometidos pela esquerda que impediram a construção do socialismo. Nesta etapa do trabalho nos deteremos à experiência russa por entender ser ela a principal fonte de inspiração do MST quando se refere à sociedade socialista.

Faremos ainda neste capítulo uma breve explanação sobre os fundamentos da teoria social marxiana com o intuito de analisar se há de fato uma relação entre a obra do filósofo e o pensamento do MST sobre socialismo.

⁷ Esse período (1930) provocou além da adesão total do país aos interesses imperialistas, o surgimento de uma aristocracia industrial latifundiária, que por meio do monopólio estatal, inviabilizou a realização de reformas burguesas necessárias tal como ocorrera nos países de capitalismo avançado.

Nosso terceiro e último capítulo é dedicado à análise dos textos do MST com o objetivo de perceber no material analisado a concepção que o Movimento tem sobre o socialismo.

Nestes dois últimos capítulos nossa atenção estará voltada para a discussão de categorias centrais da teoria marxiana sobre o socialismo tais como: o Estado e a categoria trabalho.

Entendemos que o tema abordado nessa pesquisa está diretamente relacionado ao Serviço Social, já que a profissão congrega em seu código de ética a opção por um projeto profissional direcionado à construção de uma nova ordem social.

Há ainda que considerar a ligação histórica⁸ dessa categoria profissional com a classe trabalhadora no sentido de garantir o acesso a direitos sociais materializados através de políticas públicas, no caso em tela, políticas no âmbito rural que possibilitem aos sujeitos sociais minimizar carências materiais, imediatas ou não.

Além da atuação profissional por meio de instituições públicas, conforme frisamos acima, o assistente social, que trabalha junto aos movimentos sociais, realiza⁹ uma intervenção de cunho sócio-educativo junto aos trabalhadores rurais que estão vinculados aos movimentos sociais.

Essa relação com os movimentos sociais rurais ocorre, principalmente, com o MST por ser ele hoje o maior interlocutor desses trabalhadores junto ao Estado no que diz respeito à questão agrária.

Nesta direção entendemos que a compreensão do conceito de socialismo do MST fornecerá à profissão de Serviço Social importantes subsídios teóricos para atuar junto aos usuários que militam no Movimento.

Além disso, esperamos que a pesquisa ora desenvolvida possa fomentar entre a categoria, a discussão sobre o sentido dado ao projeto societário que o Serviço Social claramente defende em seu código de Ética profissional.

⁸ Apesar da relação histórica entre o Serviço Social e a questão agrária é patente o distanciamento da categoria profissional com o tema conforme afirmamos no artigo intitulado, “A questão agrária e o serviço social”, publicado no primeiro Encontro Internacional Trabalho e Perspectiva de Formação dos Trabalhadores em setembro de 2006.

⁹ Em razão do que mencionamos, é pequeno o número de profissionais que atuam junto aos movimentos sociais. Aqueles que se vinculam à luta política destas organizações tendem a ter dificuldades em separar sua ação profissional das tarefas militantes.

1. A RELAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL COM A QUESTÃO AGRÁRIA.

Constitui um imenso desafio discorrer em espaço tão curto sobre a formação econômica, social e política de nosso país. Por não ser esse o foco de nosso trabalho, determos-nos a fazer uma breve análise sobre a história do Brasil para entender a condição histórica de subordinação do país aos países imperialistas e como o capitalismo pôde, ao mesmo tempo, plantar suas raízes na economia brasileira privilegiando a manutenção da grande propriedade rural.

Convém lembrar aqui, antes de iniciarmos propriamente o texto, que nosso objeto de investigação não é a questão agrária em si, mas a concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre o socialismo. Desta forma, faz-se necessário situar esta problemática para que tenhamos melhor condição de apreender nosso objeto em sua totalidade.

Existem, atualmente, muitas interpretações a respeito da história econômica social e política do Brasil. Mesmo entre os autores marxistas há divergências sobre os motivos que fizeram do Brasil um país com elevados índices de pobreza, marginalidade, violência, com elevada dívida externa e ainda subordinado aos interesses do capital financeiro mundial.

Sem dúvida, estes autores, entre os quais poderíamos citar: Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães, Jacob Gorender, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes entre outros, concordam ao menos que esta sujeição atual do Brasil está ligada à constituição econômica, política e social de nosso país, desde os primórdios da colonização, quando ainda éramos uma colônia dependente de Portugal.

Entretanto, ponderamos que para uma melhor compreensão desta temática, os pontos teóricos divergentes¹⁰ desses autores devem ser considerados. Sobretudo o caminho percorrido por eles para chegar às conclusões apresentadas.

Em linhas gerais, três foram as principais explicações sobre a formação política e econômica de nosso país. Aquela defendida principalmente por Alberto Passos Guimarães em que no período colonial havia feudalismo. Uma outra tese defendida por Jacob Gorender afirmava que nesse período o modo de produção predominante no Brasil era o escravista.

¹⁰ Entendemos que a exposição dos principais pontos discordantes entre os autores auxilia na compreensão do que para nós seria a interpretação mais coerente sobre a formação social política e econômica do Brasil.

Por fim, ganhou maior força entre a intelectualidade brasileira, a tese defendida por Caio Prado Jr. de que no Brasil o que se implantou foi o capitalismo tardio. Segundo este autor, as interpretações anteriormente dadas para o tema em questão partiam de modelos preconcebidos em realidades distintas do país. Lembremos que neste período, década de 60, a esquerda em todo mundo estava sintonizada com as teorias da II Internacional que concebia o marxismo de maneira equivocada e dogmática. Caio Prado vai propor então uma explicação diferente para o atraso econômico não apenas do Brasil como os demais países da América Latina. Orientado pela teoria marxiana, o autor vai afirmar que:

[...] Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíam as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo. São essas relações que, em sua primeira fase do capitalismo comercial, presidiram à instalação e a estruturação econômica e social das colônias, depois nações latino-americanas. É assim, dentro de um mesmo sistema que evoluiu e se transformou do primitivo e originário capitalismo comercial, e aí, por força das mesmas circunstâncias (embora atuando diferentemente no centro e na periferia), que se constituíram de um lado as grandes potências econômicas dominantes no sistema imperialista e de outro os países dependentes da América Latina. (1978,p.68)

É sobre esta linha de pensamento e tomando como eixo norteador a teoria marxiana que desenvolveremos nosso trabalho.

1.1 Três Vias de Identificação para o Surgimento do Capitalismo

A formação social brasileira assume, no nosso entendimento, um caráter de particularidade histórica. Desta forma, não pode estar desvinculada da universalidade do modo de produção capitalista.

Seguindo este raciocínio, convém ressaltar que existem três vias de explicação¹¹ na tradição marxista para o surgimento do capitalismo no mundo: clássica, prussiana e colonial. É precisamente nesta última, como veremos mais adiante, que se encaixa o Brasil e demais países da América Latina.

Inglaterra e França são considerados pela maioria dos estudiosos, como os países que melhor representam a via clássica, pois materializam em suas realidades as condições econômicas, sociais e políticas para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo. Embora ambos apresentem particularidades próprias, nesses países houve um enfrentamento

¹¹Ressaltamos que esta classificação refere-se ao processo de consolidação do capitalismo proporcionado pelo advento e solidificação da indústria

da burguesia com a nobreza feudal que culminou com a conquista do poder político pela primeira. Em cada uma das situações não só o desenvolvimento das forças produtivas foi definitivo, mas também na mesma ordem o progresso político foi importante, conforme sublinha Marx: “Cada uma das etapas de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente” (1998, p.7).

Na Inglaterra, os antigos proprietários feudais a partir do século XVI transformaram suas propriedades em propriedades capitalistas, regiões que ficaram conhecidas como cercamentos ou *enclosures*, em que, de acordo com Falcon e Moura:

[...] Refletindo o avanço do *capitalismo* no campo e, portanto, a transformação da propriedade agrícola em *empresa* manejada segundo os critérios do lucro e dentro de princípios individualistas, o cercamento dos campos elimina as sobrevivências senhoris e feudais ligadas ao trabalho e ocupação da terra, promovendo a reorganização das parcelas, expropriando rendeiros, parceiros e outras categorias camponesas, apropriando-se o senhor das reservas e terras comuns, cercando-as a fim de reuní-las às suas próprias terras para fazê-las produzir mais e melhor. Liquida-se, assim, o sistema comunitário, suprimem-se os direitos coletivos sobre terras, pastos e florestas, provocando-se a saída de grande parte dos camponeses ou a sua conversão em simples assalariados (1993, p.17).

Conseqüentemente, os antigos proprietários feudais foram se aburguesando em decorrência da mudança na estrutura rural. Para resguardar e garantir os interesses da burguesia e da nobreza, um aparelho de Estado foi montado. A transição do feudalismo para o capitalismo deixou de lado as massas oprimidas, que foram convocadas a participar num primeiro momento e depois do pacto entre burgueses e nobreza, postas à margem do processo revolucionário. Conforme Rodrigues nos fala nessa passagem:

No caso francês, a mudança ocorreu um século depois. Diferentemente da Inglaterra, na França a participação das massas foi decisiva para que o processo revolucionário de fato acontecesse. Embora o país possuísse condições econômicas muito semelhantes às da Inglaterra, faltava-lhe um essencial aparato institucional, político e social, que só veio após a revolução burguesa. Aqui, a revolução adota um caráter radical, uma vez que é uma burguesia amadurecida ideologicamente em aliança com o campesinato, e as classes populares urbanas que realizam a revolução. (1980, p.72)

Tanto na Inglaterra como na França podemos destacar semelhanças em seus processos revolucionários. Em ambos surge o espaço histórico para a organização das massas populares, mesmo que esta tenha se dado com maior fervor na França. Em todas essas revoluções, tanto no caso clássico como no que descreveremos agora na particularidade prussiana, o liberalismo é a expressão teórica ideológica que norteará a abertura do novo modo de produção.

Denominada por Lênin de segunda época do capitalismo, a via prussiana contempla os países cujo desenvolvimento capitalista ocorre de forma tardia. O que marca especialmente esta forma particular de objetivação do capitalismo é a conciliação entre o velho e o novo que se apresenta, ou seja, não há nessas situações singulares uma destruição das velhas forças e relações sociais, tampouco uma maior participação popular, conforme identificamos com maior ou menor intensidade nos casos de via clássica. As mudanças estruturais são realizadas de cima para baixo através de reformas políticas, e as massas, alijadas do processo.

A Alemanha é, consensualmente, o país que melhor representa a via prussiana, entre outros motivos, porque a passagem do feudalismo para o capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas ou qualquer caráter revolucionário.

No desenvolvimento econômico e social da Alemanha temos um quadro em que a fazenda feudal se transforma lentamente em fazenda burguesa, denominada *junker*, que difere dos *encloussoures* na Inglaterra, conforme nos esclarece Chasin:

[...] o desenvolvimento burguês pode verificar-se tendo à frente as grandes fazendas latifundiárias, que paulatinamente se tornam cada vez mais burguesas, que paulatinamente substituem os métodos feudais de exploração por métodos burgueses, e pode verificar-se também tendo à frente as pequenas fazendas camponesas, que por via revolucionária extirpam do organismo social a excrescência dos latifúndios feudais e se desenvolvem depois livremente pelo caminho das granjas capitalistas. (1978,p.624).

Neste segundo caso, onde podemos identificar as fazendas inglesas já descritas anteriormente, conhecidas também por *cercamentos*, o camponês que permanece na terra passa a ser agente exclusivo da agricultura e evolui em sua condição até converter-se em granjeiro capitalista. O que ocorre aqui é que a população camponesa dentro das condições mercantis da época melhora consideravelmente sua condição financeira através do desenvolvimento das forças produtivas que este segmento promove no campo.

Já nas fazendas do tipo *junker*, do caso alemão, o desenvolvimento lento das forças produtivas e conseqüentemente do capitalismo implica a máxima subordinação do campesinato, condenando a décadas de exploração e sofrimento incomparavelmente maiores das grandes populações camponesas.

Marcada por uma burguesia ideologicamente fraca, na Alemanha a transição do feudalismo para o capitalismo dar-se-á de forma lenta, estabelecendo-se uma aliança entre a burguesia e o Estado. A este último foram delegadas tarefas políticas que a burguesia se negava a assumir. O Estado alemão, por sua vez, iria refletir todo o atraso econômico-industrial do capitalismo alemão configurado dentro de uma estrutura feudal arcaica.

Este atraso econômico, no entanto, não iria perdurar eternamente. O esperado desenvolvimento alemão surge já no século XIX, dentro de um capitalismo moderno, onde a conjuntura internacional favorecia o desenvolvimento da indústria alemã de forma surpreendente. Esse desenvolvimento aconteceu contando com a permanência das antigas formas de relações sociais e do afastamento das massas populares, conforme assinala Mazzeo:

No entanto, esse progresso econômico aconteceu, como já enfatizamos, sem uma revolução burguesa e de suas formas de gestão do Estado, assim como de sua hegemonia política. Na medida em que a revolução dá lugar ao “pacto” conciliatório, com o conseqüente afastamento das massas populares (na maioria das vezes, por violenta repressão), o aspecto de progresso restringe-se ao avanço das forças produtivas e subsume-se à sua forma política reacionária. (1989, p.111)

Constatamos nos casos clássico e prussiano que o liberalismo assume um caráter ambíguo, apresentando-se ora como revolucionário, ora como conservador. No primeiro momento, o liberalismo mostra-se revolucionário quando a burguesia precisa aniquilar de vez com os vestígios da era feudal ainda existentes que dificultavam a ascensão definitiva da burguesia; já no segundo momento funciona como moderador do processo revolucionário e assume uma postura conservadora, fazendo reformas de cima para baixo, atendendo primeiramente aos interesses da antiga nobreza e posteriormente do povo.

Feitas essas pontuações acerca das particularidades das vias clássica e prussiana, determos-emos agora no caso colonial, em que se insere a realidade brasileira. Destarte, constatamos que a Alemanha e o Brasil apresentam determinações gerais¹² nos processos que levaram os dois países a se constituírem como capitalistas. Conforme acentua Chasin:

Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva: de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influíram fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo” do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar uma fórmula muito feliz, nesta sumariíssima indicação do problema, que o novo paga alto tributo ao velho (1978, p.627).

¹² Esclarecemos que Alemanha e Brasil apresentam características gerais apenas no que concerne a industrialização e desenvolvimento capitalista dos dois países. As experiências que ambos terão ao longo do século XX já mostram aspectos completamente distintos entre as duas realidades.

Embora a grande propriedade rural seja presença decisiva nos dois casos, ela se origina em cada uma das entidades sociais consideradas de forma diferente. Isto é, se na Alemanha o domínio rural tem sua base na propriedade feudal, parte do cenário europeu, no Brasil a propriedade rural tem suas origens no universo da economia mercantil pela empresa colonial.

Também no que diz respeito às forças produtivas, os dois países apresentam características singulares. Na Alemanha, o processo de industrialização, que teve início de forma morosa, recebeu grande impulso por volta de 1860, favorecido, conforme já dissemos, pela conjuntura internacional e pela intervenção do Estado.

Já no Brasil, o processo de industrialização ocorre não só, como disse Chasin¹³, tardiamente, mas hipertardiamente em relação à realidade alemã, visto que o processo de industrialização brasileira acontece num momento já avançado das guerras imperialistas e é prejudicado pela condição histórica do país, de subordinação aos grandes pólos industriais da economia internacional, conforme veremos mais detalhadamente no decorrer do texto.

Sendo assim, segundo o raciocínio de Chasin, podemos, diante das pontuações levantadas sobre a particularidade dos dois países, Alemanha e Brasil, constatar que temos duas formas não clássicas de capitalismo: a prussiana e outra que engloba os países de extração colonial¹⁴. A estas últimas formações capitalistas, Chasin designou de via ou caminho colonial. É a partir deste conceito que desenvolveremos nosso trabalho, considerando a formação econômica brasileira como uma via colonial do processo de entificação do capitalismo.

1.2 A formação social, política e econômica do Brasil

Conforme podemos expor no item anterior, a formação social política e econômica do Brasil é parte integrante de um sistema colonial que se articula no todo modo de produção capitalista.

Chamamos atenção para esta questão porque compreendemos que boa parte das equivocadas interpretações sobre a formação social de nosso país à luz do materialismo histórico-dialético acontece devido ao entendimento equivocado das principais categorias que

¹³ Na obra de Plínio Salgado: “O integralismo” de 1978. Maiores informações sobre a obra consultar referências o final do trabalho

¹⁴ Aqui incluímos não só o Brasil como os demais países da América Latina

constituem os instrumentos de análise deste método, tais como, totalidade, universalidade e particularidade.¹⁵

Compreendemos que o que ocorre, geralmente, é um entendimento do fenômeno como totalidade, ou seja, a formação social brasileira é vista como uma formação social específica, assim como a de outros países originalmente coloniais como México, Bolívia, Paraguai, os quais apresentam modos de produção diferentes dos demais países onde o capitalismo se consagra, principalmente, na Inglaterra e na França.

Convém lembrar aqui que a colonização da América está no bojo e consolidação do capitalismo nos quais as colônias desempenham papel importante na acumulação e concentração de capitais.

Neste sentido, o sistema colonial segundo Mazzeo.

[...] classicamente definido como uma articulação de relações complexas entre metrópole e as colônias num período que vai aproximadamente do século XVI até meados do século XVIII, é parte integrante do que chamamos de primeira fase do capitalismo. Com isso, queremos dizer: a necessidade de produção de mercadorias, para um mercado que se alargava enormemente, é o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas pela própria expansão comercial, destinando-as à produção em grande escala. Desse modo, é a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias valiosas que darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, cabendo à ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração de capitais a partir das múltiplas atividades que o capital cria, no chamado processo de auto-reposição do nascente modo de produção capitalista. (1995,p.8)

Em sua fase de expansão e conquistas, o capitalismo não encontrou prontas as condições objetivas para sua instauração. As formas de produção dos países onde o sistema primeiro deitou raízes estavam intimamente ligadas ao modo de produção feudal, embora este já estivesse em dissolução. Foi preciso se apropriar desse aparato econômico para que o sistema se estabelecesse e fosse gradativamente imprimido a essas velhas formas de produção o conteúdo capitalista necessário.

Já nos países de via colonial, conforme acentuamos anteriormente, o sistema capitalista se implanta de forma tardia não existindo nesses países relações feudais de produção. No continente latino americano, recupera-se o sistema *plantation*, originário da Alemanha e o trabalho escravo que impedirá durante muito tempo o surgimento do trabalho assalariado.

¹⁵ Embora reconheçamos a relevância de cada uma delas, não é nosso interesse aqui discuti-las neste momento, tendo em vista a especificidade de nosso objeto de estudo.

É importante nos determos um pouco nessa questão porque ela dá margem para equivocadas interpretações sobre a história da formação social, política e econômica de nosso continente. Recuperando Marx, Mazzeo esclarece:

[...] nas *plantations*, onde a especulação comercial está presente desde o início e a produção se destina ao mercado mundial, existe um modo de produção capitalista, ainda que só no sentido formal [quer dizer, no sentido da subsunção formal], já que a escravidão dos negros impede a o trabalho assalariado livre que é a base da produção capitalista. Mas o negócio do tráfico de escravos é dirigido por capitalistas, o método que introduzem não nasceu da escravidão, mas está enxertado nela. Neste caso, capitalistas e proprietários de terras são a mesma pessoa e a existência de terras em grande quantidade que se apresenta perante o capital e o trabalho não oferece resistência alguma às inversões de capitais e, portanto, nenhuma resistência à competição entre eles; tampouco se desenvolve aqui uma classe de arrendatários, como coisa distinta dos proprietários de terras. Enquanto persistem essas condições nada se interpõe nos caminhos dos preços dos custos reguladores do valor do mercado (1995, p.11)

O que se percebe nesta citação de Marx é que o escravismo e o latifúndio foram, em grande medida, importantes para o desenvolvimento e conseqüente maturação do sistema, não só nos países latinos como também para os países considerados imperialistas¹⁶. Entretanto conforme está explicitado, não se constituem em um modo de produção específico distinto do capitalismo.

Essa influência da produção escravista no Brasil e conseqüentemente do latifúndio, presente desde a colonização brasileira (1530) através das capitânicas hereditárias¹⁷, fornecerão as condições necessárias para que a ideologia da sociedade que se formava ganhasse um caráter conservador. Segundo Mazzeo,

A sociedade brasileira terá, como marca registrada, um conservadorismo extremado, quer a nível da mentalidade, quer a nível da prática político-econômica de sua burguesia. Essa tendência conservadora, em muitos momentos reacionária, da burguesia agrária industrial brasileira liga-se, como já nos referimos, à sua própria estrutura de produção escravista: rudimentar, autocrática e, de certo modo, estagnante. Geneticamente débil e, em última instância, subordinada aos desígnios da metrópole, a burguesia brasileira esteve sempre predisposta às composições e aos acordos com os burgueses do reino, desde que não alterassem o fundamento de seu poder: latifúndio e o trabalho escravo (1995, p.13-14)

¹⁶ Esses países, a exemplo dos considerados clássicos (Inglaterra e França) embora não tenham comportado o trabalho escravo e o latifúndio em suas realidades, se beneficiaram do desenvolvimento econômico que a permanência dessas estruturas trouxe para a economia dos países colônias, conforme veremos no decorrer desse capítulo.

¹⁷ Consistiam no direito dado a um pequeno grupo de pessoas para exploração e uso da terra, sob a condição de serem pagos à coroa portuguesa impostos e tributos.

Esse aspecto da sociedade brasileira e em especial da aristocracia burguesa está presente em diversos momentos da história de nosso país.

Em meados do século XVIII, quando a economia portuguesa encontrava-se em crise e a produção da colônia constituía-se na principal fonte de riqueza do reino, a burguesia brasileira viu uma interessante possibilidade de libertar-se do jugo comercial de Portugal.

Lembremos que no século anterior, a descoberta do ouro provocou o desenvolvimento das cidades e o surgimento de uma promissora classe média, oriunda de várias nacionalidades¹⁸. Essa classe média que viria mais tarde a compor a burguesia do ouro, conforme denomina Mazzeo, não obteve o lugar de destaque conquistado pela autocracia agrária.

Os grandes proprietários de terras sentiam-se prejudicados pela elevada soma destinada a Portugal, embora fosse significativa também a riqueza que permanecia no mercado interno ainda incipiente.

A vinda da família real para o Brasil em 1808, colocou em cena a possibilidade de livrar-se das amarras de Portugal conforme nosso autor esclarece nessa passagem:

A postura contra o “exclusivismo colonial”, que amordaçava as possibilidades de maiores lucros, por parte da burguesia brasileira, é reforçada a partir de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. No período em que o Brasil torna-se a sede do Império português e que é elevado a categoria de Reino Unido junto à Portugal e Algarves, consolida-se o desenvolvimento brasileiro, agora sem os entraves metropolitanos. Revogam-se as proibições do comércio com outros países, permite-se a instalação de fábricas e manufaturas, que estavam proibidas pelo decreto de 1785, imposto por D. Maria I. A nível administrativo, o Brasil herda toda a burocracia do Estado absolutista português (1995, p.14)

É importante frisar que não havia críticas por parte da burguesia agrária brasileira em relação à estrutura mercantilista do reino. O que esta classe reivindicava era participar mais ativamente das decisões do Reino Unido. Tal solicitação se apoiava na condição promissora que se encontrava a economia da colônia em relação a Portugal.¹⁹ Em termos ideológicos e culturais também não existiam grandes obstáculos já que era grande a influência europeia na colonização brasileira²⁰.

¹⁸ Segundo Mazzeo [...]Os primeiros colonizadores portugueses que para cá vieram, além dos capitais(provindos de várias nacionalidades), trouxeram todo um arcabouço cultural existente na Europa. O Brasil transformou-se de certa forma, num prolongamento da vida europeia, sob o sol dos trópicos, acrescido de alguns traços culturais indígenas e africanos, mas que não alteravam substancialmente o aspecto europeu de sua cultura (idem,p.12)

¹⁹ Era conhecida a situação de crise vivida por Portugal agravada, sobretudo pela crise do sistema mercantilista.

²⁰ Ainda de acordo com o mesmo autor [...] A cultura europeia não representava um corpo estranho ao conjunto da sociedade colonial brasileira. Pelo contrário, a cultura europeia ia sendo assimilada não só pelos descendentes

Apesar desse aparente quadro favorável, existiam em Portugal setores da burguesia lusa que defendiam uma recolonização do território brasileiro. Na concepção desse segmento esta seria a saída da crise em que o Império estava mergulhado.

Essa defesa pela reconquista de terras brasileiras encontrava resistência na classe dominante da então colônia, na medida em que esta desejava a libertação das amarras que prendiam Brasil a Portugal. Entretanto, a mudança almejada por esta classe, majoritariamente representada pelo setor agrário, não era de cunho estrutural. Em outras palavras, desejava-se uma mudança que possibilitasse a permanência da riqueza em terras brasileiras atrelada a uma maior autonomia do poder local desde que isso não afetasse os interesses dessa classe.

O processo de independência passa a ser então uma articulação “pelo alto”²¹, conforme afirmara Mazzeo. Para compreender melhor essa questão e entendendo ser ela de extrema importância para a apreensão do problema agrário brasileiro, nos permitimos um rápido resgate das circunstâncias em que esse momento ocorreu.

Vários fatores convergiram para que a independência do Brasil assumisse o caráter de “arranjo político”²². Em nosso território, a penetração das idéias liberais alcançou apenas o aspecto econômico. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade aqui estavam restritos aos que possuíam terras, escravos e dinheiro conforme Mazzeo menciona nessa passagem:

[...] Diversa da liberdade pessoal que o universalismo burguês apregoava, a estrutura escravista criava, dentro das relações sociais e no aspecto ideológico, a manipulação que sustentava o controle e o alijamento social das massas populares. “Para as elites que tiveram a iniciativa e o controle do movimento, liberalismo significava apenas liquidação dos laços coloniais. Não pretendiam reformar a estrutura de produção nem a estrutura da sociedade. Por isso a escravidão seria mantida, assim como a economia de exportação. Por isso o movimento de independência seria menos antimonárquico do que anticolonial, menos nacionalista do que antimetropolitano. (1989, p.120)

A escravidão se constitui como o principal obstáculo para a disseminação dos ideais revolucionários do liberalismo. A sua permanência não só beneficiava materialmente os senhores de terras, como fornecia à burguesia urbana e rural o conforto do distanciamento das massas de qualquer manifestação contestatória da ordem. Além disso, há que considerar a

dos portugueses, mas também pelos negros africanos e pelos índios. Vimos, assim, que o problema cultural não se constitui, como em outros países, no fundamento do processo emancipador. A própria unidade territorial e cultural é determinada pela metrópole colonialista que dá ao Brasil aspectos de profunda identidade superestrutural com a sociedade portuguesa (idem, p.16)

²¹ Mazzeo utiliza esse termo para se referir as reformas que foram realizadas ao longo da história brasileira sem que as massas participassem de forma efetiva.

²² Expressão utilizada por Caio Prado Jr. Em seu livro “A revolução Brasileira” de 1979.

incapacidade da aristocracia burguesa de realizar as reformas estruturais necessárias caso o país quisesse romper definitivamente com Portugal.

A saída encontrada foi a realização de um pacto conciliatório que permitisse dar à nação maior autonomia comercial e produtiva em relação a Portugal, sem comprometer os interesses das classes dominantes. “[...] Optou-se por ‘mudar’ para manter o status quo; o que ali estava. A independência não alterou em nada a estrutura produtiva e, conseqüentemente, as relações de produção. Reproduziram-se as formas políticas metropolitanas [...]” (1995, p.19).

Para tanto, a forma de Estado concebida pela burguesia não poderia ser diferente daquela adotada por Portugal, pois embora a burguesia agrária brasileira conseguisse manter o controle ideológico das massas, era forte o descontentamento dos demais setores da sociedade brasileira, principalmente da ascendente classe média urbana que defendia o republicanismo como modelo de administração pública mais viável.

É importante situar também, que as revoluções burguesas ocorridas nos países de via clássica deram fôlego a essas reivindicações provocando ao mesmo tempo um forte receio na burguesia latifundiária brasileira de que um processo convulsionado se instalasse no Brasil, segundo Mazzeo nos apresenta nessa passagem:

[...] Os processos revolucionários haviam demonstrado o “perigo” da participação popular que, objetivamente, restringiu ou em muitos casos eliminou (como no caso da Revolução da Independência dos EUA, 1776-1783) os privilégios das burguesias das antigas colônias. A idéia da revolução, quando generalizada nas massas, poderia levar a acontecimentos como os do Haiti, em 1810, quando os brancos proprietários de terras foram massacrados pelos negros em rebelião. (1995, p.17)

Mazzeo nos alerta também para a ideologia do favor que se instaurou nesse período na sociedade brasileira lembrando que a adesão e o controle das massas não se dava apenas pela coerção ao escravo e aos setores menos abastados, mas também pela utilização de um recurso que viria mais tarde fazer parte da cultura brasileira. Conforme percebemos na citação abaixo:

[...] pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifúndio, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os dois primeiros a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e aos seus bens dependem materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura, o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se produz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também a outra, a dos que têm. [...]. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. (SCHWARZ, apud MAZZEO, 1989, p.122)

Esse quadro sinaliza para algumas das diferenças existentes na particularidade brasileira no que diz respeito à entificação do capitalismo e aos demais países de via clássica. O conteúdo ideológico desse momento do sistema materializado no liberalismo, aqui não teve a mesma ressonância verificada na França e Inglaterra. A condução da luta política que se travou com Portugal não teve outro sentido senão o de conceder à burguesia as rédeas do processo. Para tanto, almejava-se manter a estrutura escravista do país sem alterar as relações sociais existentes na época.

Essa prática do “arranjo político” esteve presente em diversas fases da história do Brasil. Fazendo uma alusão ao Bonapartismo alemão e comentando o golpe da maioria de 1840, Mazzeo comenta:

No Brasil, ao invés, o bonapartismo imperial mantém a estrutura escravista de produção: uma continuidade da economia colonial, caracterizando a não ruptura com o atraso econômico e social, assim como a debilidade estrutural de sua burguesia. A conciliação, desse modo, direciona-se à subordinação. Concilia-se com o arcaísmo, como um todo, tanto nas relações de produção como nas relações sociais; conciliasse com a nova metrópole, a Inglaterra. Em realidade, a modernização do aparelho de estado, em relação ao contexto mundial, é efetivada com o objetivo de manter os fundamentos coloniais de sua organização produtiva [...]. Daí ser o tipo de bonapartismo brasileiro um bonapartismo colonial, reflexo da própria debilidade intrínseca da estrutura de produção latifundiária e monocultora (1995, P.20)

Essa característica da debilidade econômica e social vai estar presente também no momento em que o país se industrializa. O café será responsável pela aceleração econômica do Brasil e consolidação do sistema. Isso ocorre basicamente porque a forte expansão do produto, sobretudo para o mercado externo, provoca a necessidade de modernização e infraestrutura viável para a sua produção e comercialização. Também a sociedade sentirá os efeitos que a cultura do café trará para o Brasil em vários aspectos: cultural, econômico e social.

Expliquemos melhor essa questão. Em 1830, a expansão cafeeira provocou uma demanda crescente por mão-de-obra escrava no Brasil. Essa, por sua vez, estava obstaculizada pelas restrições ao tráfico negreiro impostas pela Inglaterra, o que dificultava sensivelmente o acesso dos barões de café à mão-de-obra escrava. Recordemos que em 1845, a campanha em favor da abolição da escravidão era forte em todo mundo e essas idéias chegavam também ao Brasil.

Juntamente com a abolição, o desejo pela república era cada vez mais clamado pela classe média e percebido pelos barões de café como alternativa para manter o latifúndio agroexportador e a conseqüente dependência do país em relação à Inglaterra.

E assim, a república é proclamada em 15 de novembro de 1889, confirmando mais uma vez a estratégia da burguesia de não envolver os setores menos abastados na mudança política que ocorreria. Proclamou-se a república sob o discurso de que a vontade popular estava sendo feita, entretanto, o que se verificou foi a confirmação do apogeu da burguesia.

Junto ao regime republicano e à ditadura militar que se instaurou concomitantemente no país, constatou-se também um incremento da economia agrária que teve repercussões diretas na industrialização do Brasil.

Embora não fosse intencional, a burguesia agrária através da produção de café proporcionou todas as condições para que a indústria se fortalecesse e se firmasse no Brasil. Ressaltamos que o objetivo deste setor era tão somente proporcionar os meios necessários para a plantação e comercialização do produto. Entre as providências adotadas destacamos a substituição do braço escravo pelo trabalho assalariado, o que provocou um aumento do mercado interno e a viabilização estrutural da nação materializada pela criação de estradas de ferro e beneficiamento mecânico do café.

Chamamos atenção para o fato de que nesse período, início do século XX, a diversificação da economia era extremamente limitada no Brasil, o café reinava absoluto e a maior parte dos produtos consumidos internamente era exportada de outros países, o que acentuava sobremaneira a dependência do país em relação à economia dos países imperialistas.

Essa situação se agravava ainda mais pelo fato de ter sido a Inglaterra a principal financiadora da modernização porque havia passado o Brasil para o incremento da produção dos grãos. Esse período coincide com a nova fase do sistema capitalista denominada monopolista²³, em que a criação de grandes conglomerados industriais marcará a concentração da produção de riqueza nas mãos de grandes empresas mundiais.

Aos poucos, o que ficou conhecido no mundo como capitalismo monopolista, vai se instalando no Brasil através de sua forma imperial²⁴, monopolizando os principais setores da indústria para mais tarde exercer o domínio absoluto sobre a economia brasileira. É o que confirma Mazzeo nesta passagem:

²³ Segundo Netto “[...] o aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica. Em poucas décadas, esses gigantes monopólios (centrados na indústria pesada) extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo[...], (2006,p.177-178)

²⁴ Citando Lênin, Netto define o imperialismo “ O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes”(id.,ibid) (2006,p.180)

Nesse sentido, o imperialismo se direcionará aquelas atividades que antes estavam em mãos nacionais, de maneira mais intensa, como o setor bancário e o das estradas de ferro. O capital internacional já detinha, desde a segunda metade do século passado, áreas fundamentais para a produção, como os servos de melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica etc. Em alguns casos, o capital financeiro estará associado aos empreendimentos nacionais, como é o caso das ferrovias e de alguns bancos. (1995, p.29)

Em todas essas situações descritas desde o momento em que o Brasil se separa de Portugal, o que permitiu a burguesia conservar sua hegemonia realizando revoluções “pelo alto” foi a cooptação do aparelho estatal.

A classe dominante que antes da industrialização era representada basicamente pelo setor agrário se transformará em burguesia industrial. Isso acontece porque foi justamente a necessidade de modernizar a produção cafeeira que trouxe novos investimentos para o Brasil.

Mas a intervenção estatal em favor da burguesia não ocorreu apenas no setor econômico conforme Mazzeo observa:

O Estado que emergirá após 1930, mais intervencionista e centralizador, representará objetivamente, as necessidades do reordenamento geral do capitalismo. O Estado, desse modo, chama para si as tarefas que uma frágil burguesia não pode realizar por suas próprias pernas, isto é, edificar as bases para uma industrialização massiva que pudesse gerar também um proletariado moderno. Uma vez estruturado um aparelho de Estado direcionado para subvencionar o desenvolvimento das forças produtivas e, a nível político, garantir a repressão ao movimento operário e popular, representado pela legislação trabalhista autocrática e corporativista e pelo aparelho repressivo de uma polícia política violenta e brutal, teremos, ao longo das décadas de 30 e 40, um acelerado desenvolvimento modernizador.

Percebe-se que tal como ocorreu nos países de via colonial, a burguesia brasileira não será capaz de realizar as tarefas econômicas próprias da revolução burguesa. Mesmo nos países em que o capitalismo se instala tardiamente como a Alemanha, não só as mudanças econômicas foram sentidas como as transformações sociais e políticas foram realizadas, orientando aquelas nações para uma trajetória autônoma em que os seus interesses fossem observados.

Esta relação de dependência que se desenvolveu no país desde o período da colonização se refletiu também no Brasil com o advento da industrialização, por volta de década de trinta, quando a economia agroexportadora entra em declínio.

Este cenário apontava a diversificação da produção como única saída da crise econômica em que o país estava envolvido. Mais uma vez, a administração pública teve papel

fundamental por propiciar as condições adequadas para que aos poucos se fizesse brotar as sementes da urbanização industrial.

Entretanto, esta industrialização, diferentemente de países como Alemanha e Itália, ocorre de forma retardatária, afirmando-se definitivamente quando a industrialização já era hegemônica mundialmente e onde já aconteciam os primeiros conflitos entre capital e trabalho. A predominância da industrialização aqui ocorre somente em 1956, conforme Chasin observa:

É, pois, sob tais circunstâncias, profundamente retardatárias, configurantes do capitalismo hipertardio brasileiro, que se põe a industrialização, à época que nos ocupa, de tal forma que “A revolução de 1933 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbanoindustrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação industrial na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura...” (1978, p. 642)

Todas essas pontuações nos levam a perceber que no Brasil, assim como nos países de origem colonial, não houve manifestações ou tentativas, por mais incipientes que fossem, de se fazer valer a democracia tal como ocorrera nos países de via clássica, e em alguns de via prussiana, como Alemanha e Japão, que embora tenham ingressado tardiamente na industrialização e conseqüentemente no capitalismo mundial, realizaram uma verdadeira mudança democrática na sua forma particular de conduzir a economia e administrar politicamente o Estado. Diferentemente do capitalismo brasileiro, já que, de acordo com Rodrigues:

[...] o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático, contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (1980, p.76)

Podemos concluir então, diante do que foi mencionado, que em nosso país o que ocorreu foi um privilegiamento dos interesses burgueses de manutenção da propriedade latifundiária. Aqui, a luta de classes ocorreu de forma tímida se comparada às realidades dos países de via clássica.

Entretanto, se por um lado a estratégia utilizada pela burguesia de revoluções “pelo alto” proporcionou a manutenção de privilégios daqueles que detinham maior poder econômico, por outro lado evidenciou a incapacidade desta classe social de fazer as reformas

burguesas necessárias para que o país conquistasse sua verdadeira independência frente ao capital financeiro internacional.

Para realizar as transformações reclamadas pelo desenvolvimento da economia mundial, a classe dominante²⁵ operou as mudanças necessárias através de conciliações e concessões mútuas, sem contar com a presença do povo, que era estrategicamente mantido longe de tais processos.

A classe trabalhadora, por sua vez, não teve oportunidade de se afirmar enquanto classe, visto que, por não ter participado dos processos revolucionários, esteve alheia ao que de fato se passava nos bastidores da política brasileira naquele período.

Passaremos agora a buscar compreender qual a relação da formação econômica e política de nosso país com a questão agrária.

1.3 A formação agrária brasileira

Foi necessário que percorrêssemos este caminho, no qual apontamos elementos sobre a formação social, política e econômica de nosso país, para mostrarmos como a problemática agrária brasileira tem suas raízes no período do Brasil colônia e como a manutenção da concentração fundiária no país atende aos interesses do grande capital internacional.

Porém, vale ressaltar, conforme frisamos em páginas anteriores, que partimos de um pressuposto teórico que diverge daquele que foi durante muito tempo entre os pesquisadores da área, aceito como hegemônico e definitivo²⁶. Compreendemos que essa interpretação sobre a história de constituição social, política e econômica de nosso país trouxe sérios prejuízos para a luta política da esquerda, visto que inviabilizou a criação de estratégias realmente eficazes no confronto com o capital. Segundo Caio Prado Jr.

[...] partindo de conceitos rígidos e dogmaticamente estabelecidos, isto é, decalcado nos textos clássicos e adotados *a priori* sem maior crítica e confronto com a nossa realidade, a fim de nesses conceitos petrificados e hieráticos ajustar os fatos observados. Assim se procedeu, ao invés de partir desses fatos. E sobre sua realidade maneira como efetivamente se apresentam, elaborar e construir a concentração

²⁵ A classe dominante representada num primeiro momento pela burguesia agrária, a partir de 30 se transformará paulatinamente em burguesia industrial segundo nos aponta Mazzeo: [...] Concretamente, a burguesia agrária nacional irá gradativamente, transformando-se (obviamente, nas regiões mais desenvolvidas do país) em burguesia industrial. Esse fenômeno ocorre justamente porque a própria produção agroexportadora não pode desenvolver-se sem passar por um processo modernizador [...] (1995,p.33)

²⁶ Referimo-nos à tese presente desde 1930 entre a intelectualidade brasileira, de que no Brasil teria existido o feudalismo. Sobre este assunto concordamos com Caio Prado Jr “O fato, contudo, é que o Brasil “Ora, um tal sistema feudal, semi-feudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós, e por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado(1978,p.39).

teórica deles e sua interpretação[...]. Essa política se orientou em muitos casos, e alguns de fundamental importância e significação, no meio de verdadeiras ficções que, inspiradas em concepções inteiramente inaplicáveis à realidade de nosso país, deram de um lado (como entre outros casos, em especial na questão agrária) em verdadeiro freio oposto às forças e aos impulsos revolucionários que a falsidade da teoria tornou impossível despertar e conduzir adequadamente, e por isso se dispersaram e em boa parte se perderam. E deram de outro lado num hiato profundo entre a teoria e a prática, que ficou assim freqüentemente relegada ao empirismo das improvisações (1978, p.36).

Vale relembrar que até bem recentemente (1960) o Brasil era um país eminentemente agrário, pois sua população estava localizada no meio rural. A concentração de terras marca presença no Brasil desde a colonização, é, portanto, uma das características que caracteriza a formação do país. As articulações feitas entre a burguesia e Estado para manter os privilégios desta última contou em grande medida com o fato de a população do país estar quase que em sua maior parte alheia aos acontecimentos políticos da nação²⁷.

Entretanto, com o advento da industrialização na década de 30, profundas mudanças começam a acontecer, sobretudo na economia brasileira, que transformará ao longo das décadas seguintes a nossa formação agroexportadora numa formação industrial dependente. Tal processo só se tornou possível à medida que a reprodução da economia brasileira passou a ser governada pela lógica do capital industrial.

Com efeito, para que essas mudanças ocorressem se fazia necessária uma revolução que buscasse contornar a mobilização das massas e os compromissos políticos e sociais que conduzissem a uma alteração da estrutura da propriedade agrária ou mesmo a uma redefinição do bloco dominante.

Desta forma, o domínio do Estado vai significar nesse período, sob o discurso de representação e justiça, a ampliação dos interesses das classes dominantes conjugadas da cidade e do campo, rompendo com o Estado do período republicano anterior que absorvia somente os interesses do setor cafeeiro. Isto foi possível, porque a concentração de renda nas mãos de comerciantes e plantadores de café não ia de encontro à diversificação da economia.

Ao contrário, nos períodos de crise da exportação, os investimentos eram direcionados para a produção interna, especialmente de bens de consumo e de bens intermediários. Desta forma, aliada às outras condições estruturais que não citaremos neste texto, não havia razão para o acirramento de conflitos entre setores da classe dominante e sim para um acordo promissor entre a burguesia industrial paulista e setores agroexportadores. Segundo Azevedo.

²⁷ O fato da maior parte da população brasileira até a década de 60 encontrar-se ainda na zona rural demonstra o distanciamento existente entre o que acontecia no campo e na cidade, uma vez que essas populações de pouco instrução e recursos materiais limitados eram prezas fáceis à ideologia do favor e da coerção imposta pelos grandes proprietários de terras.

A complementaridade entre os dois setores possibilitava a conciliação política, a ponto de muitos líderes industriais admitirem na época a vocação essencialmente agrícola do Brasil. Esta vinculação entre o capital industrial e os setores agroexportadores [...] é capaz de não só indicar a composição predominantemente de origem agrária do empresário da época, como explica, embora parcialmente, a ausência da burguesia industrial enquanto força social na revolução de trinta (1982, p.31).

Comprometidos com a grande propriedade rural, os setores da classe média tradicional brasileira não reuniam condições econômicas e sociais que lhe permitissem uma ação política autônoma. Apesar disso, a influência desses setores sobre os demais segmentos da sociedade provocou um enfraquecimento do Estado oligárquico em 1930 e o surgimento de um novo Estado, favorável aos seus interesses.

Desta forma, o período do Estado de conciliação foi marcado por uma ampla política de estímulo à industrialização e de preservação dos interesses agro-exportadores, o que permitiu ao país uma modernização conservadora sem que o monopólio da terra fosse posto em questão.

O incentivo à industrialização coloca para o Estado um novo contexto social, e seu papel teve, mais de uma vez, de ser redefinido, pois sua legitimação estaria ameaçada se não houvesse a incorporação política das massas assalariadas dos centros urbanos, expressa com evidência já na década de 1930 e intensificada posteriormente nos anos 50. Este público reclamava ações políticas por parte do Estado que resolvessem os problemas sociais trazidos com a industrialização. Além disso, solicitava sua participação nas instâncias político-partidárias.

Criou-se, então, um sistema partidário e de estrutura sindical que se vinculava ao governo através do Ministério do Trabalho. Era uma maneira encontrada pelo Estado de garantir legitimidade e controle da situação, mantendo os trabalhadores urbanos sob sua vigília, mas com a falsa ilusão para estes de ser um Estado de massas, pois articulava e negociava com lideranças sindicais e instituições afins. Tudo isso em nome de um objetivo maior: assegurar os interesses da burguesia agrária e industrial.

Traçamos este breve apanhado sobre o caráter do Estado brasileiro durante o período em que se instaurou a industrialização no Brasil, para que ficasse mais fácil compreender a função política da propriedade rural brasileira e o seu caráter dentro do modo de produção capitalista num país de origem colonial.

Diferentemente do que ocorreu na Alemanha, Itália e em outros países de via prussiana, a grande propriedade rural brasileira não tem origem em um agrarismo feudal,

tampouco em uma economia camponesa preexistente. Sua história e constituição refletem a situação econômica da então colônia brasileira, que se consolida mais tarde como uma nação de economia dependente. É a partir desta explicação, sobre a origem da grande propriedade brasileira, que se compreende não só a concentração de terras no país, como também as relações de trabalho no campo brasileiro, conforme nos relata Caio Prado Jr:

[...] a grande propriedade rural brasileira tem origem histórica diferente, e se constituiu na base da exploração comercial em larga escala, isto é, não-parcelária, e realizada com o braço escravo introduzido conjuntamente com essa exploração, e por ela e para ela. Ambos esses elementos essenciais da grande exploração brasileira (a fazenda, o engenho, a estância...), e que são a grande propriedade fundiária e o trabalhador escravo, são fatos concomitantes e formando desde a sua origem um todo integrado. [...] (1978 p.45).

É, portanto, da exploração que se alimenta o latifundiário brasileiro. Desde o início da colonização, a economia brasileira esteve voltada para o mercado externo. E a mão-de-obra inicialmente escrava desempenhava importante papel neste processo. Em oposição a outros países europeus cuja produção baseava-se na ocupação parcelaria da terra, aqui se conservou ao longo do tempo a exploração rural em grandes unidades territoriais, sem que essa estrutura concentradora sofresse qualquer alteração. Conforme salienta Caio Prado Jr:

A economia agrária brasileira não constituiu a base da produção individual ou familiar, e da ocupação parcelaria da terra, como na Europa, e sim se estruturou na grande exploração agrária voltada para o mercado. E o que mais, o mercado externo, o que acentua mais a natureza essencialmente mercantil da economia agrária brasileira, em contraste com a dos países europeus. Não se constitui assim uma economia e classes camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no concomitante fundamental se conservou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando-se nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração (1978, p.79).

Sendo a grande propriedade rural brasileira, o latifúndio, parte essencial e fundamental da economia brasileira, o latifundiário²⁸ em nossa realidade assume um outro papel, além do proprietário de grandes extensões de terras. Aqui ele é também empresário da produção, pois direciona suas atividades agrícolas para a exploração rural, o empreendimento em grande escala. A fazenda, o engenho, a usina, enfim, seja qual for o modelo de grande

²⁸ Segundo Stédile atualmente este latifundiário tem sido representado por grandes empresas multinacionais do Brasil e exterior. “Apenas 46 grandes grupos econômicos controlam sozinhos mais de 20 milhões de hectares. É como se eles fossem donos de quase todo o Estado de São Paulo ou todo o Rio Grande do Sul, ou de diversos Estados menores somados.” (2002, p.34)

propriedade rural adotado em cada época, todos, em maior ou menor grau, são comandados primeiramente por empresários capitalistas²⁹ que fazem da terra sua grande e lucrativa empresa.

As relações que se estabelecem com os trabalhadores rurais são também em sua essência capitalistas, pois embora em muitas regiões ainda prevaleçam formas de pagamento que lembram relações feudais de produção, como o barracão, a parcela, o arrendamento, entre outros³⁰, *grosso modo*, são todas elas formas de pagamento por serviços prestados ao proprietário das terras, ou seja, o que vigora, mesmo que de maneira indireta, é o assalariamento, conforme Caio Prado Jr nos esclarece nessa passagem:

[...] certas relações de trabalho presentes na agropecuária brasileira, embora se revistam formalmente de caracteres que as assemelham a que encontramos no feudalismo europeu onde se foi buscar a designação, não constituem senão modalidades de pagamento que correspondem ao salário. Isto é, são formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro - mas sempre motivo de ordem circunstancial - o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza [...] (1979, p.67)

Não cabe ao trabalhador participar dos lucros que o capitalista obtém ao explorar sua força de trabalho, tampouco retirar da terra seu sustento, ainda que numa condição de arrendatário. O que prevalece no campo se definindo cada vez mais à medida que a tecnologia e o desenvolvimento econômico facilitam o progresso na agricultura são as relações mais espúrias de exploração capitalista, nas quais nos deteremos a seguir, mais detalhadamente.

Se em algumas regiões do país economicamente mais atrasadas, como o Nordeste, vigoram formas arcaicas de relações de trabalho, tais como as que acabamos de descrever, não quer dizer que sejam homogêneas. Ao contrário, existem em algumas regiões do país verdadeiros retrocessos à época da escravidão, onde trabalhadores são facilmente enganados com a promessa falsa de encontrar trabalho e melhores condições de vida para si e sua família. Sem perspectiva de arrumar emprego na região de origem, esses trabalhadores partem

²⁹ Em muitos casos o fazendeiro é também um industrial, comerciário, político, ou desempenha outra função paralela à de empresário da produção. Por vezes esta é exercida como segunda atividade, por isso não exige presença constante do proprietário, visto que há sempre um administrador, funcionário que desempenha a função de gerente da fazenda ou propriedade.

³⁰ Segundo Caio Prado Jr. (1978), barracão seria fornecimento de gêneros aos trabalhadores pelo proprietário ou seus prepostos, em regra a preços extorsivos; o cambão, prestação de serviços gratuitos em troca do direito de ocupação e utilização da terra, sistema esse ocorrente, sobretudo no Nordeste. O arrendamento consiste no aluguel de terras e ainda em participação nos lucros.

em busca de promessas utópicas e são obrigados a laborar em regime de escravidão, de acordo com dados recentes da Comissão Pastoral da Terra³¹.

Este quadro contrasta com o de regiões mais desenvolvidas como o sul, sudeste e centro-oeste do país, onde embora a exploração sobre o trabalhador permaneça, adquire um caráter diferenciado, proporcionado primeiramente pela colonização de estrangeiros que buscavam fazer daquelas terras, até então inexploradas, extensões de seus saudosos países. O que não quer dizer que nestas regiões o problema agrário inexistia, apenas que possui características diferenciadas que transformam a situação da terra em problemática menos gritante.

Temos, na literatura corrente, várias divergências sobre o uso do termo mais adequado para designar o homem do campo. Os desacordos ocorrem principalmente em relação aos termos camponês e trabalhador rural. Vejamos o que seria então a principal diferença entre essas categorias.

O fim da escravidão no Brasil e o incremento de imigrantes marcam o início de novas relações de trabalho no campo. Ou, porque não dizer, do assalariamento como forma de pagamento por uma força de trabalho que se fazia necessária, mas que as próprias condições capitalistas que estavam se colocando impediam que fosse mão-de-obra escrava.

As relações que se estabelecerão a partir de então, de acordo com Caio Prado Jr., assumirão expressões diferenciadas em cada região. Num momento mais recente da conjuntura nacional, o mesmo autor analisa a remuneração do trabalhador rural classificando-as em três formas distintas conforme vemos abaixo:

[...] Podem-se distinguir nessa remuneração três formas diferentes que se combinam conforme o lugar e o momento, de maneira variável. São essas formas: o pagamento em dinheiro (salário); em parte do produto; e finalmente com a concessão ao trabalhador do direito de utilizar com culturas próprias, ou ocupar com suas criações, terras do proprietário em cuja grande exploração ele está empregado. (Caio Prado, 1978, p.70)

Atentemos para o fato de que essas relações que se desenvolverão no Brasil a partir da abolição dos escravos e incremento da mão-de-obra imigrante são relações mercantis entre trabalhadores e patrões, com formas diferenciadas de pagamento das que costumamos ver no meio urbano, mas caracterizadas por uma situação contratual, conforme o mesmo autor ressalta no trecho abaixo:

³¹ Anualmente a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem divulgando dados atualizados sobre o trabalho escravo em todo o país. Os dados são alarmantes e crescem a cada dia. Para maiores informações, acessar o site www.cpt.com.br

[...] Proprietários e trabalhadores na posição respectiva de pretendentes e ofertantes de força de trabalho, se defrontam e de comum acordo estipulam as condições em que se fará a cessão ou compra e venda da mesma força. Se a transação não se realiza em bases puramente monetárias, isto é, com pagamento em dinheiro exclusivamente, e se assume formas não monetárias, isso não se dá por nenhuma restrição de ordem jurídica e institucional, e sim unicamente por conveniências práticas e circunstanciais [...] (idem, p.67)

O camponês³², ao contrário, tem forte ligação com a terra porque sua manutenção provém do que extrai dela, através de sua atividade agrícola e individual. Ele não é o dono das terras, e é isso que mais o contraria, pois sua condição de mero camponês o obriga a destinar ao dono das terras parte de tudo aquilo que produz. O proprietário, por sua vez, é aqui um empresário da produção, é apenas dono da área onde o camponês desenvolve suas atividades, entretanto se beneficia dos lucros que este último produz. De acordo com Caio Prado Jr:

[...] No caso da economia camponesa, o elemento central da produção, o empresário dela, é o próprio camponês, servo ou livre, com a sua atividade produtiva na qual se insere ou a que sobrepõe o senhor ou proprietário que submete aquela economia camponesa a seus interesses, mas permanece fora da atividade produtiva propriamente na qualidade unicamente de proprietário e senhor da terra. Em contraste, a situação na grande exploração rural, que é o nosso caso, seja antes como depois da transformação do regime de trabalho servil em livre, a situação se inverte, pois é a grande exploração dirigida pelo proprietário que constitui o elemento essencial e central. É nela que se enquadram, a ela se ajustando o trabalhador e suas atividades. E por isso, enquanto o camponês se acha economicamente ligado e associado a terra de forma direta, a ligação econômica do trabalhador empregado na grande exploração com a terra se faz indireta e em função da mesma grande exploração de cujo sistema econômico produtivo ele não participa senão a título de simples força de trabalho e de não ocupante propriamente e explorador direto da terra como se dá com o camponês (1978, p.48).

Os objetivos difundidos pelo camponês divergem, contudo, daqueles almejados pelo trabalhador rural. O primeiro direciona sua luta pelo direito de não mais ter a presença do proprietário de terras, passando ele mesmo a sê-lo. O segundo deseja melhorar sua condição de assalariado rural, não se orientando diretamente para ocupação e posse da terra.

É importante nos determos um pouco mais nessa questão porque seu entendimento será de fundamental importância para compreender a luta dos trabalhadores do campo, especificamente, o Movimento que estamos estudando e no qual nos deteremos adiante com mais vagar. Vejamos o que diz Marx à respeito.

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre

³² Referimo-nos aqui ao camponês clássico presente em realidades como Inglaterra e Alemanha, por exemplo.

si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. Esse isolamento é agravado pelo mau sistema de comunicações existente na França e pela pobreza dos camponeses. Seu campo de produção, a pequena propriedade, não permite qualquer divisão do trabalho para o cultivo, nenhuma aplicação de métodos científicos e, portanto, nenhuma diversidade de desenvolvimento, nenhuma variedade de talento, nenhuma riqueza de relações sociais. Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que com o intercâmbio com a sociedade [...] Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe (Marx, 2001,p.38).

Lembremos que no trecho acima, Marx analisa o papel político do campesinato num momento em que a França passava por uma intensa convulsão social e que culminou com o Golpe de Estado realizado por Luis Bonaparte.

Essa obra de Marx, intitulada “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte” de 1852, é constantemente utilizada por intelectuais para demonstrar a concepção de Marx sobre o homem do campo e seu papel na revolução. Não nos cabe aqui analisar a situação vivenciada na França naquele momento, mas entendemos que nessa passagem, o autor aponta alguns elementos que são fundamentais na compreensão dessa categoria. O texto caracteriza um momento de reflexão de Marx em que ele aponta as fragilidades que impedem o camponês de ocupar um lugar decisivo num processo revolucionário. Não pretendemos esmiuçar essa questão, mas vale a pena ressaltar que um dos aspectos determinantes é a própria relação do camponês com a terra a qual nos referimos acima. De acordo com o MST, esse apego que o camponês tem com a terra, traz enormes prejuízos à luta e organização desses trabalhadores. Citando Kaustsky³³, Lazzaretti³⁴ explica:

[...] O autor dizia que o camponês tem no seu sangue um “fanatismo da propriedade” e que isso definia um fato bem conhecido: “o camponês ainda está mais preso à sua parcela do que o artesão à sua tenda. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apegava ao seu pedaço de terra. (2005, p. 99)

³³ Sobre a influência de Kaustsky na formação ideológica e organizacional do MST Lazzaretti comenta: [...] Neste caminho e na esteira do pensamento de Marx, entendemos que visualizar outros marxistas como Friedrich Engels e Karl Kaustsky, que discutiram o papel do campesinato no capitalismo é de suma importância para quem quer entender os escritos e as tendências organizativas do MST. (2005,p.97)

³⁴ Miguel Ângelo Lazzaretti é professor universitário e grande simpatizante do MST da Paraíba, onde já desenvolveu projetos de pesquisa e extensão em assentamentos de Reforma Agrária. Sua tese de doutorado “A produção da ação coletiva do MST: relações de poder e subjetividade” trás importantes contribuições para entender a fundamentação teórica e ideológica do MST sob um enfoque sociológico.

Embora o Movimento reconheça este aspecto negativo apontado por Marx e referendado depois por autores marxistas como Kaustsky, questiona o lugar secundário destinado aos camponeses num processo revolucionário. Essa interpretação de que o campesinato não teria papel de relevância na busca pelo socialismo, é combatida pelo MST por entender ser o campesinato um estrato social de enorme potencial revolucionário.

É nas obras de Lênin que o MST vai buscar apoio para argumentar sobre o papel revolucionário do campesinato num momento de convulsão social.

Referindo-se a este assunto Lazzaretti comenta:

Neste sentido, veremos em Lênin um autor comprometido com a luta proletária no interior das relações capitalistas de produção e com o papel do campesinato. A inserção de Lênin nesta discussão faz-se importante porque, além de marcar teoricamente o pensamento vanguardista do MST, ele esforçou-se em querer demonstrar que o campesinato encontrava-se em um conjunto de forças heterogêneas dentro do quadro do mundo rural de sua época. (2007, p. 48)

O Pensamento de Lênin adquire conseqüentemente para o MST um papel de grande destaque, sendo citado em muitos dos textos dirigidos à militância. Entre as razões apontadas pelo Movimento para essa identificação com as obras do revolucionário russo, estaria o fato de Lênin ter sido o principal responsável por colocar em prática a teoria marxista.

Essa questão torna-se especialmente polêmica entre os estudiosos que tem uma compreensão diferente sobre o que de fato teria acontecido na Rússia naquele ano de 1917. Muitos autores apontam à falta de condições objetivas para o processo revolucionário como uma das razões para o insucesso da revolução Russa. Vale salientar que além de ser um país pouco desenvolvido, não existia na conjuntura russa daquele ano uma classe proletária fortalecida e organizada, já que o país tinha um número expressivo de camponeses. A comuna era, portanto, o carro chefe da economia russa. Esta realidade colocava todas as condições contrárias a que o país tivesse êxito nos intentos revolucionários que se desenvolveram a partir daqueles dias tensos de outubro.

É este, portanto, um dos principais argumentos utilizados quando se questiona a luta revolucionária dos movimentos sociais no campo e especialmente o MST. O papel revolucionário historicamente atribuído ao proletariado colocaria em segundo plano a importância do campesinato na revolução.

Mas então, qual o papel deste segmento na busca pelo socialismo? Que sentido teria hoje a luta dos trabalhadores do campo pela terra no momento atual em que o capital assume sua face neoliberal? As respostas a essas indagações passam necessariamente pelo

entendimento da questão agrária em nosso país e dos diferentes tipos de campesinato que temos aqui. Conforme afirma Malagodi “[...] O campesinato pode ser diferente em todas as partes do mundo, mas a formação das concepções sobre o campesinato seguiu, desde então, um padrão único, que se pretende universal.” (2005, p.108).

Mais adiante ele complementa:

Essa problemática que acompanhou os estudos e as elaborações teóricas sobre o campesinato no século XIX e início do século XX tende a modificar-se à medida que se afasta do contexto europeu e chegamos a outros continentes. No entanto, não se pode negar que, ainda hoje, as noções produzidas no contexto deste debate continuem a influenciar as teorias e as idéias políticas. [...] (idem, p.108).

O autor refere-se não só ao papel revolucionário desempenhado pelos trabalhadores do campo, mas também o lugar social e econômico que esse segmento ocupa na conjuntura brasileira, tendo em vista o número expressivo de comunidades que vivem na zona rural ou em comunidades próximas.

Por isso o debate sobre o campesinato requer a compreensão primeira do significado que essa categoria adquire hoje em países latinos, historicamente dependentes e subordinados ao imperialismo.

Na visão de Guzman e Molina embora diversos autores tenham contribuído para essa discussão ao longo da história, é de Redfield o conceito mais recente que traduz as mudanças históricas do campesinato latino. Segundo os autores:

Para Redfield, os camponeses são um segmento de classes de uma sociedade maior (*past-society com part-culture*) vinculados ao mercado, mesmo quando a maior parte de sua produção vai para o auto-consumo da unidade familiar. Seu traço central sem dúvida é constituído pela forma de dependência que possui com a sociedade maior em termos de exploração [...] (2005, p.56)

Ainda que este conceito tenha sido apontado pelos autores acima como o mais utilizado hoje para definir o camponês³⁵, sobretudo naqueles de países de via colonial, entendemos que a definição de Kroeber sobre a sociedade camponesa se apresenta como a mais completa. Para o referido autor, trata-se de:

[...] uma forma de organização social com estruturas “rurais apesar de viver em relação com os mercados das cidades formando um segmento de classe de uma população maior que engloba geralmente centros urbanos e, as vezes, até capitais

³⁵ Conforme observamos, a polêmica em torno dessa categoria é grande entre os estudiosos do assunto, não havendo, portanto, consonância em relação à definição mais apropriada. O debate ganha força principalmente quando se discute a viabilidade ou não da agricultura familiar e da agroecologia.

metropolitanas. Constituem sociedades parciais com culturas parciais. Carecem de isolamento, da autonomia política e da autarquia dos grupos tribais, mas suas unidades locais conservam sua velha identidade, integração e apego à terra e aos cultivos [...] (2005, p.55)

Neste sentido, observando os textos do MST, percebemos que a utilização do termo camponês é constantemente evocada pelo Movimento dando a entender que não há distinção entre o camponês e o trabalhador rural. Em diversos trechos, têm-se a impressão que as duas categorias são tratadas como sinônimos pelo Movimento. Sobre essa questão, João Pedro Stédile, conhecido líder do MST esclarece que:

[...] a palavra “camponês” é meio elitizada. Nunca foi usada pelos próprios camponeses. Não é, digamos, um, vocábulo comum. O Partido Comunista do Brasil (Pc do B) foi o único que usou o termo “ camponês”. O homem do campo geralmente se define como agricultor, trabalhador rural ou meeiro, arrendatário. É na verdade, mais um conceito sociológico e acadêmico, que até pode refletir a realidade em que eles vivem, mas que não foi assimilado. Não sendo uma palavra popular, não tinha como colocá-la no nome do Movimento. Na essência, o MST nasceu como um movimento camponês que tinha como bandeira as três reivindicações prioritárias: terra reforma agrária e mudanças gerais na sociedade. Quando nós mesmos fomos nos conceituar, percebemos que o MST era diferente dos movimentos camponeses históricos, que apenas lutavam por terra. (1999, p.31)

Comentando sobre a base política que compõe o Movimento ele prossegue afirmando que:

[...] somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queira lutar pela reforma agrária. Pode entrar o militante urbano, o técnico da Embater, o padre etc. Ninguém ficava pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consciência maior para o MST. Ele soube se abrir ao que havia na sociedade. Simplesmente ele não se fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada [...] (1999.p.32).

Apesar dessa aparente imprecisão por parte do movimento em relação à sua base social³⁶, encontramos em uma de suas cartilhas um trecho interessante em que Moraes esclarece as diferenças básicas entre assalariado rural e camponês.

Os assalariados do campo lutam principalmente por reivindicações salariais, previdência social, férias, etc. [...] enquanto que os camponeses costumam lutar para adquirir ou aumentar o pedaço de terra, por assistência técnica e creditícia ou por melhores preços para seus produtos. (2004, p.19)

³⁶ De acordo com Moraes (2004, p.24) “ Entre os assalariados rurais e os camponeses latino-americanos existe um tipo intermediário de trabalhadores rurais: os Semi-assalariados agrícolas. Trata-se de camponeses pobres que, em algumas épocas do ano, para complementar sua renda familiar, vendem sua força de trabalho ao fazendeiro, ao sitiante ou a outro camponês. São, pois camponeses ‘ diaristas’ em alguns períodos do ano.

Trata-se, portanto, de um movimento social de origem agrária que contempla camponeses e assalariados rurais, mas também congrega em seu interior trabalhadores urbanos, sem que isso seja entendido de forma negativa pelo Movimento. Aliás, a participação de pessoas da cidade é vista como uma maneira de alargar os laços com a sociedade para obter apoio nas ocupações e protestos que promove.

É importante atentarmos para o fato de que o MST não é o primeiro movimento social rural da história do Brasil. Antes dele, muitos outros movimentos o antecederam oferecendo ao Movimento contribuições valiosas no que diz respeito à organização e mobilização dos trabalhadores rurais.

Não há uma data precisa que marque o surgimento desses movimentos. Conclui-se que eles surgiram à medida que os trabalhadores organizados descontentes com sua situação iniciaram protestos localizados. Nesse ínterim, consideraremos os movimentos messiânicos como marco inicial da luta dos trabalhadores no campo. Alguns com maior expressão política e principalmente religiosa, como o de Canudos e o Contestado. Outros com sentido de resistência política maior, a exemplo das Ligas Camponesas.³⁷

Em ambos os casos estão representadas a religiosidade e a capacidade de resistência desses trabalhadores rurais. Constituem-se hoje, segundo os atuais movimentos do campo, como modelos a serem seguidos por essas organizações de trabalhadores rurais.

De qualquer forma, o que está por trás da luta desses movimentos e o que importa aqui assinalar é tão-somente a luta pela terra e o problema histórico da concentração de terras em nosso país. A atuação desses movimentos vai de encontro a interesses da classe dominante. Por isso, a conquista de direitos trabalhistas que assegurassem a este segmento melhores condições de trabalho e de organização, será retardatária em relação à dos trabalhadores urbanos.

Esse atraso na criação de uma legislação que contemplasse os trabalhadores rurais foi possível por conta da forte presença da burguesia agrária no Congresso Nacional. Com isso, os trabalhadores rurais só foram ver conquistados seus direitos sociais e políticos em 1963, com uma diferença de quase três décadas em relação aos trabalhadores urbanos.

Até aquele momento, não havia legislação que assegurasse o direito dos trabalhadores rurais e o acesso às políticas públicas que considerassem suas particularidades. Tampouco uma lei que regulamentasse a sindicalização rural. Tal como nos afirma Caio Prado Jr:

³⁷ Aprofundaremos posteriormente nossas reflexões sobre este movimento social que ocorreu no Nordeste na década de 40.

Como se sabe, o trabalhador rural foi excluído da incidência da legislação social-trabalhista até o advento do Estatuto do Trabalhador rural (Lei número 4.214 de 2 de março de 1963), salvo no caso de uns poucos dispositivos que, devido em parte a essa mesma excepcionalidade, permanece letra morta. (1978, p.54).

Em toda a história da questão agrária brasileira é relevante ressaltar a presença decisiva do Partido Comunista Brasileiro, principalmente no que diz respeito à organização política e social dos trabalhadores do campo. Embora o mesmo autor faça sérias críticas à atuação do PCB no Congresso Nacional, provocadas segundo ele por uma equivocada interpretação acerca da formação social, política e econômica do Brasil. É importante situar o papel que este partido teve não só para a luta da esquerda brasileira como na mobilização política dos trabalhadores rurais, destacando-se também o papel da Igreja neste processo.

De acordo com Martins (1986), em 1º de agosto de 1950, o Partido lança um documento que ficou conhecido como “Manifesto de Agosto”, onde faz opção por um caminho radical em relação aos problemas do campo. Neste documento, o Partido afirma que o problema social brasileiro residia na estrutura arcaica da economia, haja vista ser esta marcada pelos restos feudais que compunham as relações de trabalho no campo e pela concentração da propriedade da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e o desenvolvimento da indústria nacional.

O caminho seria o da eliminação do feudalismo, através da revolução, substituindo um governo agrário burguês por um democrático e popular. No campo, esta revolução aconteceria com a extinção das propriedades latifundiárias, ficando estas nas mãos dos trabalhadores rurais e de quem de fato nelas produzisse.

Entre as propostas apresentadas pelo PCB para a esfera rural estava a de eliminar as relações semifeudais de trabalho, tais como: o barracão, a meia e a terça, entre outras existentes. Assim sendo, o pagamento deveria ser realizado apenas em dinheiro.

Por entender que o objetivo maior da luta política dos trabalhadores rurais deveria ser o da obtenção da terra para aqueles que não a possuíam, o PCB acabou deixando de lado a luta dos trabalhadores assalariados, ignorando suas péssimas condições de trabalho e, conseqüentemente seus verdadeiros objetivos. De acordo com o Partido, essas reivindicações ocupariam papel secundário diante dos importantes ideais da revolução brasileira. Caio Prado Jr. relata:

[...] Nenhum passo foi dado, nenhuma medida foi tomada para esclarecer a massa trabalhadora rural de seus direitos, para lhe abrir perspectivas, estimulá-la em

sua luta. E essa inércia não se explica unicamente nem principalmente pelas dificuldades, sem dúvida consideráveis, mas longe de insuperáveis, de acesso ao campo, tampouco, pela subestimação da questão agrária, que também existiu. A razão principal por que não se mobilizou ou pelo menos tentou seriamente mobilizar a massa trabalhadora rural na base e reivindicação por melhores condições de trabalho e emprego, se deveu ao fato de essas reivindicações não se considerarem essenciais, nem mesmo suficientemente importantes no processo revolucionário do campo brasileiro, que deveria obedecer, segundo a teoria oficial consagrada e indiscutivelmente aceita, ao esquema da revolução antifeudal: supressão das relações semifeudais de produção, em particular e diretamente pela destruição do latifúndio. [...] (1978 ,p.62).

Posteriormente, o Partido faz uma aliança com a burguesia nacional para efetivar a revolução democrática e nacional libertadora. Nesta perspectiva, o PCB imaginava que, através da criação de governos municipais e democráticos de libertação nacional, poderia atingir seus propósitos³⁸.

A mudança de direção do Partido de uma linha mais radical passando agora à moderada culminou com uma proposta de frente única, onde se faziam presentes: classe operária, trabalhadores do campo, pequena burguesia rural e urbana e latifundiários, todos unidos contra o imperialismo americano. Entre as propostas defendidas por essa frente estavam a da defesa da reforma agrária em favor dos trabalhadores rurais e a da mudança nas relações de trabalho, bem como a da aplicação da legislação trabalhista rural.

O papel da Igreja Católica foi bastante significativo no processo de mobilização dos trabalhadores rurais. Aliás, tanto o PCB quanto a Igreja defendiam interesses próprios³⁹. Em nenhum dos casos havia preocupação com os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais.

A grande preocupação da Igreja era com a agitação que estava chegando ao campo brasileiro, o que na visão dela constituía-se numa séria ameaça de perder em definitivo os camponeses para as amarras ideológicas do comunismo, conforme havia ocorrido com os operários.

A intenção era evitar que os trabalhadores rurais tivessem de abandonar o campo em busca da cidade e assim se corromperem ao aliciamento dos comunistas. Por isso, segundo Martins (1986), para a Igreja, só a acomodação do homem na terra evitaria que isto acontecesse. Em razão disso, a proposta defendida pela Igreja, inicialmente de forma reacionária, era a de uma reforma agrária em que houvesse uma ampliação do número de proprietários para evitar que a propriedade rural fosse ameaçada.

³⁸ Como exemplo, segundo Martins (1986), podemos citar o caso de Trombas e Formoso.

³⁹ Em relação à Igreja, a ameaça do comunismo colocava em risco a solidez das estruturas religiosas. O PCB por sua vez, preocupa-se em arrebanhar adeptos para os seus intentos revolucionários.

Em 1963, partindo do princípio de bem comum, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) modifica o posicionamento da Igreja em favor de uma reforma agrária na qual fosse paga uma justa indenização pelas terras desapropriadas. Tal concepção baseava-se em uma idéia de bem comum que exigia por parte do Estado o cumprimento da função social da terra.

Desta forma, tanto a Igreja quanto o PCB influenciaram significativamente na organização dos trabalhadores rurais, conforme já assinalamos. Contudo, é no Nordeste, particularmente, que essa influência vai ser sentida com mais força pelos trabalhadores rurais através das Ligas Camponesas, conforme veremos a seguir.

De acordo com Azevedo, a origem das Ligas Camponesas⁴⁰ está diretamente ligada à estratégia do Partido Comunista Brasileiro de ampliar suas bases políticas para a zona rural, e desta forma tentar colocar em prática a idéia de um acordo entre operários e camponeses, para se opor ao latifúndio e ao imperialismo, conforme ficara estabelecido desde os primeiros congressos do PCB.

Para tanto, ainda de acordo com o autor, em 1945, após o período de redemocratização do país, nascem as primeiras Ligas, sob forma de associações civis. Desta forma, foi possível que os trabalhadores rurais se organizassem sem que sofressem infortúnios do Código Civil, que à época proibia a sindicalização rural.

Após a conquista de sua legalidade, o PCB identifica nas Ligas uma forma de aglomerar militantes e eleitores que pudessem neutralizar o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias coronelistas. No entanto, com as contradições internas entre as Ligas, o PCB e a Igreja fizeram com que aquelas mesmas evoluíssem para a defesa de uma reforma agrária radical, opondo-se fundamentalmente àquela que propunha o PCB e a Igreja.

Nas palavras de Martins:

[...] Já em 1960, para o Partido a reforma agrária radical seria alcançada por etapas, através de reformas parciais. Para as Ligas, ao contrário, a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e descesse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade [...] (1986, p.89)

Nesse período, precisamente em 1960, defendendo uma política de frente única, o PCB acreditava que a reforma agrária deveria acontecer em etapas. Ao contrário das Ligas, que acreditavam só ser possível uma verdadeira reforma agrária se, de fato, os trabalhadores

⁴⁰ Segundo Azevedo, as Ligas foram criadas em quase todos os Estados brasileiros, reunindo trabalhadores rurais e camponeses. Em Pernambuco (origem das ligas), elas foram lideradas por José de Prazeres, seu idealizador e presidente eleito em 1956 durante o I Congresso Camponês de Pernambuco.

alçassem o direito à propriedade da terra, extinguindo o monopólio por parte de fazendeiros e usineiros e, desta maneira, dando lugar à propriedade camponesa.

Com o avanço do capitalismo no campo modificando substancialmente as relações de trabalho, não havia espaço para continuar reivindicando uma reforma agrária que ia de encontro ao que estava sendo posto pela conjuntura nacional. Desta forma, não demorou muito para que as Ligas Camponesas fossem extintas durante a ditadura militar. Segundo sinaliza Azevedo:

O enfraquecimento das Ligas Camponesas, porém, era uma realidade facilmente constatada, face às bases que dispunham. O avanço do capitalismo no campo já transformara, no início dos anos sessenta, a grande massa de trabalhadores rurais em assalariados e estes, organizando-se em sindicatos, passaram a intensificar reivindicações mais fáceis de serem atingidas, como salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, pagamento de décimo terceiro salário mês, etc. A reivindicação pela propriedade da terra, mais difícil de ser alcançada, seria como que adiada, após a implantação do respeito às garantias legais já conquistadas (1982, p.14).

Embora as Ligas Camponesas tenham existido durante tão curto espaço de tempo, seu surgimento alcançou grande destaque na imprensa nacional, repercutindo negativamente para a burguesia agrária e industrial. Ainda segundo Azevedo, as Ligas representaram um marco na mobilização e organização dos trabalhadores rurais, principalmente no Nordeste, lugar onde o movimento alcançou maior expressão política e social.

As Ligas Camponesas do engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, conseguiram, com o apoio de políticos de esquerda, notadamente o PCB, conquistar força política, principalmente graças a então conjuntura política favorável naquele Estado.

Diversos movimentos rurais surgiram ao longo da história brasileira, alguns de caráter messiânico, como o de Canudos, outros ligados a partidos políticos, em regiões e conjunturas específicas⁴¹. Porém, entre os autores estudados, é consenso a importância que as Ligas tiveram para o fortalecimento e a organização dos trabalhadores rurais.

Segundo literatura corrente, desde a década de 1990⁴², é o MST quem melhor representa este segmento da classe trabalhadora. Seus fundamentos e forma de ação política baseiam-se na ação das Ligas e de outros movimentos rurais e urbanos, conforme veremos a partir de agora.

⁴¹ É importante ressaltar a influência da Igreja e da cultura popular no engendramento e desenvolvimento desses movimentos.

⁴² Alguns autores como Colleti (2003) dão conta de que o desmonte de políticas públicas através do Estado neoliberal traz enormes prejuízos aos trabalhadores do campo e da cidade, refletindo-se na perda de direitos trabalhistas que provocará uma crise nos organismos representativos da classe trabalhadora, sobretudo daqueles considerados mais fragilizados politicamente: os trabalhadores rurais.

Feitas essas considerações sobre a realidade agrária brasileira, procuraremos no próximo item do capítulo traçar um breve resumo da trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Ao nosso ver, torna-se difícil analisar a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sem examinarmos os processos que permearam seu surgimento. Para percorremos este caminho, nos apoiaremos em autores cuja postura teórica denuncia um claro apoio ao Movimento, como também naqueles que em seus textos tecem severas críticas à atuação deste que é hoje, reconhecidamente⁴³, o maior movimento social da América Latina.

Este Movimento está presente em 23 dos 26 estados da federação e sua abrangência e popularidade fazem com que seja, atualmente, o movimento social mais combatido pela burguesia e pela grande mídia. Seu nascimento se deu pela união de forças daqueles que lutavam por terra em 1970, momento de reorganização dos movimentos rurais. Não existe, segundo estudiosos, uma data precisa para a fundação do Movimento. Em geral, considera-se o período de 1979 a 1984, como o de gestação do MST, sendo o ano de 1984, o ano considerado pelo movimento como de sua fundação. Para o MST, a realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel⁴⁴ marca oficialmente o seu surgimento como movimento social.

O período de surgimento do MST acontece num momento de grande repressão aos Movimentos Sociais pela ditadura militar. Especialmente no campo, a situação de descontentamento e revolta por parte dos trabalhadores rurais se acentuava devido às mudanças na relação de trabalho provocadas pelo avanço acelerado da modernização capitalista, o que acarretava intensos conflitos.

Vale lembrar que os conflitos agrários no Brasil decorrem cronologicamente da criação e institucionalização da lei de terras, que restringia o acesso à propriedade àqueles que por ela pudessem pagar e não mais aos que fizessem usufruto, conforme estabelecia o regime de sesmarias. As relações de trabalho servil que se implantaram a partir de então culminaram com a criação em todo o país, e especialmente no Nordeste, das Ligas Camponesas, até hoje

⁴³ Posição compartilhada por autores como Carvalho (2002) e Navarro (2002).

⁴⁴ Na ocasião estavam presentes, de acordo com Parreira (2005), trabalhadores rurais de doze Estados, além de entidades de apoio ao Movimento e às lutas no campo.

consideradas por alguns historiadores como o maior movimento de resistência de trabalhadores rurais no período.

A necessidade da realização da reforma agrária surge nesse período, ganhando adeptos inclusive de uma incipiente burguesia industrial. Os que defendiam sua realização acreditavam, tal como ocorrera nos Estados Unidos, ser necessária a intervenção do Estado para remover o obstáculo do latifúndio, visto como entrave à modernização capitalista no campo e conseqüentemente ao avanço da própria industrialização⁴⁵.

Portanto, era grande a pressão para que a reforma agrária acontecesse, inclusive dentro do Congresso, que contava com o apoio de partidos políticos e do próprio presidente João Goulart (Sampaio, 2003). Apesar do apoio expressivo pela realização da reforma agrária, a força de uma burguesia que se mantinha viva, usufruindo da renda da terra, conseguiu evitar que fosse posta em ação a democratização da terra.

Ainda segundo o mesmo autor, essa possibilidade foi aniquilada com o golpe de 1964, ano em que teve início uma série de perseguições às Ligas Camponesas, sindicatos e toda espécie de manifestação pública contra a ordem estabelecida. Não demorou muito para que os trabalhadores fossem perseguidos e sua luta, enfraquecida.

As Ligas foram duramente combatidas, pois, conforme frisamos em passagem anterior, representavam a ameaça comunista presente entre os trabalhadores do campo. Sua existência causou temor na Igreja que, preocupada em perder seus fiéis para a ameaça comunista, decide rever sua posição inicialmente em apoio à ditadura. De acordo com Martins:

A Igreja entrou na questão agrária, através da pastoral de D. Inocêncio, por uma porta extremamente reacionária. Aquela pastoral nasceu numa reunião de fazendeiros, padres e professores rurais e não numa reunião de camponês e trabalhadores rurais. A preocupação era com a agitação que estava chegando ao campo, com a possibilidade da Igreja perder os camponeses, como tinha perdido os operários. A questão era desproletarizar o operário dos campos, evitar o êxodo que levava os trabalhadores para a cidade e os tornava vulneráveis à agitação e ao aliciamento dos comunistas, como assinalariam outros documentos produzidos por outros membros do episcopado (1986, p.88).

Ainda segundo Martins, as tentativas iniciais da Igreja Católica eram no sentido de fixar o homem no campo, para assim evitar que ele mantivesse contato com os trabalhadores da cidade e se deixasse contaminar pelo comunismo, que representava uma ameaça à

⁴⁵ Já nos detivemos mais detalhadamente sobre este assunto em páginas anteriores.

propriedade privada. Desta forma, as propostas de reforma agrária defendidas pela Igreja tinham como pano de fundo a luta contra a maré vermelha, usando as palavras do autor.

Em 1936, após assumir uma posição menos ambígua em relação à reforma agrária, a Igreja cria as Comunidades Eclesiais de Base, CEBs, com o objetivo de fazer o trabalhador refletir sobre sua condição de explorado e vítima do sistema capitalista. Mesmo com algumas limitações, esse movimento foi de grande importância para que os trabalhadores rurais se organizassem e viessem a constituir o MST.

Da organização da Igreja Católica surgiu a Comissão Pastoral da Terra em 1975. Criada num contexto de retomada das organizações populares em meio um longo período de ditadura militar, a CPT nasce num contexto de intensa modernização no campo. Essa modernização, visível especialmente no eixo Centro Sul do país através do incentivo à mecanização da lavoura e do pacote da revolução verde, trouxe como conseqüências mais nefastas para os trabalhadores rurais uma expressiva expropriação dos parceiros, arrendatários e filhos de agricultores de pequeno potencial econômico.

Esse quadro sem dúvida colaborou para o trabalho da CPT e o surgimento de outras entidades de caráter popular, como o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores - CUT. Vale salientar que o sindicalismo rural e urbano encontrava-se neste momento com um considerável desprestígio político entre os trabalhadores, não só pela estrutura sindical considerada insuficiente e antidemocrática, mas pela avassaladora onda de cooptação que se abateu sobre boa parte de suas lideranças políticas.

A CPT trabalhando em conjunto com as paróquias nas periferias das cidades e com as comunidades rurais procurou organizar os trabalhadores em torno da reivindicação pela reforma agrária. Inspirada na teologia da libertação, esse movimento fornecerá os elementos necessários para que os trabalhadores rurais se organizem em um movimento que os represente na disputa pela terra.

Conforme salientamos acima, a Comissão Pastoral da Terra surge em um momento em que a ditadura militar alcançara seu auge. Perseguições, torturas, desaparecimentos de pessoas, sobretudo militantes políticos, marcaram esse período. Apesar disso, foi grande o número de revoltas contra o regime, principalmente de partidos de esquerda e representações sindicais. O clima de revolta contra o regime imposto fazia aumentar a participação dos trabalhadores em movimentos e passeatas pela redemocratização do país.

No campo, os conflitos de terra fizeram eclodir diversos movimentos sociais. Todos buscavam pela via política exigir que a reforma agrária de fato acontecesse. Esses movimentos tentavam pressionar os governos através de atos e manifestações, mas as derrotas aconteciam sucessivamente. A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural é, sem dúvida, o exemplo mais emblemático.

Embora este documento garantisse aos trabalhadores rurais benefícios antes não reconhecidos, ele impunha sérias restrições para que fosse feita a reforma agrária reclamada pelos movimentos sociais, conforme acrescenta Martins:

O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. De fato, nestes anos todos de governo militar, o problema agrário somente tem se mantido como problema nacional e político graças à vigilância e à ação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Igreja e, mais recentemente, de vários dos diferentes grupos políticos que recobram há pouco alguma liberdade de atuação. (1986, p.96).

Entretanto, os trabalhadores conseguiram encontrar um meio de continuar a pressão ao poder público, utilizando um mecanismo que não ia de encontro ao que rezava o Estatuto. Esse mecanismo baseava-se num dispositivo que prevê a desapropriação por interesse social, em casos de tensões sociais. Assim as ocupações de terras foram iniciadas em todo o Brasil com o objetivo de mais uma vez pressionar o governo.

Das inúmeras ocupações de terra em todo o Brasil e do aprimoramento das formas de organização surgiu uma mobilização de trabalhadores que viria dar origem ao MST. De acordo com Martins (2004), esse Movimento “nasce motivado por demandas políticas e ideológicas estranhas ao trabalho pastoral” e por isso sua criação torna-se necessária naquele momento histórico.

Um encontro realizado em Cascavel – Paraná no ano de 1984 marca oficialmente o nascimento do MST. Algumas características presentes nesse momento definem bem seu papel e ao mesmo tempo evidenciam a forte influência que a Igreja Católica mantinha sobre o Movimento. Entre elas, podemos ressaltar a postura menos confrontacional assumida nos primeiros anos de sua existência.

Com o objetivo de facilitar a exposição e seguindo o exemplo de outros autores, dividiremos a história do movimento em três fases, marcadas por períodos de fluxo e refluxo de sua ação política.

A primeira delas relaciona-se ao período de institucionalização do Movimento, precisamente entre os anos de 1984 e 1990. Organizados inicialmente no sul do país,⁴⁶ durante estes anos, o MST procurou montar sua base organizativa e social, por isso, diversas ocupações foram realizadas, sempre marcadas por uma postura de entendimento e negociação. O interlocutor principal até 1985 eram os governos estaduais e locais.

As intensas ocupações obrigaram o MST a buscar, junto às instâncias governamentais, o apoio de políticas públicas para os novos assentamentos que se gestavam naquele momento, o que incidia também numa outra demanda, a de organizar estas novas comunidades que se geravam sob a influência e proteção deste Movimento. Era necessário, portanto, mostrar a eficácia daquele novo jeito de produzir e viver para que o MST continuasse existindo e ganhasse novos adeptos.

Durante esse período, o MST contou com a ajuda pastoral da Igreja Católica através da CPT e de outros segmentos da esquerda brasileira, como o Partido dos Trabalhadores, que esperava receber o apoio deste Movimento para as eleições presidenciais que seu candidato disputaria em 1989.

Sob o impacto de ações agora mais radicais, contando com uma palavra de ordem que substituía “Terra para quem nela trabalha” por “Ocupar, Resistir e Produzir”, a segunda fase do Movimento pode ser demarcada entre os anos de 1990 e 1994. Esse momento político é considerado pelo MST como o momento mais difícil na história do Movimento, caracterizado pela forte perseguição política do governo Collor de Melo, vitorioso nas eleições de 1989, e da ofensiva da União Democrática Ruralista UDR, organização dos proprietários de terra que optaram por realizar ações violentas contra as ocupações realizadas pelo MST.

Esse período é marcado também pelo incentivo às formas cooperativistas de produção nos assentamentos, o que gerou grandes discussões teóricas sobre sua eficácia. Alguns autores⁴⁷ têm afirmado que o Movimento vem ampliando nesses espaços as formas coletivas de trabalho e vivência social, buscando diversificar e respeitar os limites da produção coletiva. Há, contudo, um número ainda incipiente de pesquisadores que contribuem teoricamente com

⁴⁶ Não consideramos necessário explicar as razões de as primeiras ações do Movimento terem se dado no sul do país, tendo em vista o que já foi colocado sobre a fertilidade política desta região durante o período da ditadura militar.

⁴⁷ À exemplo de Moraes (2005) e Bogo (2002) e outros autores que desenvolvem estudos de caso nos diversos assentamentos e acampamentos do MST.

uma visão diferente acerca da experiência que desenvolveram em assentamentos ligados ao MST.⁴⁸

A partir de 1995, o Movimento entra numa outra fase política. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, tem início um período de elevado crescimento de assentamentos rurais promovidos pelo governo, mas sob a égide de uma política neoliberal cujas conseqüências mais conhecidas abalaram toda a sociedade brasileira, marcado por privatizações, abertura comercial, desregulamentação da economia, perda de direitos sociais e contra-reforma do Estado.

Embora FHC adotasse uma postura menos repressiva em relação às manifestações sociais, seu governo vai significar para segmentos da classe trabalhadora urbana uma terrível queda no potencial reivindicatório dos organismos sindicais e segmentos similares.

De acordo com Coletti (2003), a razão para esse refluxo do movimento sindical está na ameaça que os alarmantes níveis de desemprego representavam para os trabalhadores, para não mencionar a perda de direitos conquistados. A adoção da política neoliberal conseguiu neste período eliminar, sem usar de força repressiva, medidas que questionassem a ordem.

Contraditoriamente, houve um avanço considerável no número de integrantes do MST. Ainda de acordo com o mesmo autor, isso se deve ao fato de este Movimento não se sentir pressionado pelos argumentos repressores que o Estado e a iniciativa privada exerciam sobre os demais movimentos da classe trabalhadora. Colletti afirma:

[...] A política neoliberal, portanto, ampliou significativamente a base social do MST. Ainda que o modelo neoliberal e a exclusão social dele decorrente tenha começado com o governo Collor, não nos esqueçamos de que foi exatamente no primeiro mandato de FHC que tal modelo foi efetivamente aprofundado e, como já tivemos a oportunidade de afirmar, o movimento de luta pela terra encontrou, a partir de 1994- 95, um “solo mais fértil” para sua expansão pelo fato de o novo governo ser, pelo menos em princípio e à primeira vista menos repressivo e mais democrático se comparado ao governo Collor (2003, p.16).

Esta realidade advém do fato de o MST contar em sua base social com aqueles que não têm mais direitos a perder, além de trabalhadores sem terra, bóias-frias, juntam-se agora os desvalidos da cidade, que buscam no Movimento algo que lhes dê condições de vida e sustentabilidade.

⁴⁸ Para obter maiores informações sobre esses pesquisadores e suas informações, sugerimos consultar Navarro (2002).

A postura adotada pelo MST a partir da realização do seu III Congresso realizado em junho de 1995, de combate à política neoliberal tendo em vista os prejuízos trazidos à agricultura, trouxe, para este Movimento, grandes aliados políticos, alcançando visibilidade inclusive internacional.⁴⁹ Para isso, dois acontecimentos marcaram tragicamente a história do MST e da luta pela terra: o massacre de Eldorado do Carajás e o de Corumbiara, ocorridos em abril de 1995 e agosto de 1996 respectivamente⁵⁰.

Esses acontecimentos provocaram a realização de uma marcha⁵¹ em favor da reforma agrária e contra a política neoliberal, da qual participaram não apenas integrantes do MST, mas diversos segmentos da classe trabalhadora. O evento é considerado pelos sem terra como uma vitória contra o governo FHC que buscava, de acordo com Colleti (2003), “isolar e combater o MST”.

É importante ressaltar nesse período a presença de outros movimentos sociais rurais no cenário rural além do MST. De acordo com Navarro (2002), Pernambuco contava em 1996 com seis movimentos, em sua maioria, dissidentes do MST. Segundo ele, estes movimentos seriam o reflexo do descontentamento de alguns de seus integrantes às ações cada vez mais radicais e antidemocráticas do MST e de uma visão política distinta da vida social.

A opinião deste autor diverge da visão de Colleti, que denuncia serem estes movimentos, frutos de uma estratégia política de incentivo à criação de movimentos sociais rurais subordinados ao governo. A intenção, segundo ele, era de criar um isolamento político, desmoralizando o Movimento, conforme constatamos abaixo:

⁴⁹ A repercussão política internacional que estes acontecimentos provocaram, forçou o governo à criar um órgão com poderes ministeriais que combatesse a violência no campo- MEPE (Ministério extraordinário de Política Fundiária). Em seu segundo mandato FHC relativizou-o como MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), versão que permanece até hoje.

⁵⁰ De acordo com Colleti: O massacre de Eldorado de Carajás, no leste do Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996, resultou da truculência da Polícia Militar contra os sem-terra, tendo gerado a morte de 19 sem terras, além de ter deixado outros 41 sem-terra, incluindo mulheres e crianças, e quatro militares feridos. O confronto ocorreu quando 200 policiais militares tentaram liberar a rodovia PA-150, bloqueada por 1200 trabalhadores rurais. Tratou-se do maior massacre dos sem terra ocorrido nos últimos tempos. Foi o segundo massacre no governo FHC, pois em agosto de 1995 ocorrera o massacre no município de Corumbiara, em Rondônia, quando 300 policiais militares invadiram de madrugada a fazenda Santa Elina, ocupada por 514 famílias sem-terra, expulsando-as do local. O resultado: dois policiais e dez sem-terra mortos. Esses massacres, e principalmente o de Eldorado do Carajás, noticiados pela mídia, chamou ainda mais a atenção da opinião pública nacional e internacional para a grave situação da luta pela terra no Brasil.

⁵¹ Sobre a marcha, o mesmo autor ressalta: (...) A marcha converteu-se na maior manifestação realizada contra o governo FHC e sua política neoliberal e levou, segundo o MST, cerca de 100 mil manifestantes a Brasília; segundo outras fontes, 30 mil manifestantes para a capital do país.

Por fim, uma última providência governamental: o governo tem estimulado, sorrateiramente, a criação de novos movimentos sociais no campo, menos agressivos politicamente e mais dóceis ao governo, com o objetivo de conduzir o MST ao isolamento e de criar canais alternativos de interlocução política. Há denúncia de que a Força Sindical, por exemplo, estaria recebendo dinheiro do governo para formar “lideranças” rurais [...] (COLLETTI; 2003, p. 25).

Apesar disso, vale ressaltar aqui que em alguns Estados a presença de instituições ligadas à luta da terra chega a ser mais expressiva do que o próprio MST, contribuindo de forma positiva para a democratização do acesso a terra. Conforme o mesmo autor salienta:

[...] no Mato Grosso do Sul, em 2000, por exemplo, de um total de 68 ocupações de terra, 41 foram realizadas pela CUT do Mato Grosso do Sul, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e por alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais daquele mesmo Estado, contra apenas 10 ocupações realizadas pelo MST (2003, p.12).

Há ainda um outro fator a mencionar que marcou o governo FHC em seus dois mandatos, no tocante à questão agrária e ao MST: o elevado número de assentamentos rurais criados no período. Mesmo considerando que os números apresentados apresentam sérias distorções em relação a dados de instituições como a Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA)⁵², há que considerar que houve avanços significativos, ao menos até 2001⁵³, fruto, sobretudo, da pressão deste e de outros movimentos sociais sobre as instâncias governamentais.

Apesar dos números tão favoráveis à Reforma Agrária e ao MST, o ano de 2001 não foi de grandes avanços e sim de resistência para manutenção das conquistas alcançadas. Diversas ações foram realizadas com o intuito de quebrar a resistência dos trabalhadores, tais como a criação do Banco da Terra e a reforma agrária de Mercado⁵⁴. Não sendo objeto de nosso estudo no momento discutir o funcionamento e objetivo de tais medidas governamentais, cabe-nos apenas mencioná-las.

O ano de 2001 foi, na opinião de Coletti, um dos anos mais difíceis do governo FHC para o MST. De acordo com o autor, a razão para isso foi a perseguição sofrida pelos movimentos sociais rurais, especialmente o MST, pelo governo e outros atores que passaram

⁵² Houve ainda um grande número de denúncias realizadas pela grande imprensa de que o governo teria aumentado os números sobre a reforma agrária com o intuito de autopromover-se.

⁵³ De acordo com Dados do Fórum Nacional de Reforma Agrária e Justiça no Campo, baseados em dados do INCRA, foram assentados até 7/12/2001, 23.573 famílias.

⁵⁴ Aqueles que desejarem mais informações a respeito, consultar Parreira (2005), Coletti (2003) e, numa visão destoante, Navarro (2002).

a compor o cenário político ligado à questão da terra nas últimas décadas tais como as indústrias de alimentos para exportação e as multinacionais de biotecnologia.

Em razão disso, o MST adotou uma postura de retraimento, procurando conservar as “conquistas” alcançadas até o momento, direcionando suas reivindicações para insumos agrícolas e políticas públicas para os assentamentos e acampamentos, sem deixar, contudo, de continuar exigindo o assentamento de famílias acampadas à beira das estradas e rodovias de todo o país.

Vale salientar que, desde o ano de 1999, o MST vem adotando uma internacionalização de sua agenda política, expandindo seus protestos para além da questão da terra. Alguns dos temas discutidos pelo MST em suas ações estão diretamente relacionados com o mercado de produtos agrícolas; outros são de crítica ao FMI e sua política para os países em desenvolvimento, como o Brasil⁵⁵.

Muitos desses protestos ganham forma principalmente em veículos de comunicação de esquerda. Mas o Movimento também adota outras formas de explicitar seu protesto, tais como faixas e cartazes expostos em passeatas, além da oratória de alguns de seus líderes em congressos e entrevistas em que estes falam em nome do MST e de sua luta.

Outra tentativa de combater as ocupações de terra promovidas principalmente pelo MST, durante o governo FHC, merece ser mencionada: a decretação de duas medidas provisórias, que de acordo com Fernandes: “[...] determinava o não-assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra e outra que determinava a não-vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos quando ocupadas mais de uma vez. (2003.p, 15)”.

Muitas das medidas adotadas pelo governo FHC permaneceram no governo Lula, eleito em 2002. Uma delas é a de considerar a questão agrária como um problema de mercado. Essa direção política, segundo Fernandes, não é nova; tem origem em 1990, com a criação do Paradigma do Capitalismo Agrário, onde de acordo com o autor,

[...] procura desconsiderar a existência da questão agrária como problema insolúvel no capitalismo. Partindo desse pressuposto, propõe uma solução por meio da integração dos camponeses ao mercado e ao capital. A partir dessas condições e com a execução de políticas desenvolvidas pelo Estado, seria superado o problema agrário do capitalismo. (2006, p.16).

⁵⁵ É importante frisar que o MST possui uma gama de aliados políticos também fora do Brasil, tais como a Via Campesina, que possui influência política também em outros países da América Latina.

A partir desse pressuposto, muitos autores passaram a entender que não existe mais problema agrário, posição que se tornou predominante também entre os partidos políticos de direita e de esquerda, principalmente o PT. Sob este argumento, muitas medidas governamentais desde o governo FHC têm sido justificadas, notadamente a reforma agrária promovida através do Banco da Terra, já mencionada aqui.

Por se tratar de um governo de base originalmente popular, a quem não só o MST como todos os movimentos de esquerda ofereceram apoio incondicional durante o período eleitoral, a relação com o governo Lula tem sido para o Movimento, no mínimo confusa. Isto se deve ao fato de este governo, diferentemente do que se esperava⁵⁶, não só continuar a política neoliberal desenvolvida durante o governo FHC, como ampliá-la especialmente na área rural. Conforme nos mostra Pereira:

Para o MST a conjuntura é especialmente difícil, pois praticamente não houve conquistas para a sua base social. Entre Janeiro de 2003 e setembro de 2005, o desempenho da política de reforma agrária foi mínimo, e milhares de famílias sem terra permaneceram acampadas por todo país, sem qualquer sinalização do governo federal de que suas reivindicações serão atendidas. Para se ter idéia da gravidade da situação, em outubro de 2003, esse público era de 171.288 famílias. [...] Além disso, o quadro de deteriorização sócioeconômica dos assentamentos não foi revertido. Note-se que tudo isso vem ocorrendo depois de anos na política neoliberal e repressão promovida pelo governo Cardoso, o que agrava ainda mais o quadro atual. Por outro lado, mesmo com um distanciamento crescente ao longo da década de 1990, o MST sempre foi aliado do PT e apoiou a candidatura de Lula em 2002[...] (2003, p.11)

Apesar desse cenário negativo, o MST considerava o governo Lula como aliado da reforma agrária, embora criticasse a condução que este estava dando ao problema agrário. Esta situação complicou-se após os escândalos de corrupção⁵⁷ envolvendo pessoas do alto escalão do governo, o que provocou uma crise na esquerda brasileira desde então.

⁵⁶ Sobre esta expectativa frustrada do Movimento em relação ao posicionamento do governo Lula, Stédile comenta: “No fundo, o povo votou no Lula confiando que o Lula garantiria as mudanças. Bom, vem o governo Lula e no período mantém as políticas neoliberais; nós os movimentos sociais, quando fazíamos interlocução com o governo sempre nos era dito que a manutenção daquelas políticas neoliberais não era uma decisão do governo Lula de manter as políticas econômicas neoliberais não era uma decisão que representasse a vontade unitária das forças que tinham garantido a vitória e que estavam administrando o país.” (Entrevistas analisam a crise do país disponível em www.mst.org.br acesso em 10 de julho de 2007)

⁵⁷ Trata-se da maior crise de corrupção enfrentada pelo governo Lula em (2005/2006). O escândalo do mensalão como ficou conhecido, referia-se a uma suposta mesada que os deputados recebiam do governo para aprovar os projetos de interesse do poder executivo. Maiores informações consultar a enciclopédia eletrônica wikipédia pelo site de busca www.google.com.br Acesso em 12 de julho de 2008

Fruto de várias alianças políticas, o governo Lula tem agido com cautela em relação aos movimentos sociais, mas não tem encaminhado o problema agrário para uma solução de longo prazo, ao contrário. De acordo com autores como Gonçalves (2005), este governo já parece decidido a apoiar sem restrições o agronegócio brasileiro em detrimento dos trabalhadores rurais. Situação que fica evidenciada pela nomeação de cargos políticos vinculados à reforma agrária e pela liberação de elevadas cifras destinadas ao setor, em detrimento agricultura familiar. Observemos como Gonçalves ressalta nesta passagem:

[...] O governo Lula, por seu lado, vem tomando o agronegócio como um de seus pilares de sustentação, tendo até mesmo nomeado o presidente da associação brasileira de agrobusiness, o Sr. Roberto Rodrigues, para Ministro da Agricultura, e o Sr. Luis Fernando Furlan, proprietário de uma das maiores empresas brasileiras do setor industrial, a Sadia, para seu Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio [...] São ainda exageradamente desproporcionais os recursos públicos destinados aos poucos grandes empresários do setor do agrobusiness vis-a-vis os destinados aos milhões de pequenos agricultores, conforme dados oficiais do orçamento da União (cerca de R\$ 28 bilhões contra aproximadamente US\$ 4,5 bilhões em 2004) (2005, p.7).

Mesmo diante da postura do governo Lula, o MST tem evitado o confronto direto, limitando-se a fazer críticas à política neoliberal herdada de FHC. Em razão disso, as ações do Movimento vêm assumindo um caráter de oscilação entre momentos de apoio e de protesto, estes evidenciados nas mobilizações que ainda promove, como a Marcha à Brasília, ocorrida em 17 de maio de 2005⁵⁸.

Ainda de acordo com Gonçalves, o MST desistiu de pressionar para que o Governo cumprisse a promessa de campanha de assentar 1.000.000 de famílias até o final de seu primeiro mandato, contentando-se com 430.000 e mesmo assim esse número não vem sendo atingido. As estatísticas não são animadoras. Em 2003, a meta era assentar 60.000 famílias; somente 36.000 conseguiram terra. Para 2004, a previsão era de que pelo menos 115.000

⁵⁸ Em relação à marcha de 2005, encontramos no texto de Isabel Loureiro uma nota de rodapé que descreve bem a força organizativa do Movimento. Diz ela: “Lembram Luiz Bassegio e Luciane Udovic, da secretaria do Grito dos Excluídos Continental, que acompanharam a marcha: ‘Ao longo da marcha houve muitos aspectos positivos que merecem ser lembrados, já que alguns setores da imprensa não tiveram interesse em relatar. O processo de formação que todas as tardes era realizado foi um dos exemplos. OS 12 mil marchantes acompanhavam diariamente, através de uma estação de rádio montada no acampamento, palestras, debates e estudos de documentos. A organização e a disciplina também eram notadas no cotidiano do acampamento; montagem e desmontagem das barracas, distribuição da alimentação, zelo com o meio ambiente e a limpeza do local por onde passava a marcha. Nem um simples papel era deixado no chão. Durante os percursos, jovens passavam entre as fileiras recolhendo toda espécie de lixo. Por onde passou a marcha, só ficaram a admiração e o apoio da população que acolhia. Aliás, o grande número de jovens marchantes mostra que o movimento cresce e se fortalece a cada dia.’ (2008, p.108)

fossem acomodadas em áreas destinadas à reforma agrária, mas apenas 81.200 conseguiram este intento.⁵⁹

Em 2006, embora os avanços tenham sido limitados, o Movimento, junto com outras organizações como a Via Campesina e a coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) compreendeu que se fazia necessário sair em defesa da reeleição de Lula. A intenção era evitar que a direita retornasse ao poder, pois para estas entidades, segundo Gonçalves:

Havia interesses de classe divergentes atrás de cada candidatura. No mínimo, a vitória de Lula representaria, simbolicamente, a vitória da classe trabalhadora, a manutenção de alianças na América Latina com governos progressistas e o respeito aos movimentos sociais. Esse novo posicionamento no processo eleitoral fez com que nos engajássemos na campanha pela reeleição de Lula. O que não significou desconsiderar os erros e as fragilidades cometidas no primeiro mandato. Entre eles, a falta de um claro projeto que enfrente os problemas estruturais do povo, com a realização da Reforma Agrária (2005, p.02).

Ainda neste documento dirigido a sua base social e simpatizante, o MST convoca todos para pressionar o governo a assumir uma postura em defesa dos interesses da classe trabalhadora, atentando inclusive para o fortalecimento da integração do Brasil com os demais países latino-americanos contra os objetivos colonizadores das grandes potências mundiais.

Mesmo estando em um momento contrário à luta de classes, reconhecido pelo próprio Movimento em passagens que iremos expor no terceiro capítulo, o MST afirma que seu objetivo maior não é a reforma agrária em si. Ela representa o meio pelo qual o Movimento espera chegar à sociedade que em seus textos está denominada de sociedade socialista.

Entender qual a natureza desta sociedade socialista proposta pelo MST é a tarefa que nos dispomos a realizar neste trabalho. Para tanto, realizaremos no próximo capítulo uma análise das experiências socialistas que foram desenvolvidas ao longo da história para compreender o que teria dado errado nesta tarefa de construir uma sociedade de homens livres.

Lembremos que a teoria marxiana tem sido desde o início o fio condutor de nossa pesquisa. E, sendo assim, é também com base no pensamento de Marx sobre o socialismo que pretendemos realizar nossas análises nesta parte do trabalho.

⁵⁹ Embora tenham sido extraídos do texto do autor, esses dados são originalmente encontrados na Folha de São Paulo de 15/ 5/2005.

2. O SOCIALISMO EM MARX E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST

Conforme sinalizamos na introdução, partimos do pressuposto que a teoria marxiana é hoje o caminho mais correto para explicar a realidade social. Sem esse fio condutor, torna-se difícil entender desde os motivos que culminaram nos insucessos que a esquerda revolucionária obteve na sua luta pela implantação do socialismo⁶⁰, até o momento de aparente letargia revolucionária por qual passa a humanidade atualmente.

Essa importância dada à teoria de Marx para compreender o momento atual é de certa forma compartilhada pelo MST, pois embora o Movimento não seja orientado por uma linha rigorosamente marxiana, busca no marxismo a principal inspiração para definir a sociedade socialista que defende e almeja construir. Todavia, apesar de fazer referência a vários autores (marxistas ou não), alguns com claras divergências teóricas, é consenso entre aqueles que pesquisam o Movimento a importância que Lênin e Guevara têm em seu direcionamento teórico e prático. Esta afirmação é compartilhada por Lazzaretti, quando afirma:

Estes princípios gerais que norteiam a luta pela terra e as propostas de reforma agrária são retirados de idéias e/ou esquemas ideológicos de natureza revolucionária e socialista. Orientados pelas idéias marxista-leninistas e também de grandes revolucionários como Ernesto Guevara de La Sierna, vulgo Che Guevara, Mao Tse-Tung (líder da Revolução Cultural na China) e Fidel Castro (presidente de Cuba), entre outros, para citar os mais importantes, o MST ergueu os alicerces e os fundamentos de sua ideologia transformadora não só da situação de distribuição das terras no Brasil, mas também da produção de um mundo sem antagonismos de classes, ou seja, um mundo socialista onde a luta revolucionária constitui-se na ferramenta apropriada, segundo o Movimento, para combater as desigualdades sociais e o *status quo* vigentes na sociedade capitalista (2007, p.96).

Essa passagem confirma o que constatamos ao longo de nossa pesquisa. Numa palavra, não há no MST referência direta aos textos marxianos⁶¹. Embora Marx seja

⁶⁰ É importante ressaltar que Marx considera o socialismo como ‘primeira fase do comunismo’, ou seja, o período inicial da sociedade comunista, o que nos leva a crer que essas duas expressões podem ser usadas como sinônimos. Em sua obra: “Crítica ao Programa de Gotha” vamos encontrar: “Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (2001, p.4-5).

⁶¹ Esclarecemos que essa afirmação não significa dizer que as obras marxianas sejam desconhecidas do Movimento, mas que o MST vai buscar em Lênin e nos autores acima citados os principais fundamentos filosóficos da teoria que o orienta.

constantemente referido, a aproximação que o MST tem das obras desse autor é pela via leninista, e não do que se convencionou chamar de marxismo-leninismo⁶² conforme supomos no início de nossa pesquisa. Sobre esta última Netto escreve: “[...] uma leitura particular de Lênin, a leitura realizada pela autocracia stalinista, o situou como uma contribuição canônica, de valor universal, à obra de Marx – pretendendo que fosse Lênin o único continuador legítimo de Marx” (1985, p.53). Na mesma página ele continua: “Este é o marxismo institucionalizado pela terceira Internacional: o marxismo-leninismo, que recebeu a sua formulação ‘clássica’ sob a chancela pessoal de Stálin [...]”.

Entendemos que o MST se apóia principalmente em Lênin por achar que o filósofo conseguiu fazer a unidade entre teoria e prática revolucionária⁶³, segundo percebemos na obra de Vásquez utilizadas pelo Movimento:

A concepção leniniana da práxis supõe, pois uma concepção da teoria cuja especificidade vem precisamente de sua peculiar unidade com a prática. E supõe, também, uma visão da prática que provém justamente de sua união peculiar com a teoria. Finalmente, supõe uma reflexão sobre a própria unidade tanto de uma como de outra, ou seja, sobre a práxis [...] (2007, p.177).

Essa forte influência de Lênin sobre o MST é complementada pela identificação que o Movimento⁶⁴ tem com os textos e história de vida de Ernesto Che Guevara⁶⁵, julgado por ele (MST) como modelo de um verdadeiro revolucionário.

Em várias cartilhas do Movimento direcionadas à militância encontramos citações das principais obras⁶⁶ de Lênin sobre organização. Na visão do MST, nos diz Bogo:

Lênin é, de certa forma, quem representa o marco divisório entre a teoria política da organização e sua vinculação com a prática. Ele próprio desenvolveu a teoria do partido político da classe trabalhadora, dando-lhe a definição de “forma superior de organização”. É através dele que a classe trabalhadora tem o poder de

⁶² Temos clareza que nossa compreensão sobre este assunto diverge de autores como Lazzaretti (2007) que partilham da idéia de que os textos do Movimento são fundamentados no marxismo-leninismo. Entretanto por não ser esse o foco de nossa pesquisa, não penetraremos nessa polêmica agora, deixando essa discussão para um outro momento.

⁶³ Citando Lênin, Vásquez (2007, p.177) escreve: [...] “Mas, inversamente, disse também em uma passagem, não por acaso menos citada: ‘Uma teoria revolucionária correta... só se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário’. Isto é, a teoria necessita da prática não só para surgir e verificar-se nela, como também para forma-se ‘de uma maneira definitiva’.”

⁶⁴ Além dos pontos mencionados é importante frisar que há na teoria dos dois autores (Lênin e Guevara) uma forte identificação com o Estado e o Partido Político entendidos por eles como principais instrumentos na luta revolucionária em busca do socialismo.

⁶⁵ É importante também ressaltar o forte apelo humanitário presente nas obras de Guevara que é assimilado pelo MST, conforme perceberemos ao longo destes próximos capítulos.

⁶⁶ Com destaque para: “Que fazer?” “Dois passos para frente dois para trás”, “Duas táticas da social democracia” e o “Estado e a Revolução.”

autodeterminar o seu destino; para isso, precisa formular um programa, estratégias e táticas para chegar ao objetivo final. (2005, p.16)

Além disso, é explícita a referência à revolução russa como o caminho revolucionário a seguir para atingir a sociedade socialista.

Em sendo assim, neste capítulo buscaremos inicialmente compreender qual o percurso trilhado pela esquerda na construção do socialismo. Num segundo momento, analisaremos a revolução russa procurando entender de que forma ela influencia o pensamento ideológico do MST. Por fim, pretendemos identificar se há de fato uma relação da teoria que norteia o Movimento com o pensamento de Marx.

2.1. Os descaminhos ideológicos da esquerda.

De acordo com alguns autores⁶⁷, partimos do pressuposto que estamos hoje mergulhados numa crise teórica e política profunda, em que não estão claras as perspectivas futuras da humanidade. Não é nosso objetivo neste trabalho tecer considerações sobre o caráter destrutivo de que o capitalismo se tem revestido nos últimos tempos. Autores da envergadura de Meszáros e François Chesnais têm se dedicado a este objetivo com um empenho singular.

Segundo nos parece, uma das conseqüências mais danosas para a humanidade deste direcionamento que o capitalismo vem adotando é a perda de uma perspectiva revolucionária por aqueles que compõem a esquerda mundial. Não por acaso, este abandono revolucionário está ligado, como demonstraremos mais adiante à fragmentação da esquerda, originada quando o capital assume a face monopolista.

Esta aparente paralisia não foi provocada pela simples vontade política dos indivíduos, ou por divergências teóricas. O problema, segundo Meszáros, é bem mais sério do que parece, pois

[...] por inércia, a posição defensiva do movimento, explícita ou tacitamente, aceitou tratar a ordem sócio-econômica e política estabelecida como estrutura e pré-requisito necessários de tudo que se poderia considerar “realisticamente viável” dentre as exigências apresentadas, demarcando ao mesmo tempo a única forma legítima de resolver os conflitos que poderiam resultar de reivindicações rivais dos interlocutores. Para júbilo das personificações do capital, isso foi o equivalente a uma espécie de autocensura. Representou uma autocensura anestesiante que resultou numa inatividade estratégica que continua ainda hoje a paralisar até mesmo o

⁶⁷ Somente para mencionar alguns deles: José Paulo Netto, (2006), Ivo Tonet (2005), José Chasin (1987) e István Mészáros (2003)

resquíio mais radical da esquerda histórica, sem falar nos seus elementos antes genuinamente reformistas, hoje totalmente domesticados e integrados (2003, p.93).

Essa fragilidade da classe trabalhadora ante o movimento do capital, tal como o autor sugere, acabou se transformando num aliado poderoso do sistema. Com um discurso que legitima a ordem sócio-metabólica do capital, o que antes foi considerado vanguarda de um movimento radical em busca do socialismo, assume agora a posição de que não há outro horizonte para a humanidade senão aperfeiçoar o sistema vigente.

A nosso ver, essa aparente rendição da esquerda aos objetivos capitalistas encontra raízes no que Tonet e Nascimento (2006) denominam de centralidade da política.

Antes de adentrarmos no mérito dessa questão, convém ressaltar que este movimento não ocorreu de uma hora para outra, e tampouco foi motivado por um oportunista de última hora. Trata-se na nossa concepção de um equívoco teórico ocorrido na metade do século XIX e acentuado com a revolução russa. Nas palavras de Nascimento:

[...] a “conversão” da esquerda à democracia foi um processo que implicou, sobretudo, em grandes reformulações teóricas, especialmente de conceitos como socialismo, democracia, cidadania, política, revolução, Estado, sociedade civil, entre outros, seguido também por intensas mudanças práticas. (2003, p.76)

Nesta direção, o socialismo originalmente definido por Marx como uma ‘sociedade de homens livres’ perde o seu verdadeiro sentido passando a representar:

[...] uma forma de exercer o poder marcada profundamente pela imposição de um igualitarismo artificial que prejudicaria sobremaneira o exercício das liberdades. A partir dessa idéia, identifica-se socialismo a totalitarismo, a centralidade política, a planificação da economia, a massificação da sociedade, a anulação da personalidade humana etc. Esse discurso é assumido e propagado pelo senso comum, sem que se defina o que se entende efetivamente por liberdade [...] (idem, p.13).

Essa concepção com claras referências às experiências desenvolvidas em países do leste europeu e à revolução bolchevique traz intrínseca a idéia de socialismo como contrário à liberdade, entendida pelo senso comum como sinônimo de livre iniciativa, ou de respeito ao Estado de direito onde todos os indivíduos seriam ‘iguais’ perante a lei. A solução para evitar que se repita o desastroso fim do socialismo russo na concepção da esquerda seria a defesa árdua e incansável da democracia: “[...] Deste modo, a esquerda moderna sempre que adota a expressão socialismo, demarca que se trata de um ‘socialismo democrático’ em oposição às formas de ‘socialismo autoritário’ objetivadas pelo mundo. (idem, p.14)”.

Parece-nos, contudo, que o sentido dado à liberdade⁶⁸ como sinônimo de democracia não é o de liberdade humana, tal como apregoara Marx, mas o de uma liberdade restrita e condicionada ao mercado. O homem nesta concepção não é visto como um ser que se constrói através do trabalho. Este ato por sua vez (do trabalho) que a nosso ver deveria ser o eixo de toda luta revolucionária fica ofuscado pela idéia de uma democracia (leia-se mesmo sentido de liberdade) parcial e limitada.

Vejamos o que dizem Tonet e Nascimento à respeito:

[...] a categoria determinativa do socialismo é a liberdade. Não aquela liberdade abstrata, a liberdade de pensar diferente, tampouco a liberdade que se manifesta nos instrumentos políticos, como a democracia e a cidadania. O que se busca com a resposta radicalmente libertária do socialismo revolucionário é a centralização da questão da liberdade na liberdade tout court, na liberdade como autodeterminação, como processo consciente e planejado de autoconstrução social. No socialismo as forças estranhas são subjugadas e quem conduz o envolver do processo de edificação do homem é o próprio homem livre. [...] (2006, p.27)

Para entender melhor essa aparente incompreensão da obra de Marx por parte da esquerda que culminou com o abandono da via revolucionária, convém recorreremos à história em que esses acontecimentos se desenrolaram.

O terreno político e econômico em que as inflexões da esquerda ocorrerão remonta ao período próspero do sistema capitalista. Trata-se do que ficou conhecido como era dos monopólios, especificamente o período concentrado entre a última quadra do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial. Segundo Netto (2006, p.177):

Ao longo do capitalismo concorrencial, a classe capitalista foi se diferenciando em razão do volume de capital nas mãos de cada capitalista existiam grandes, médios e pequenos capitalistas. A concorrência entre eles [...] era desenfreada e, naturalmente, os grandes capitalistas tinham maiores chances de levar o melhor na luta que todos travavam entre si. Na segunda metade do século XIX, especialmente na seqüência imediata da crise de 1873, esse quadro será estruturalmente modificado: as tendências do capital que já conhecemos, à concentração e a centralização, confluíram na criação de modernos monopólios [...]

As mudanças ocorridas no âmbito da tecnologia, iniciadas ainda sob vigência do capitalismo concorrencial, apontavam para importantes desenvolvimentos das forças produtivas em todas as frentes. Segundo Netto: “Os impactos [...] foram de tal ordem que

⁶⁸ Alertamos que essa discussão sobre liberdade como sinônimo de democracia é extremamente complexa não sendo nosso interesse aprofundá-la neste momento. Para uma contribuição efetiva sobre essa questão sugerimos consultar: “Democracia ou Liberdade” de Ivo Tonet, publicado pela Edufal em 1997.

alguns historiadores caracterizam o último terço do século XIX como o de uma segunda ‘revolução industrial’ ou de uma segunda fase da Revolução Industrial [...]” (2006 p.176)

Todas essas evoluções trouxeram à classe trabalhadora mudanças significativas. No aspecto econômico o desenvolvimento tecnológico permitindo a concentração da extração do lucro capitalista da mais-valia absoluta para a relativa. O quadro se apresentava tão promissor que foi possível ainda fazer concessões à classe trabalhadora sem pôr em risco os ganhos que o sistema estava alcançando até então.

Não por acaso, essas concessões se inserem numa estratégia da burguesia em apaziguar os conflitos cada vez mais crescentes entre capital e trabalho, e ainda manter sob controle as possíveis sublevações que poderiam surgir⁶⁹. Evidentemente que essas mudanças não buscavam alterar a lógica capitalista, ou seja, a propriedade dos meios de produção permaneceria intocada nas mãos de uma classe.

No meio operário, as idéias de Marx, que não faziam coro até então, começaram a ganhar espaço, e o movimento da classe trabalhadora se fortaleceu. A primeira grande ressonância do pensamento revolucionário de Marx desenvolveu-se na Alemanha, a partir dos finais dos anos 70, com a criação do Partido Social-Democrata Alemão, que em 1889 foi o eixo onde se gestou a II Internacional.

Sem dúvida, essa entidade teve grande relevância na divulgação da obra de Marx⁷⁰. Mesmo que de maneira distorcida, seu poder de abrangência entre os trabalhadores tornou acessível o objetivo de lutar por algo que libertasse a classe trabalhadora da exploração capitalista. À frente desta poderosa organização, um grupo de intelectuais debatia entre si a herança do legado marxiano. Entre eles merecem destaque dois grandes grupos que iriam marcar definitivamente os rumos ideológicos da esquerda mundial: os reformistas e os revolucionários.

O primeiro, representado por teóricos de peso como Bernstein, Plekhanov e posteriormente por Kautsky, comumente chamado de social-democracia, argumentava ser

⁶⁹ Sobre este período, Netto relembra em momento oportuno: “Recorde-se que são da segunda metade do século XIX empreendimentos expressivos para uma abordagem não-repressiva da “questão social”, empreendimentos afinados com esse reformismo burguês foram iniciativas para racionalizar a filantropia (lembre-se a fundação em Londres, em 1869, da Charity Organization Society) e, também, os enunciados católicos de Leão XIII na *Rerum Novarum* (1891)” (2008, p.175).

⁷⁰ Em relação à dificuldade de popularizar a obra de Marx entre os trabalhadores daquele período, Netto acrescenta: “De um lado, a complexidade mesma da obra marxiana, que supõe, para a sua correta leitura, uma sólida formação cultural, especialmente um conhecimento profundo dos procedimentos dialéticos. Como complicador, lembre-se ainda que muitos textos marxianos fundamentais permaneceram inéditos ao longo do tempo. De outro lado, as próprias necessidades de tornar acessível às massas um pensamento tão cheio de matices favoreceram uma atitude esquemática e simplificadora em face de reflexões ricas e multifacéticas”[...] (s/d: p.36)

necessário proceder a uma revisão das obras de Marx, visto que os últimos progressos obtidos pelo sistema não deixavam margem de dúvida quanto à sua força e imensa capacidade de conciliação de interesses entre as classes.

Segundo Nascimento (2003), Bernstein achava que a nova conjuntura econômica mundial tornava obsoleta a idéia da revolução, visto que a transição do capitalismo ao comunismo seria algo gradual e inevitável. Sendo assim, não haveria necessidade de uma luta árdua e desgastante, uma vez que as reformas se encarregariam de levar a humanidade à construção de uma sociedade emancipada.

Comentando o pensamento do autor sobre o possível equívoco cometido por Marx, (Vranicki apud Tonet e Nascimento) afirmam:

O alvo fundamental da crítica de Bernstein no que tange aos pressupostos filosóficos do marxismo está no fato de Marx ter se deixado seduzir pelas armadilhas do método dialético hegeliano, submetendo as leis de desenvolvimento econômico e social a um paradigma arbitrário de progressivo aguçamento das contradições que, ao se alcançar o pináculo, apenas seria solucionado com o desfecho de uma erupção violenta e revolucionária. De sorte que, segundo Bernstein, não teria sido uma compreensão realista da sociedade que haveria impelido Marx e seus discípulos a formularem uma teoria da luta de classes, da agudização das contradições e das crises econômicas e sociais, mas a aplicação acrítica e apriorística do método dialético hegeliano. Nota-se, portanto, que em Bernstein há uma recepção esquemática da dialética, responsável pela visão dualista que ele tem da obra de Marx (2006, p. 11).

Emblemático também é o pensamento de Karl Kautsky, autor que teve papel fundamental na institucionalização do pensamento da social-democracia alemã e cuja influência se propagou por toda a esquerda mundial.

De teórico inserido na linha do marxismo ortodoxo, Kautsky vai se inclinando aos poucos a uma linha de pensamento claramente reformista. De acordo com Nascimento, é possível acompanhar o redirecionamento de seu pensamento através de suas obras escritas ao longo de sua trajetória intelectual.

Para sermos breves, em: “Comentários ao Programa de Enfurt”, criticando as teses reformistas, Kautsky ressalta (apud Nascimento):

Com isto não queremos dizer que a revolução social e a abolição da propriedade privada dos meios de produção virão por si mesmo, impostas por um processo natural irresistível, sem a participação do homem, nem que todas as reformas sociais sejam inúteis e que aos que sofrem os efeitos das contradições entre as forças de produção e as relações de propriedade e suas conseqüências não lhes ficam mais que cruzar os braços à espera que sejam superadas tais contradições.(2003, p.81)

Em sua obra “O Caminho ao poder”, escrita em 1909, Kautsky advogava que a social democracia não deveria participar dos partidos burgueses, pois assim estaria apenas vendendo sua força política para o governo burguês. Desta maneira, a burguesia seria a única a levar vantagens com o apoio das massas ao poder político institucional, uma vez que somente estariam sendo definidas condições para a compra e venda da força de trabalho. Segundo Nascimento, já nesta obra ele faz uma clara defesa em relação à não-destruição do Estado, que culminaria em 1914 com a sua total adesão ao pensamento reformista.

Sob o argumento de que o capitalismo no final do século XIX e início do século XX se apresentava num momento político e econômico favorável à conciliação dos interesses de classe, Kautsky vai afirmar que o processo de democratização no interior do Estado permitiria o controle político por parte da classe operária. Nas palavras de Nascimento:

O processo de democratização do Estado passaria a ser indefinido. Quanto mais se amplia esse processo, mais os aparelhos de coerção estariam sob o controle da vontade popular. O fim da luta de classes desnudaria o Estado de seu caráter opressor, mas permaneceria seu caráter regulador. Não seria necessária a abolição do Estado; mais da natureza classista do poder público (2003, p.94)

Também na esfera econômica as mudanças aconteceriam. Na visão social democrata, este seria o segundo momento mais importante que possibilitaria a igualdade de acesso à produção econômica. Comentando a conversão de Kautsky, o mesmo autor discorre:

[...] Ademais, para o Kautsky anti-revisionista, superprodução e subconsumo eram iminentes ao funcionamento da produção capitalista e, conseqüentemente eram a porta aberta para as revoluções das massas espoliadas. Porém, ao passo que o “capitalismo organizado” afastou qualquer possibilidade de disfunção econômica, para o movimento socialista a questão estava em obter os meios de intervir politicamente, de modo que, após a sua vitória democrática a classe trabalhadora poderia intervir na esfera da distribuição. Para isso seria necessário retirar da esfera privada a máquina produtiva, pois o capitalismo provou que, ao alcançar o estágio onde dominam as sociedades por ações, a crise da antiga direção empresarial privada se tornou manifesta, necessitando-se de uma nova direção política. (idem p. 97)

Recordemos que para análise do nosso objeto de estudo, “A concepção de socialismo do MST”, a compreensão da trajetória teórica de Kautsky tem uma importância singular, visto que, segundo Lazzaretti: [...] “A visão de Marx, Engels e de Kautsky sobre o assunto,⁷¹ bem como posteriormente a de Lênin, são as mais importantes em termos da formação ideológica do MST.” (2007, p.97)

⁷¹ Lazzaretti, refere-se à questão da participação do campesinato no processo revolucionário. Kautsky é particularmente citado no Movimento por sua obra “A Questão Agrária”.

Segundo nossa compreensão, a relevância atribuída pelo MST ao pensamento do teórico está relacionada aos estudos que este autor fez em relação à questão da terra. Esta temática no entendimento de Lazzaretti teria sido negligenciada por Marx em suas análises e tratada com afincamento pelo teórico em sua obra de maior expressão: “A questão Agrária”, publicada em 1899⁷².

Nela, Kautsky faz várias considerações sobre o campesinato, de forma aprofundada, colocando a questão da cooperação como um dos pilares da sua discussão. É o que afirma Lazzaretti nesta citação:

Em suma, Kautsky não acreditava que o camponês pudesse na sociedade capitalista passar à produção cooperativa. Mas isto, segundo ele, não significava simplesmente que a cooperação não poderia ser um meio para o camponês, no regime capitalista, de aproveitar as vantagens da grande exploração, a fim de consolidar e fortificar a sua propriedade, esta coluna, diz ele, vacilante da sociedade contemporânea. Desta forma, continua Kautsky, compreendendo que só poderá se salvar por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses. Então, completa Kautsky, ela será socialista [...] (2007, p.103)

Nesta passagem percebemos que Kautsky ainda permanece firme em suas convicções teóricas marxianas, posição que, conforme frisamos anteriormente, foi modificada anos depois. Sua influência sobre a formação ideológica do MST só não foi maior do que Lênin, conforme veremos posteriormente.

Por hora, cumpre-nos retomar o pensamento da social-democracia sobre a trajetória em busca do socialismo.

Conforme ressaltamos anteriormente, de acordo com a concepção dessa corrente marxista, o socialismo viria sem rupturas bruscas, num movimento gradativo e irreversível. Para que isso fosse possível, o Estado assumiria nesse processo um papel fundamental. Seguindo uma revisão das obras de Marx, consideradas insuficientes para o momento vivido pelo capitalismo naquela época,⁷³ a social democracia promoverá o conceito de Estado de “comitê executivo da burguesia” para órgão acima dos interesses de classe.

Para tanto, caberia à classe trabalhadora conquistar o poder do Estado e colocá-lo a serviço do interesse geral, por meio do sufrágio universal e da conquista no parlamento. Segundo Nascimento relata nesta passagem:

⁷² Momento em que seu posicionamento sobre a revolução socialista conservava-se ainda crítico.

⁷³ Convém recordar que a centralização do capital através dos cartéis e trustes surgidos a partir de sua forma monopolista (já mencionados por nós neste texto) colocava em evidência o perigo da superprodução exigindo esforços na busca de um Estado conciliador.

Segundo a tese reformista, com a ampliação do sufrágio, o progresso eleitoral dos partidos representantes da maioria seria irresistível, culminando com a presença em massa de seus representantes no parlamento compondo a maioria nos quadros institucionais, o que lhes renderia a ocupação do governo e progressiva organização da sociedade para o ingresso no socialismo. Assim, entre a luta de massas para o fim da exploração capitalista e a incorporação democrática das massas ou de seus representantes nos aparelhos estatais, a social-democracia opta pela segunda alternativa. (2003, p.91-92)

Economicamente, o capitalismo havia chegado a tal grau de auto-regulação que não seria mais necessário temer os momentos de recessão e crise, já que esses problemas seriam sempre resolvidos pelos numerosos investimentos e a conseqüente manutenção do equilíbrio da lei da oferta e da procura.

A democracia aparece no discurso social-democrata como principal estratégia para se chegar ao socialismo. Se antes ela foi duramente criticada por ser considerada um valor burguês, a partir de meados do século XX, com o eurocomunismo⁷⁴, ela passou a ser propagada como “o caminho para o socialismo”⁷⁵, o único possível tendo em vista as mudanças que se interpunham entre o Estado e a esfera produtiva, conforme percebemos nesta citação de Tonet

Se antes a democracia era considerada um valor particular, burguês, agora era entendida como um valor universal, ou seja, um instrumento capaz de contribuir para o enriquecimento do gênero humano. De acordo com C. N. Coutinho (idem: 21) não basta afirmar que a democracia é importante para as forças progressistas, no interior do sistema capitalista. É também preciso deixar claro que “tanto na fase de transição, quanto no socialismo realizado continuam a ocorrer situações que só a democracia política será capaz de resolver no sentido favorável ao enriquecimento do gênero humano” (1997,p.143)

Ainda sobre este assunto, o mesmo autor arremata:

É inegável que, a partir da segunda metade do séc. XIX, a sociedade se tornou muito mais complexa. E que entre o Estado propriamente dito e a sociedade civil (Marx) surgiram inúmeros organismos sociais. E que isto tem que ser levado em conta na elaboração das estratégias de luta. Mas este fato não altera a natureza essencial do Estado nem desloca a oposição social decisiva para o terreno do enfrentamento entre o Estado e a nova sociedade civil. A oposição fundamental continua a se dar no âmbito das relações de produção. Por isso mesmo, todas as outras lutas têm que ter como eixo aquela oposição. [...] (idem, 150).

⁷⁴ Movimento que surge no final da década de 50 como crítica ao socialismo ditatorial da Rússia stalinista. Este movimento pretendia, através do reconhecimento das mudanças ocorridas no interior do capitalismo, elevar o Estado e conseqüentemente a democracia como condições essenciais para a transição socialista, o que seria possível através de uma reeleitura da obra marxiana. Partia-se do pressuposto de que, embora houvesse grandes avanços na área econômica e social, a Rússia carecia de maior participação das massas no processo administrativo e estatal. O Estado então deveria ser tomado para colocá-lo a serviço da classe trabalhadora.

⁷⁵ Afirmação presente num documento do PC italiano, de acordo com Carlos Nelson Coutinho, citado por Tonet (s/d, p.10)

O que fica subjacente a esta afirmativa do autor é que a social-democracia, e não só ela, deslocou o eixo da luta revolucionária da esfera produtiva para o seio da política. Explicaremos melhor: ao atribuir ao Estado e à democracia o caminho para o socialismo, o eurocomunismo e, com algumas diferenças, a social democracia, deixou de lado a questão central para o sucesso da peleja revolucionária: o trabalho. Sem abandonar explicitamente a teoria marxiana, estes movimentos da esquerda advogavam que as mudanças ocorridas no interior do sistema teriam suscitado novos e importantes papéis à política.

Com efeito, compreendia-se que o caminho para o socialismo não estava na construção de uma base material fundada no trabalho associado, mas nas mudanças políticas que trariam como conseqüências alterações econômicas. O Estado assim se transformaria numa arena política em constante disputa democrática entre trabalhadores e capitalistas. “Portanto, para os eurocomunistas, o caminho para o socialismo deve ser pacífico, gradativo, sem rupturas e, por conseqüência, profundamente democrático [...]” (Tonet e Nascimento 2006, p.24)

Apesar de compartilhar de pensamento semelhante em relação à centralidade da política, a social-democracia foi duramente criticada pelo eurocomunismo por não atribuir à burguesia o verdadeiro papel que lhe cabe na luta política, ou seja, de classe exploradora. Na concepção dos eurocomunistas era necessário reconhecer de vez os pólos distintos que separam as duas classes sociais e atribuir ao Estado o papel de mediador de conquistas sociais que levariam ao socialismo democrático. Nas palavras de Tonet e Nascimento (idem, p.25):

O “socialismo democrático” seria, pois, um espaço de aperfeiçoamento indefinível, na medida em que ele traria como fundamento essencial, além da socialização da economia, a dilatação contínua e crescente da socialização da política. Admite-se, a partir daí, que as conquistas democráticas, em curso em nossos dias, já estariam nos conduzindo para a ordem societária emancipada, livre das contradições e desigualdades próprias da sociabilidade do capital. [...]

Na mesma página, os autores completam o pensamento, dizendo:

Não é preciso muito esforço para perceber que a trajetória dos partidos e agrupamentos de esquerda que trilham a “via democrática para o socialismo” foram, de passo em passo, abandonando, de modo cada vez mais amplo e profundo, a perspectiva revolucionária e se tornando partidos tipicamente burgueses. No afã de demarcar claramente sua distância do chamado “socialismo autoritário” e de demonstrar sua plena conversão aos valores democráticos, foram diluindo cada vez mais a idéia de socialismo, até chamá-lo de “democracia sem fim”. O resultado disso é que toda a luta da classe trabalhadora, mesmo quando se trata de luta interior da fábrica, tem o seu eixo posto no parlamento, e assim será travada no campo e pelas

regras estabelecidas pelas classes dominantes. É isto o que aconteceu com todos os partidos comunistas e com todos os partidos que adotaram essa via. (idem, p.25)

Não por acaso, esse desvio da centralidade da luta dos trabalhadores para o âmbito da política favoreceu e muito a consolidação do capital, pois surgiu num momento em que o embate entre classes era muito forte, pondo em risco a hegemonia de um sistema que buscava sua aceitação absoluta. Tal discurso foi não só aceito, mas incentivado como o único meio possível de conciliar interesses de classes opostas sem pôr em risco a questão da liberdade e ainda tornar acessível a riqueza produzida a toda a humanidade.

O saldo para luta política não podia ser mais desastroso. Uma ampla parcela da esquerda, empolgada com os ganhos imediatos no âmbito parlamentar, abandonou o caminho revolucionário, adotando em seu lugar o caminho democrático de transição ao socialismo pela via da política. As conseqüências dos fatos ocorridos no período histórico descrito foram sentidas na desarticulação de toda a luta revolucionária e na distorção da teoria marxiana. Esta passa a ser válida agora somente sob a lente de um socialismo reformista, tendo como carro-chefe um Estado de direito que tenha maior participação dos trabalhadores na tomada de decisões por meio da democracia.

Ainda de acordo com os autores citados, essa visão equivocada e de certa forma oportunista foi reforçada em grande escala pelo que ocorreu na revolução soviética. Não que a revolução russa tenha tido os mesmos propósitos, mas o desenrolar dos acontecimentos ocorridos a partir de outubro de 1917 deu margem para que muitas críticas fossem feitas. Entre elas, a que teve maior eco entre aqueles que defendem um caminho pacífico para o socialismo foi a falta de democracia.

A ausência dela é por vezes apontada como responsável pelo fracasso da insurreição russa e das demais experiências revolucionárias ocorridas ao longo da história⁷⁶. Esse discurso antes proferido pelos grandes críticos do socialismo e partidários do capitalismo, passou a ser incorporado pela esquerda em como crítica aos excessos cometidos por Stálin.

Em resposta a essas críticas e para justificar o que não teria dado certo no chamado socialismo real todas as lutas revolucionárias hoje, mesmo aquelas consideradas mais radicais enfatizam a presença da democracia como valor central de qualquer governo que se afirme socialista conforme percebemos no posicionamento do MST, através de Harneck:

Mais o mais característico do socialismo deve ser a colocação em prática de uma democracia participativa, onde o povo seja o verdadeiro protagonista da

⁷⁶ Referimo-nos especialmente àquelas dos países do leste europeu.

construção da nova sociedade; onde se estimule e se respeitem todas as forças de auto-organização popular, sem tentar submetê-las ao partido ou ao Estado. Então o socialismo como projeto não pode se separar da democracia, não pode deixar de ser a maior expressão da democracia e uma expansão enorme desta em relação à limitada democracia burguesa. A bandeira da democracia é da esquerda e não da burguesia, que se apoderou dela aproveitando-se das deficiências que neste sentido tinham os países socialistas. (2002, p.62)

Além disso, o fato de a classe trabalhadora da Rússia ser formada em sua maior parte por camponeses⁷⁷ e destes terem sido considerados por Lênin como um importante segmento revolucionário possibilitou uma identificação ainda maior com os princípios leninistas. Conforme Lazzaretti nos confirma:

Neste sentido, veremos em Lênin um autor comprometido com a luta proletária no interior das relações capitalistas de produção e com o papel do campesinato. A inserção de Lênin nesta discussão faz-se importante porque, além de marcar teoricamente o pensamento vanguardista do MST, ele esforçou-se em querer demonstrar que o campesinato encontrava-se em um conjunto de forças heterogêneas dentro do quadro do mundo rural de sua época. (2007, p.106)

Elementos importantes do pensamento da esquerda revolucionária fizeram parte desta tentativa de colocar em prática a teoria marxiana, tais como Trotsky e Rosa Luxemburgo. Entretanto, coube a Lênin o papel determinante de direcionar a realização de uma revolução que, conforme apontaremos, já no seu início apresentava indicativos importantes de que estaria fadada ao fracasso, de acordo com o prognóstico marxiano. É sobre o marxismo-leninismo que trataremos no próximo item.

2.2. O leninismo e o MST

É consenso na esquerda mundial a grande contribuição que a revolução soviética, apesar de todos os percalços, trouxe para a luta da classe trabalhadora. O que se vivenciou na Rússia durante a insurreição de 1917 alimentou e ainda alimenta o objetivo de muitos segmentos da esquerda que passaram a ver em tal experiência o socialismo colocado em prática.

⁷⁷ Sobre as condições da Rússia na época da revolução, Netto (s/d) comenta: [...] “Cabe apenas assinalar que a Rússia czarista constituía um espaço quase impensável para a revolução proletária, já que estava longe de apresentar as características objetivas para um processo revolucionário como o já imaginado por Marx.” [...] (s/d, p.49-50) Mais adiante, o mesmo autor comenta a situação da classe trabalhadora russa [...] “No plano social, em vez de um proletariado numeroso e organizado outro dos pressupostos de Marx, encontraram os restos de uma classe operária jovem que foi dizimada pela guerra e um forte componente camponês[...]

Entretanto, entendemos que mesmo o caso revolucionário incorreu no grave erro de deslocar do trabalho a centralidade necessária para a construção do socialismo delegando ao Estado esta tarefa. No entendimento de Tonet e Nascimento:

O fato é que o caminho revolucionário sempre foi identificado com a revolução de tipo soviético. Este sim, era tido como o desdobramento prático das idéias revolucionárias de Marx, embora adaptadas à situação concreta. Ora, em resumo, as revoluções de tipo soviético sempre significaram a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações em direção ao socialismo. O que significa dizer que caberia à política (ao Estado) o papel de capitanear a construção do socialismo. (2006, p.3)

É importante que se diga que esse deslocamento da luta revolucionária para o eixo da política não ocorreu na Rússia de forma gratuita ou proposital. Ao contrário, durante os primeiros anos de luta revolucionária, julgava-se estar em consonância com as idéias de Marx. O desenrolar dos acontecimentos que sucederam após a tomada do poder do Estado pelos soviets é que foi determinante na mudança de pensamento e ação dos revolucionários russos conforme veremos adiante.

Em sendo assim, faz-se necessário deter-nos um pouco no contexto histórico onde eclode a revolução bolchevique para capturar as razões que teriam levado ao seu fracasso.

Uma grande efervescência política marcava a luta de classes no início do século XX. Reformistas e revolucionários brigavam pela hegemonia da esquerda, defendendo caminhos diferentes para o socialismo. Por outro lado, os trabalhadores haviam obtido conquistas importantes pela via parlamentar, o que enfraquecera sobremaneira o movimento revolucionário. Desnecessário dizer que por trás disso estava a conciliação de interesses da social-democracia e do Estado que passara a assumir uma postura mais participativa na vida dos trabalhadores por meio de políticas públicas.

Esse quadro não parecia ser o momento mais favorável para uma revolução radical naquela circunstância, muito menos ainda num país com total falta de condições sociais e econômicas, como era o caso da Rússia. Contudo, para a surpresa de todos, inclusive do próprio Lênin, que acreditava ser a Alemanha⁷⁸ o palco mais provável da revolução, o desenlace de uma insurreição foi inevitável.

Esse fato é de suma importância, porque a partir dele se instaurou uma fratura definitiva entre reformistas e revolucionários que se alargou gradativamente entre a esquerda

⁷⁸Não só Lênin, mas a maior parte dos que se diziam marxistas considerava provável que a revolução eclodisse em países mais desenvolvidos e organizados politicamente. Da Rússia, o máximo que se esperava era uma revolução burguesa.

mundial daquele período. Atitudes ditatoriais⁷⁹ foram tomadas em nome da revolução e da construção do socialismo.

No entanto, conforme sinalizamos linhas atrás, o caminho percorrido por Lênin e seus companheiros inicialmente não assumiu essa configuração. Muitos⁸⁰ autores afirmam inclusive que as idéias do revolucionário comungavam do pensamento de Marx e Engels, tendo sido modificadas após a revolução. Segundo (Tonet e Nascimento, 2006, p.07.):

O primeiro exemplo dessa interpretação é o próprio Lênin. Suas idéias acerca do Estado, antes da revolução soviética, coincidem com as posições de Marx e Engels. Após a revolução, porém, as circunstâncias concretas o levaram a alterar profundamente as suas idéias, atribuindo ao Estado uma natureza e funções positivas na construção do socialismo, inteiramente incompatíveis com as concepções anteriores.

Esse posicionamento de Lênin é facilmente constatado em sua principal obra, “O Estado e a Revolução”, de 1917, onde ele faz inúmeras pontuações sobre o caráter de classe do Estado e de sua natureza opressora, conforme constatamos nesta passagem:

Encontra-se aqui expressa com toda clareza a idéia básica do marxismo sobre a questão do papel histórico e do significado do Estado. O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge precisamente onde, quando e na medida em que as contradições de classe objetivamente não podem ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (Lênin, 1978, p.226)

Criticando o pensamento da social-democracia, ele arremata: [...] “Que o Estado é o órgão de dominação de uma determinada classe, que não pode ser conciliada com o seu antípoda (com a classe que lhe é oposta), isto a democracia pequeno-burguesa nunca poderá compreender [...]” (idem, p.27).

Concordando com Tonet e Nascimento, entendemos que Lênin não somente comungava com o pensamento de Marx, como também buscou de todas as formas colocar em prática suas idéias, mesmo sabendo que a revolução não estava seguindo os passos traçados pelo filósofo comunista.

A compreensão de Lênin sobre a situação do capitalismo Russo expressa em sua obra: “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” já demonstra a percepção que o

⁷⁹Referindo-se aos excessos cometidos durante a revolução bolchevique Tonet e Nascimento comentam: “A morte de Lênin e a ascensão de Stalin pintaram com cores ainda mais fortes a tragicidade do destino da sociedade soviética. No poder, Stalin patrocina o processo de expurgos, perseguindo e encaminhando ao cadafalso toda a velha guarda bolchevique, composta por coerentes e intrépidos revolucionários [...]” (2006, p.22)

⁸⁰ À exemplo dos autores que estamos utilizando. Tonet, Nascimento e Netto

revolucionário tinha das debilidades do sistema naquele país e da necessidade de se realizar ali reformas burguesas antes de qualquer intento revolucionário maior. Em razão disso, ele acreditava firmemente que a permanência do Estado seria algo necessário num primeiro momento, para organizar a produção e reprimir as tentativas de volta ao poder pela burguesia. Todavia [...] uma vez rompida de forma definitiva a resistência dos exploradores, uma vez que os trabalhadores tenham aprendido a organizar a produção socialista, esse aparelho de administração enfim do velho Estado (burocracia), está condenado a morrer (Lênin, apud Nascimento, 2005, p.112)

Lênin não só compreendia a permanência do Estado como um fator impeditivo para a revolução proletária, como afirmava que sua extinção era necessária para o sucesso da revolução. Citando Engels, ele esclarece essa questão:

[...] O primeiro acto em que o Estado surge realmente como representante de toda a sociedade-a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu último acto autônomo como Estado. A intervenção de um poder de Estado em relações sociais torna-se supérflua num domínio após outro, adormecendo, então, por si próprio. Em lugar do governo sobre pessoas surge a administração de coisas e a direção dos processos de produção. O Estado não é 'abolido'; extingue-se. Portanto, por aqui se há de aferir a frase sobre o Estado livre do povo, tanto no que toca à sua definitiva insuficiência científica [...] (1978, p.233)

Embora tivesse clareza de que o Estado burguês deveria ser quebrado, constituindo-se imediatamente um governo sob a administração dos trabalhadores, e que posteriormente também esta forma de organização deveria extinguir-se como consequência de sua ociosidade, Lênin foi obrigado a rever o que escrevera na condução do processo revolucionário contradizendo o seu posicionamento. A extinção do Estado proletário apregoado por ele havia se constituído na Rússia numa tarefa impossível de se fazer. Analisemos por quê.

Ora, Marx já assegurava em seus textos que a revolução só obteria sucesso se ocorresse em um país cujas forças produtivas estivessem desenvolvidas ao máximo em “A Ideologia Alemã” ele afirma:

[...] este desenvolvimento das forças produtivas [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda imundice anterior seria restabelecida [...] (1987, p.50)

Essa conhecida passagem ilustra bem o pensamento marxiano sobre as condições mínimas para o sucesso da revolução, o que parecia não ser o caso da Rússia naquele momento, país eminentemente agrário de bases ainda feudais. Ainda segundo Marx, este desenvolvimento das forças produtivas só seria obtido em meio a relações de exploração, o que diverge do socialismo, cuja base é o trabalho associado. É importante que atentemos para esse aspecto (do trabalho), porque ele é a chave-mestra do pensamento marxiano que desenvolveremos mais adiante. Vejamos então o que diz Marx a respeito desta questão:

[...] No seio de uma sociedade coletivista, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; o trabalho invertido nos produtos não se apresenta aqui, tampouco como valor destes produtos, como uma qualidade material, por eles possuída, pois aqui, em oposição ao que sucede na sociedade capitalista, os trabalhos individuais já não constituem parte integrante do trabalho comum através de um rodeio, mas diretamente. [...] (2001, p.06)

O que depreendemos dessa citação é que o trabalho associado, além de ser condição indispensável para uma sociedade socialista, só pode ser alcançado mediante o controle consciente e coletivo dos meios de produção por parte dos trabalhadores. Não pode ser, portanto, realizado sob coerção. Em toda sua obra Marx é enfático nesta questão.

Além das circunstâncias extremamente adversas, outros fatores impediram Lênin de colocar em prática o socialismo tal como havia sido pensado por Marx, a saber: primeiro, a necessidade de prosseguir com o processo revolucionário desencadeado na Rússia, uma vez que, deflagrada a revolução, a possibilidade de um retrocesso não se constituía em alternativa viável.⁸¹; segundo, a expectativa de que, superado o baixo desenvolvimento das forças produtivas, o socialismo seguisse o curso trilhado por Marx. Por fim, o fato de a Rússia não ter conseguido a adesão de outros países, conforme Lênin havia imaginado⁸².

Todos esses aspectos dificultaram sobremaneira a construção de um sistema que tivesse por base o trabalho associado. E Lênin, sem dúvida, tinha ciência destas dificuldades. Por isso, se empenhou tanto em descobrir formas de superar os obstáculos que encontrou pelo caminho.

Desta maneira, o que se seguiu na Rússia após a tomada do poder do Estado pelos soviets foi uma série de acontecimentos que, de início, estavam sendo claramente orientados

⁸¹As várias obras que escreveu durante o período revolucionário dão indícios disso. É bem verdade que muitas dessas obras foram apropriadas pelo marxismo vulgar e transformadas em verdadeiros programas para a construção do socialismo. Entre elas, vale a pena citar “Que fazer?” e “Cartas a um Camarada”.

⁸²Reportar-nos-emos a essa questão mais adiante

pelos escritos marxianos⁸³, mas que foram posteriormente abandonados em nome do sucesso da revolução.

É importante ressaltar aqui que o mundo inteiro olhava para aquela experiência com muita expectativa, uma vez que o momento vivido com grande ansiedade até então pela esquerda mundial era de implantação do socialismo, seja por via revolucionária ou reformista.

Por outro lado, o capitalismo monopolista lançava as bases de uma nova forma de exploração, com uma capacidade de enriquecimento nunca antes vista. Para tanto precisava legitimar-se perante aqueles que o questionavam e que produziam a riqueza, ou seja, os trabalhadores. Tratava-se, pois, de uma guerra velada em que sairia vencedor aquele que apresentasse melhores resultados.

Em razão disso, Lênin procurou organizar a produção implantando medidas que no seu entendimento possibilitariam ao país sair rapidamente do atraso em que se encontrava. Assim sendo, as principais medidas adotadas⁸⁴ foram: a construção de um planejamento centralizado para a economia, a nacionalização dos bancos, das estradas de ferro e do comércio exterior, a transformação da propriedade privada em social e a implantação de um regime cooperativista de produção sob o comando da vanguarda revolucionária.

Vale ressaltar que, até então, a única experiência revolucionária em que os trabalhadores pareceram caminhar na direção do controle da produção foi a Comuna de Paris⁸⁵. Esse acontecimento teve um peso extraordinário na luta da classe trabalhadora e influenciou sobremaneira as medidas adotadas pelos soviets. Cabe aqui ainda comentar que a influência do pensamento de Marx⁸⁶ na insurreição da França de 1871 não foi tão expressiva

⁸³Conforme citação acima de Tonet e Nascimento, em sua obra: “O Estado e a Revolução”, o pensamento de Lênin coincide com o a teoria preconizada por Marx. Sobre as providências tomadas no início da revolução soviética, os dois autores comentam: “As primeiras tomadas expressavam aquilo que Lênin preconizava em ‘O Estado e a Revolução’: a dissolução de Estado burguês e a constituição de um novo poder cujo núcleo seria os soviets de operários e camponeses, a organização de um novo tipo de forças armadas (o exército vermelho, a nova polícia política), a abolição da propriedade privada da terra, a nacionalização dos bancos, das estradas de ferro e do comércio exterior.” (2006, p.19)

⁸⁴Essas medidas adotadas por Lênin durante o período revolucionário foram compreendidas pela esquerda como se estivessem sendo orientadas pela teoria marxiana. Em razão disso, é possível encontrá-las em boa parte dos programas de governo dos partidos brasileiros considerados hoje mais radicais.

⁸⁵Em um interessante trecho do livro “O Estado e a Revolução”, Lênin comenta: ‘A Comuna já não era um Estado no sentido próprio-eis a afirmação mais importante de Engels do ponto de vista teórico. Depois do exposto atrás esta afirmação é perfeitamente compreensível. A Comuna deixava de ser um Estado na medida em que lhe cabia reprimir não a maioria da população, mas a minoria (os exploradores); tinha quebrado a máquina de Estado burguesa; em vez de uma força especial para a repressão, entrou em cena a própria população. Tudo isso é um afastamento do Estado no sentido próprio. E se a comuna se tivesse consolidado, extinguir-se-iam nela por si próprios os vestígios do Estado, não teria tido necessidade de abolir as suas instituições: elas teriam deixado de funcionar na medida em que não tivesse mais nada a fazer’ (1917, p.266)

⁸⁶Sobre a posição de Marx em relação à Comuna, encontramos na introdução de “A guerra civil em França”: “Ainda que desaconselhasse o desencadear da insurreição armada, Marx, não se quedando num verter de

quanto à revolução soviética, visto que, aquela se realizou quando sua obra ainda não era suficientemente reconhecida pela classe trabalhadora.

Comentando o pensamento de Marx sobre a Comuna de Paris, Lênin escreve:

A elegibilidade completa, a amovibilidade a cada momento de todos os funcionários públicos sem exceção, a redução de seus vencimentos ao habitual “salário operário”, estas medidas democráticas simples e compreensíveis por si mesmas, unindo completamente os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de posse que conduz do capitalismo para o socialismo. Estas medidas dizem respeito à reorganização estatal, puramente política da sociedade, mas só adquirem, naturalmente, todo o seu sentido e importância em ligação com a realização ou a preparação da “expropriação dos expropriadores”, isto é, com a transformação da propriedade privada capitalista dos meios de produção em propriedade social. (1978, p.252)

Observamos que embora Lênin admita a necessidade de retirada do controle da produção das mãos da burguesia e a apropriação desse controle pelos trabalhadores, ele não deixa claro o sentido dado à propriedade social. Nas palavras de Tonet e Nascimento (2006, p.17):

[...] Ele é tratado como se fosse um conceito evidente. O que, obviamente, está longe de ser. “Propriedade social” parece ser tão evidente como “propriedade privada”. A primeira demarcaria o socialismo, a segunda, o capitalismo. Os fatos acontecidos após a revolução soviética mostram que esse conceito de “propriedade social” pode ser entendido não como apropriação efetiva de toda a sociedade, mas como propriedade estatal, na suposição de que o novo Estado seria o representante da classe trabalhadora. Deste modo, eliminando o caráter privado da propriedade, esta passaria a ter um caráter social pelo simples fato de estar sob o domínio desse novo Estado [...]

De acordo com Lazzaretti essa estatização da propriedade foi a forma encontrada por Lênin para compensar o baixo desenvolvimento das forças produtivas da Rússia. Neste sentido [...] “A passagem do trabalho individual para o trabalho coletivo significaria a liquidação da diferença entre os tipos da base econômica de desenvolvimento na cidade e no campo. Para fazer esta aproximação era necessário desenvolver tecnologias adequadas” (GOMES apud LAZZARETTI, 2007, p.114).

Essa preocupação em desenvolver rapidamente as forças produtivas na Rússia para a partir delas consolidar o modo de produção socialista era uma preocupação constante para Lênin. O revolucionário sabia que as grandes transformações estruturais que desembocariam

lágrimas, empregou todos os esforços para organizar o auxílio internacional à Comuna, ajudando com a sua experiência teórica o combate que se travava [...]” (1971, p.7-8)

no comunismo eram tarefas a serem feitas em longo prazo, por uma nova geração que deveria ser ideologicamente⁸⁷ preparada. Num discurso direcionado à juventude Lênin afirma:

[...] Sabemos que é impossível construir a sociedade comunista sem restaurar a indústria e a agricultura, e não sob sua forma antiga, é claro. É preciso restaurá-las sobre uma base moderna, de acordo com a última palavra da ciência. [...] Ergue-se diante de vocês a tarefa de fazer renascer a economia de todo país, de reorganizar e restaurar a agricultura e a indústria sobre uma base técnica moderna, baseada na ciência e na técnica modernas [...] (2005, p.16)

Depreendemos que foram a falta de condições objetivas e a polêmica travada com os reformistas, que levaram Lênin a tomar atitudes que acabaram por consolidar pouco a pouco o poder do Estado, ao invés de suprimi-lo. Para ele, era necessário dar repostas aquelas que acreditavam que o socialismo na Rússia não vingaria. A consolidação do Estado foi se apresentando pouco a pouco como a alternativa viável já que não era possível recuar.

Retomando o pensamento de Marx sobre a construção de uma nova sociedade sob as bases da anterior, ele comenta:

Organizemos a grande produção partindo do que foi criado pelo capitalismo, nós próprios, os operários, apoiando-nos da nossa experiência operária, criando uma disciplina rigorosíssima, de ferro, apoiada pelo poder do Estado dos operários armados, reduziremos os funcionários públicos ao papel de simples executores das nossas directivas, de ‘capatazes e contabilistas,’ naturalmente com técnicos de todos os gêneros e níveis) responsáveis, amovíveis e modestamente pagos-eis a nossa tarefa proletária-eis por onde podemos e devemos começar na realização da revolução proletária. Tal começo, na base da grande produção, conduz por si mesmo à extinção gradual de todo o funcionalismo ao estabelecimento gradual de uma ordem – ordem sem aspas, ordem sem semelhança alguma com a escravatura assalariada – uma ordem em que as funções de fiscalização e de contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas por todos, por turnos, tornar-se-ão depois um hábito e finalmente tornar-se-ão caducas como funções especiais de uma categoria especial de indivíduos (1978, p.255)

Percebemos nesse trecho que este poder estatal ocuparia um importante papel na organização da produção. Razão pela qual Lênin procura a princípio retardar sua extinção. Para tanto, considerando experiências cooperativas bem-sucedidas⁸⁸ ocorridas naquele país

⁸⁷ A necessidade de formar ideologicamente a juventude não só para dar prosseguimento à luta política como também para desenvolver novos comportamentos parece ser também um dos objetivos do MST. A cartilha da qual extraímos a citação acima trás além desse texto de Lênin mais dois outros direcionados à juventude de autores contemporâneos, como Fidel Castro e Frei Beto.

⁸⁸ O intento de organizar a produção sem o fantasma da exploração capitalista sobre os trabalhadores colocava os revolucionários numa situação difícil, segundo Nascimento e Tonet (2006, p.19): [...] “O fato de haver algumas experiências de controle operário antes mesmo da insurreição de outubro parecia indicar o caminho. Os operários, sofrendo com o boicote promovido pelos industriais, assumiram o controle das fábricas, criaram comissões de administração e gerência, determinaram o ritmo da produção, estabeleceram comunicações com

antes da revolução, Lênin procurou disseminar a idéia de organização da produção sob moldes cooperativistas entre os trabalhadores, estimulando a organização coletiva das fábricas sob o controle do Estado.

A questão da cooperação é sem dúvida um dos assuntos mais discutidos pelo MST e que tem maior peso dentro da organização. Para o Movimento, ao estimular a cooperação entre a população russa através do Estado, Lênin não buscava apenas (o que já seria de grande tamanho) resolver o problema da produção, o objetivo era muito maior. Tratava-se de realizar uma revolução cultural entre os trabalhadores especialmente os camponeses.

Segundo Bogo, para o MST:

Desde sua origem as cooperativas cumprem um papel econômico e social, Lênin acrescentou um terceiro elemento que é o aspecto político, procurando através das cooperativas e da cooperação como um todo, realizar um dos grandes objetivos do socialismo: a revolução cultural no campo. Visava com isso, elevar o nível de conhecimento dos camponeses e garantir a defesa do estado socialista que se iniciava. (2005, p.17)

Partindo desse entendimento, o MST objetiva também, através da cooperação, realizar uma verdadeira mudança no modo de agir e pensar de seus militantes e assentados. O objetivo é disseminar valores e práticas socialistas que na concepção do MST representariam não só uma maneira de resistir aos ditames do capital como também ir desde já construindo a sociedade socialista. Em um de seus textos encontramos:

[...] Os assentados devem buscar uma cooperação que traga desenvolvimento econômico e social, desenvolvendo valores humanistas e socialistas. A cooperação que buscamos deve estar vinculadas a um projeto estratégico que vise a mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo. (2005, p.04)

Entendemos que desta maneira, o Movimento espera estar combatendo o que Lênin denominou de apego à propriedade privada. Esta preocupação tem sido percebida pela frequência em que o tema aparece no material por nós analisado. Assim, no entender de Lazzaretti a cooperação para o MST:

[...] seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses. A cooperação, portanto, atrairia os camponeses porque lhes daria uma sensível vantagem material, facilitando a venda e a compra de produtos e proporcionando créditos em condições mais vantajosas (2007, p. 114).

outras fábricas, elaborando uma rede de abastecimento de matéria-prima que não permitia a paralisia da produção.”

Não é nosso interesse neste momento nos alongar sobre essa questão, faremos isso no próximo capítulo quando buscaremos entender o pensamento do MST sobre o socialismo. O que nos interessa aqui é demonstrar a influência que a revolução russa teve para o MST também no que diz respeito à organização da produção e de como isto estaria relacionada à sociedade socialista. Cabe, entretanto fazer uma observação sobre a forma como essa cooperação teria sido realizada na Rússia e como o MST analisa esse o significado da cooperação no momento atual.

Para o MST, a cooperação tem que se dar de forma espontânea pelos assentados, não pode em nenhuma hipótese ser realizada sob coerção. Isto não quer dizer que não sejam empregadas pelo Movimento todas as formas de convencimento e persuasão. Para Bogo,

[...] é preciso fazer com que o assentado sinta necessidade de entrar na cooperação [...] esse sentimento de posse individual deve ser reduzido na medida em que o assentado perceber que integrando o lote que lhe pertence ou participando de alguma forma de cooperação, ganhará mais do que ficar simplesmente trabalhando de forma isolada (2005, p.17).

Sabe-se que na Rússia, o que se verificou depois de um período de adesão ao trabalho voluntário por parte dos trabalhadores expressos, sobretudo, pelos sábados comunistas⁸⁹ foi um período de extrema violência e repressão. A justificativa dos soviets era a necessidade de se atingir em menor tempo possível o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia sob pena de colocar em risco o sucesso da revolução. Vejamos então o que diz Marx sobre essa questão.

Linhas atrás, chamamos atenção para o que o filósofo entende por trabalho associado. Ao definir essa categoria, ele destaca como condição essencial o controle livre, consciente, coletivo e universal dos meios de produção e da socialização do produto gerado a partir deste trabalho entre os produtores. Esse controle deve ser “livre e consciente,” nas palavras do autor, portanto não comporta nenhuma espécie de coerção política ou ideológica, mesmo que transitória. Em “A Ideologia Alemã” Marx comenta:

⁸⁹ Sobre os sábados comunistas Tonet e Nascimento escrevem: “[...] Eles era uma forma voluntária de trabalho, organizada pelos próprios operários. Operavam principalmente na construção e reparação das estradas e dos meios d comunicação. [...]” (2006, p.6) Um trecho de seu discurso sobre esta experiência mostra bem o entusiasmo de Lênin com a iniciativa dos trabalhadores [...] “Nunca se viu tanto entusiasmo e harmonia no trabalho. Quando os operários, empregados de escritório e funcionários da direção, depois de terem levado o aro de quarenta puds de uma roda para uma locomotiva de comboio de passageiros, a fizeram rolar para o seu lugar em palavras grosseiras nem discussões, como formigas laboriosas, nascia no fundo do coração um fervoroso sentimento de alegria pelo trabalho coletivo e fortalecia-se a fé em que a vitória da classe operária é inabalável [...]” (idem,6-7)

[...] Por outro lado, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, acontece exatamente o contrário: nela, os indivíduos participam como indivíduos. É exatamente esta união de indivíduos (pressupondo naturalmente as atuais forças produtivas desenvolvidas) que coloca sob seu controle as condições de livre desenvolvimento e de movimento dos indivíduos-[...] (1987, p.118-119)

Destarte, é sobre a base do trabalho associado que repousará a nova sociedade, pois é na produção que as relações sociais são desenvolvidas. É a partir dessas novas relações, construídas sob um novo modo de produção, que o homem ocupará o centro do processo. Mas isso ocorrerá, repetimos, somente sob vigência do trabalho associado e não do cooperativo. O que demarca a soberania do primeiro em relação ao segundo é justamente o fato de que o trabalho cooperativo pode ser realizado durante o capitalismo em meio à relação capital x trabalho. Já o trabalho associado não pode ser concebido numa situação de carência ou exploração. A própria produção aqui tem um outro destino. Ela terá como finalidade o provimento das necessidades humanas e não da reprodução do capital conforme vemos hoje sob a vigência do trabalho assalariado. E isso só pode ser feito numa sociedade em que os trabalhadores sejam os sujeitos efetivos desse processo, principalmente no aspecto fundamental que é o trabalho.

Desta maneira, e como consequência de sua nova condição, a supressão do que ainda restará da antiga sociedade será inevitável e ocorrerá de forma gradual, incluindo-se aí a propriedade privada, conforme Marx ressalta: “[...] Com a apropriação das forças produtivas totais pelos indivíduos unidos, termina a propriedade privada [...]” (1987, p.106-107)

Ainda de acordo com o teórico, a construção da sociedade socialista não se daria de forma mecânica ou como uma consequência inevitável, segundo argumentam alguns autores, deturpando a teoria marxiana, mas como combinação imprescindível de fatores objetivos e subjetivos⁹⁰.

Voltando ao pensamento do MST, constatamos que embora o Movimento reconheça a classe operária como protagonista da revolução, assegura que o campesinato tem uma força política subestimada por muitos teóricos. Essa potencialidade dos trabalhadores do campo necessitaria, tal como a revolução russa, ser devidamente orientada e conduzida em nome do socialismo.

⁹⁰A discussão sobre a relação entre objetividade e subjetividade é de fundamental importância para a compreensão da teoria marxiana. Em razão disso, nos deteremos nessa temática no início do próximo item.

É nesse momento que ganha destaque o papel do partido político, ou vanguarda revolucionária, entendida como: um grupo de trabalhadores que tem a responsabilidade de educar e dirigir as massas. Esta vanguarda revolucionária, composta por trabalhadores comprometidos com a revolução, seria responsável pela implantação da ditadura do proletariado.

É importante entendermos esses dois conceitos, porque ao longo da luta travada internamente na esquerda mundial eles têm tido diversas interpretações para atender aos mais variados interesses políticos. Para não cometermos equívocos quanto ao significado desses termos. Vejamos o que disse Lênin a esse respeito:

O proletariado necessita do poder do Estado, de uma organização centralizada da força, de uma organização da violência, tanto para reprimir a resistência dos exploradores como para dirigir a imensa massa da população, o campesinato, a pequena burguesia, os semiproletariados, na obra da organização da economia socialista. (1978, p.239)

Segue ele, no parágrafo seguinte:

Educando o partido operário, o marxismo educa a vanguarda do proletariado, capaz de tomar o poder e de conduzir todo o povo ao socialismo, de dirigir e de organizar uma nova ordem, de ser o educador, o dirigente e o chefe de todos os trabalhadores e exploradores na obra da organização da sua vida social, sem a burguesia e contra a burguesia [...] (1978, p.239).

Essa educação e controle dos trabalhadores aconteceriam, no entendimento de Lênin, sob a ditadura do proletariado. Em diversas passagens ele se refere a um governo proletário para designar [...] “a organização da vanguarda dos oprimidos como classe dominante para a repressão dos opressores [...]” (1978, p.283).

Este conceito, dentre os muitos utilizados por segmentos da esquerda, foi certamente o mais distorcido. Entendemos que o fato de ter sido extraído diretamente das obras de Marx⁹¹ contribuiu para que fosse utilizado como justificativa de um Estado proletário. É o que constatamos nessa passagem de um dos textos do MST. Assim, afirma Harnecker:

Marx e especialmente Lênin em O Estado e a Revolução desenvolvem o conceito de ditadura para explicar como funcionaria todo o Estado. Segundo eles, até as democracias burguesas mais representativas, ou seja, mais democráticas, são ditaduras burguesas, porque exprimem a supremacia ou o domínio da classe

⁹¹ Entre as obras em que o autor cita a ditadura do proletariado, citamos: “Crítica ao Programa de Ghota” e “A guerra civil em França”, entre outras.

burguesa, isto é, são os interesses da sua classe que se impõem ao resto da sociedade. [...] (2002, p. 64).

Mais adiante, a autora complementa: “Ditadura do proletariado, portanto, não significa desrespeito das leis que o povo adquiriu, a ausência de um Estado de direito, mais sim o exercício desse Estado de direito contra a miséria que se opõem as mudanças democraticamente decididas” (idem, 64).

Esta afirmação de Harneck não parece estar em consonância com o pensamento de Lênin, à respeito. É o que constatamos nessa passagem de “O Estado e a Revolução”:

[...] O Estado é uma força especial para a repressão [...] E daí resulta que a força especial para repressão do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma ‘força especial para a repressão da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste o acto da tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade [...] (1978, p.234)

Numa outra passagem da mesma obra, Lênin comenta: “[...] segundo Marx, o proletariado só precisa de um Estado em extinção, isto é, constituído de modo a que comece imediatamente a extinguir-se e não possa deixar de se extinguir [...]” (1978, p.238). Ou seja, o sentido dado por Lênin⁹² aqui em nada se assemelha ao mencionado por Harneck, já que Lênin, não só compreende a natureza destrutiva do Estado como também entende que ele (mesmo o aparelho gerido e administrado pelos trabalhadores no socialismo) se auto-extinguirá tão logo que se torne desnecessário.

Para que não restem dúvidas quanto a essa questão, consultemos o pensamento de Marx para saber o sentido dado pelo filósofo à ditadura do proletariado. Na “Crítica ao Programa de Gotha”, vamos encontrar:

Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado. (2001, p.13)

Não é preciso ir muito longe para perceber que o sentido dado por Marx à ditadura do proletariado em nada se assemelha à estrutura do Estado que conhecemos. Já mencionamos que para Marx a Comuna de Paris foi a primeira expressão de um governo

⁹² Já mencionamos neste capítulo que o pensamento de Lênin nos primeiros momentos da revolução parecia estar em sintonia com o de Marx no que se refere à natureza do Estado, tendo sido modificado depois dos desdobramentos da revolução russa.

popular revolucionário. Em “A guerra civil em França” nosso autor detalha como a máquina política foi administrada pelos trabalhadores:

A Comuna compunha-se dos conselheiros municipais, eleitos em sufrágio universal nos diversos subúrbios da cidade. Eram responsáveis a todo momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna devia ser não um organismo parlamentar, mas, ao mesmo tempo, um corpo activo, executivo e legislativo. Em lugar de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e a todo tempo revogável. Verificou-se o mesmo para os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna até os do fim de escala, a função pública devia ser assegurada por salários de operários. Os beneficiários da posse e as indenizações de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios altos dignitários. Os serviços públicos deixaram de ser a propriedade privada das criaturas do governo central [...] (1971, p.93).

No prefácio da mesma obra, Engels comenta:

A estreiteza socialdemocrata apoderou-se recentemente dum terror salutar ao ouvir pronunciar a expressão ditadura do proletariado. E quereis saber com o que é parecida esta ditadura do proletariado? Olhai a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado (idem, p.31-32).

As citações acima deixam claro, portanto, que a ditadura a que Marx se refere nada mais é do que o proletariado organizado como classe dominante. A idéia confusa que se tem desse termo talvez seja pelo fato de a expressão “ditadura” estar associada a governos despóticos presentes em diversos momentos da revolução burguesa. Conforme Gruppi salienta: “É a própria burguesia que inventou as ditaduras revolucionárias. O conceito de ditadura revolucionária não é um invento da classe operária, e menos ainda do marxismo. É apenas o resultado da experiência das revoluções burguesas” (1996, p.38).

Consideramos que essa é apenas uma dentre muitas outras razões que explicam esse fenômeno. Em outras situações, a confusão⁹³, a nosso ver, acontece porque muitos pesquisadores utilizam apenas passagens isoladas da obra de Marx, sem de fato compreender a essência de seu pensamento.

Se tomarmos a obra de Marx com base apenas em textos isolados, sem buscar compreender a trajetória teórica, fatalmente estaremos cometendo vários erros. E isso vale não somente para teóricos de peso, como Marx, como também para autores contemporâneos.

⁹³ Essa imprecisão quanto ao verdadeiro sentido da expressão em tela favorece a luta política de partidos ditos de esquerda, mas que se valem das mesmas estratégias utilizadas pelo capital para chegar ao poder ou se manter nele.

Lembremos aqui que a produção do conhecimento vem sempre precedida de um momento anterior que contribui para que novas pesquisas sejam desenvolvidas. Esclarecemos, portanto, que não se trata de uma simples continuidade, mas um vir-a-ser constante, com avanços e recuos. Nesta direção, tanto o momento histórico quanto o contexto social, político e econômico ocupam uma importância singular nesse processo e por isso não devem nunca ser desprezados no estudo da obra de qualquer autor, seja ele contemporâneo ou um clássico da envergadura de Marx.

No caso de Marx, especificamente, além dos acontecimentos históricos de extrema relevância que fizeram parte do contexto em que o filósofo desenvolveu seu trabalho⁹⁴, há que considerarmos também o fio condutor de seu pensamento, a trajetória que lhe permitiu alcançar as conclusões sobre a natureza da sociedade capitalista que ele brilhantemente desvendou.

Entendemos que esse desprezo pela trajetória teórica trilhada por Marx para chegar às conclusões que conhecemos sobre a economia capitalista tem levado muitos autores⁹⁵ a fazer julgamentos precipitados e por isso injustos sobre a obra marxiana e, conseqüentemente, sobre o que seria de fato o socialismo apregoado por ele.

Seguindo esta direção, concordamos com o pensamento de Tonet e Nascimento quando afirmam:

Não se trata, no entanto, de buscar, nos textos de Marx, aquelas partes⁹⁶ onde ele se refere diretamente à questão do caminho para o socialismo. Este procedimento, aliás, é muito comum. Busca-se na letra o pensamento de Marx a respeito de qualquer questão. Ao nosso ver, o caminho é outro. No caso em tela, trata-se de buscar o fio condutor que permitirá compreender o processo de tornar-se homem do homem desde o “instante” do seu nascimento até o momento em que ele se encontra atualmente, vale dizer, até a sociabilidade capitalista [...] (2006, p.03)

Em várias passagens de sua obra, ele se refere ao socialismo como primeira fase do comunismo⁹⁷. Precisamente em todas elas, o teórico reafirma a necessidade de destruição do Estado burguês nos primeiros momentos da revolução e da construção de um aparato administrativo sob o comando dos trabalhadores. Essa forma de gestão proletária se auto-extinguiria à medida que suas funções se tornassem obsoletas. Ou seja, Marx atribui ao

⁹⁴ Apenas para ilustrar, pois não julgamos necessário tecer maiores comentários sobre o significado desses acontecimentos para a história da humanidade: a revolução industrial, a revolução francesa e a comuna de Paris.

⁹⁵ Não julgamos necessário mencionar nomes, visto que o discurso pós-moderno, hoje em voga, representa com competência essa linha de pensamento.

⁹⁶ Citaremos apenas algumas: Guerra civil em França, Crítica ao Programa de Gotha.

⁹⁷ Mencionaremos apenas aqueles consultados por nós: A guerra civil em França, A ideologia Alemã e Crítica ao Programa de Gotha.

Estado, mesmo aquele conduzido pela classe trabalhadora, um caráter provisório, justamente porque sua natureza o torna incompatível numa sociedade comunista⁹⁸.

Por sua vez, o sentido atribuído ao partido político era extremamente diferente do que tem em voga hoje em dia, e, por conseguinte, também era distinto daquele que predominou no movimento comunista do século XX. Conforme Netto⁹⁹ observa: “[...] No Manifesto, partido comunista designa, especificamente, a identidade ideo-política de uma determinada corrente de pensamento e ação [...]” (1999, p.59)

Embora Marx não tenha deixado em toda sua obra uma definição sistematizada sobre o conceito de partido revolucionário, várias foram as interpretações feitas por seus seguidores sobre o significado e a importância deste organismo para o sucesso da insurreição socialista. Entre os textos marxianos mais utilizados, o Manifesto do Partido Comunista se destaca como um dos mais consultados.

No século XX, a concepção de partido que obteve maior expressão foi a formulada por Lênin, que atribuía ao partido a responsabilidade pela condução do processo de transição para o socialismo, sob a direção da vanguarda revolucionária.

Sader comentando a teoria da organização leninista que tem como base o partido político, apregoa:

Uma das teses centrais da teoria leninista de organização que mantém sua atualidade é a de que a classe trabalhadora não pode adquirir uma consciência global da realidade capitalista senão por uma prática social globalizante. Essa prática só pode ser desenvolvida por um setor da classe trabalhadora capaz de desenvolver uma prática política permanente, mesmo nos períodos de refluxo de massa, mesmo nas fases de ofensiva política e ideológica burguesa. Esse é o fundamento estrutural da necessidade de um partido de vanguarda. Esse partido funciona como memória coletiva da classe trabalhadora, impedindo que os conhecimentos e experiências acumulados se percam nas inevitáveis fases do refluxo dessas lutas, que asseguram a continuidade da acumulação de consciência nas condições de descontinuidade da atividade política das massas. (2006, p.25)

⁹⁸ Ao comentar o pensamento de Marx e Engels, Lênin afirma: “No *Manifesto Comunista* faz-se o balanço geral da história, que obriga a ver no Estado o órgão de dominação de classe e conduz à conclusão necessária de que o proletariado não pode derrubar a burguesia sem ter conquistado primeiro o poder político, sem ter alcançado a dominação política, sem ter transformado o Estado em ‘proletário organizado como classe dominante’, e que este Estado proletário começará a extinguir-se logo após a sua vitória, porque numa sociedade sem contradições de classe o Estado é desnecessário e impossível. Aqui não se coloca a questão de como deve ser do ponto de vista do desenvolvimento histórico, esta substituição do Estado burguês pelo Estado proletário (1978, p.241)

⁹⁹ Há nesta obra de Netto uma nota de rodapé que esclarece: “É evidente que esta concepção de partido é estruturalmente diversa daquela que predominou no movimento comunista do século XX, fundada na tese Kautskyana da impossibilidade de o proletariado, nos quadros das suas lutas classistas, articular uma consciência revolucionária – tese que, desdobrada por Lênin em 1902 [...] derivou na defesa da necessidade da construção de um partido distinto (e provido de um aparato organizativo próprio) das outras expressões políticas operárias. [...]” (1998, p. 59)

Esta idéia de partido, até hoje com grandes adeptos, como pudemos constatar sofreu também muitas críticas, apesar de ser até hoje citada por segmentos da esquerda como modelo de partido revolucionário.

Rosa Luxemburgo foi uma das grandes aliadas de Lênin que não poupou comentários reprovadores à idéia de partido com formação de quadros¹⁰⁰. Numa interessante passagem comentada por Silva (2004, p.29.), ela afirma:

É o de um rude centralismo, cujos principais princípios consistem, por um lado, na drástica diferenciação e separação dos grupos organizados de revolucionários ativos de seu meio ambiente, quando este é desorganizado ainda que revolucionário; e, por outro lado, a estreita disciplina e a direta e decisiva intervenção da autoridade central em todas as atividades dos grupos partidários locais. (...) O comitê central aparece como o verdadeiro núcleo ativo do partido, e as demais organizações como simples instrumentos executivos.

Mais adiante, o mesmo autor ao comentar o pensamento de Luxemburgo arremata:

Na sua opinião, a centralização de poderes absolutos no comitê central limita a liberdade de ação das massas, pois anula o espírito criativo, substituindo-o pelo de “vigilante noturno”: Toda a sua preocupação destina-se a concentrar a atividade do partido, e não de fecundá-la, a restringir o movimento ao invés de desenvolvê-lo, a destroçá-lo ao invés de unificá-lo. (2004, p.30).

Esta leitura da teoria leninista de centralização do poder e desprezo pela atuação das massas é de certa forma contestada pelo MST quando Bogo afirma:

Para Lênin, a organização clandestina dos revolucionários não substituiria ou desprezaria o papel das massas. “A concepção de todas as funções clandestinas nas mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa absolutamente que esses pensarão por todos, que a multidão não tomará parte ativa no movimento. Ao contrário, a multidão fará surgir esses revolucionários profissionais...” As massas passariam por um trabalho educativo. “A centralização das funções clandestinas da organização não significaria absolutamente a centralização de todas as funções do movimento”. [...] (2005, p.134).

É importante salientar que embora não tenha o mesmo peso que Lênin na formação ideológica do Movimento, Rosa Luxemburgo também influenciou a teoria de organização do

¹⁰⁰ É importante salientar que essas discordâncias não impediram que Luxemburgo desse apoio à revolução russa, conforme atesta o mesmo autor: “As divergências com Lênin não impediram a solidariedade de Luxemburgo a ele, aos bolcheviques e à Revolução Russa (1905 e 1917), e ainda que ela tenha criticado os descaminhos da política do governo Lênin- Trotsky.” [...] (...p.30-31).

MST, especialmente em relação à participação das massas no processo político conforme Loureiro nos confirma:

A idéia de que os sujeitos se formam na luta é comum a Rosa e ao MST. Para Rosa consciência de classe resulta da ação revolucionária, da prática política a mais livre possível, e não é introduzida de fora na classe operária por uma vanguarda especializada de revolucionários profissionais. O proletário precisa de “um alto grau de educação política, de consciência de classe e de organização. Não pode aprender tudo isso em folhetos ou panfletos, mas essa educação deve ser adquirida na escola política viva, na luta e pela luta, no curso da revolução em marcha. (2008, p.107).

A polêmica entre Lênin e Luxemburgo sobre a participação direta ou não das massas no processo revolucionário ratifica que já nesse período a questão da democracia era posta em debate.

Nesse contexto, a democracia assume uma importância fundamental para entender o papel que se atribuiu ao Estado na revolução soviética e no pensamento da esquerda atualmente.

Já mencionamos, momentos antes, que as idéias leninistas estavam sintonizadas com o pensamento de Marx. Ao menos no início da revolução, o entendimento que Lênin tinha sobre a natureza de classe do Estado, a necessidade de ter um governo gerido pelos trabalhadores, também estava em consonância com o pensamento do filósofo alemão.

A principal obra de Lênin que representa esse momento de convicção marxiana é, sem dúvida, “O Estado e a Revolução”, já citada por nós neste capítulo, em diversas ocasiões. Não por acaso, é também a obra mais mencionada pelo MST quando se refere ao pensamento leninista sobre o socialismo. Nela, estão contidos os posicionamentos de um revolucionário convicto de que o comunismo seria uma consequência inevitável depois que os grilhões do capitalismo tivessem caído por terra. Nesta ilustrativa passagem, citando Marx, Lênin faz uma diferença entre os dois momentos:

Mas a diferença científica entre socialismo e comunismo é clara. Aquilo a que se chama habitualmente socialismo, chamou Marx a “primeira” fase ou fase inferior da sociedade comunista. Na medida em que os meios de produção se tornam propriedade comum, a palavra “comunismo” pode aplicar-se também aqui, se não se esquecer que isto não é comunismo completo (1978, p.288-289)

Esta afirmação não parece estar de acordo com o que ocorreu na Rússia após aqueles dias tensos de outubro. Aliás, a grande crítica que se faz até hoje à insurreição russa é que o abandono da democracia teria sido a principal razão de seu insucesso, conforme já sinalizamos no início deste tópico. Entretanto, advertimos que também em relação à

democracia o pensamento de Lênin se assemelhava ao de Marx. Conforme constamos nesta passagem:

Democracia significa igualdade. Compreende-se a grande importância que tem a luta do proletariado pela igualdade e a palavra de ordem de igualdade se a compreendermos corretamente no sentido da superação das classes. Mas democracia significa apenas igualdade formal. E imediatamente depois da realização da igualdade de todos os membros da sociedade em relação à propriedade dos meios de produção, isto é, a igualdade do trabalho, a igualdade do salário, levantar-se-á inevitavelmente perante a humanidade a questão de avançar da igualdade formal para a igualdade de fato, isto é, para a realização da regra: “de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades” [...] (1978, p.289-290).

Diante disso, fatalmente nos perguntaríamos o que deu errado para que nem a social-democracia, nem a via revolucionária tivessem obtido o êxito esperado. Durante a exposição deste capítulo demos várias indicações sobre as razões que levaram a resultados tão desanimadores. Sustentamos, fundamentadas em Tonet e Nascimento (2006), que o abandono da centralidade do trabalho em favor da centralidade da política seria a principal razão para que a esquerda vivesse esse momento de paralisia revolucionária. Isto acontece porque, segundo os autores, [...] “a luta social, mesmo das lutas travadas fora do parlamento, está colocado no interior deste” [...] (idem.p,3). Ou seja, o protagonismo revolucionário da classe trabalhadora perdeu espaço para o Estado.

Este equívoco, com enormes diferenças, não foi cometido apenas por aqueles que defendiam a transição pacífica ao socialismo por meio de reformas, mas também pelos ditos revolucionários, como foi o caso da revolução russa. Na concepção dos autores, não foi a falta de consciência sobre o papel fundamental que o trabalho teria na condução do processo revolucionário que provocou os resultados que conhecemos. Tampouco uma visão positiva do Estado que fez com este fosse preservado. No entendimento dos referidos autores:

[...] Não lhes era permitido retroceder, entregando tímida e temerariamente o poder de volta às mãos do antigo regime russo; tampouco poderiam avançar em um processo de socialização da produção e instauração do trabalho associado, consciente e coletivo, posto que as limitações objetivas -leia-se o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas - eram obstáculos inarredáveis a essa alternativa. Não havendo possibilidade para se aprofundar o processo revolucionário, instaurando o trabalho livremente associado, dado o baixo desenvolvimento das forças produtivas e o isolamento em que se encontrou a Rússia devido às vitórias contra-revolucionárias no Ocidente, os soviets passaram a conviver com a formação social híbrida, sob regência de um capital coletivo/não social (2006, p.22)

As conseqüências do que ocorreu na Rússia foram desastrosas para a teoria marxiana, conforme sinalizamos linhas atrás. Não só o Estado passou a ter um papel importante para a revolução, como esta foi interpretada como sinônimo de tomada do poder. Segundo ilustram Tonet e Nascimento:

Socialismo se converte, nesse ideário, em questão meramente econômica inspirada em princípios de estatização da produção e planejamento estatal centralizado. Deste modo, o plano conscientemente concebido pela totalidade dos produtores associados fora substituído por um planejamento do Estado/Partido imposto aos produtores individuais, de maneira que o conceito de homens livremente associados na produção resta descartado e é substituído por uma associação forçada, tendo-se assim que conceber o exercício do poder político como separado e oposto em relação aos produtores, os quais devem aceitar e realizar planos econômicos que não foram deliberados conscientemente por eles, mas pela burocracia de um regime político que se afirma proletário mesmo que conviva com a mais aguda repressão dos trabalhadores, negando a própria natureza do trabalho livre e associado (idem, p.22).

Ora, já alertamos que para Marx não há como promover uma quebra radical do modo de produção capitalista sem atacar a raiz do problema. Ou seja, modificar o modo como o trabalho é realizado atualmente. Sem essa condição *sine qua non*, não existe possibilidade de acabar com a exploração do homem pelo homem. É o que nos confirmam Tonet e Nascimento nesta passagem:

[...] qualquer transformação no interior do ser social só pode ser radical na medida em que atinge profundamente a sua raiz, ou seja, o trabalho. Outras mudanças serão, sem dúvida, também importantes. Mas, as que atingem o trabalho são sempre as decisivas, Foi assim na chamada revolução neolítica, quando os homens aprenderam a domesticar os animais e cultivar o solo. Foi assim na instauração dos modos de produção asiático, escravista, feudal e capitalista. Sempre houve transformações que alteraram radicalmente o modo de trabalhar (2006, p.05).

Ao contrário do que poderíamos supor, a impossibilidade do Estado de fazer a revolução não está fundamentada na vontade. Os autores acima nos previnem que o exame acurado da origem desta instituição e das demais dimensões sociais nos faria compreender o papel que cada uma desempenha na reprodução do ser social. Em outras palavras, o Estado e as demais dimensões que compõem hoje a estrutura capitalista, tais como: a ideologia, a religião, a ciência, têm origem quando nasce a sociedade de classes, objetivando garantir a harmonia social necessária à exploração de uma classe sobre a outra. Não tem, portanto, intenção de romper com a ordem vigente, já que essa estrutura está alicerçada na exploração que alimenta essa mesma ordem.

Aliás, ao que nos parece, não resta dúvida da competência deste organismo no desempenho de suas funções. Um exemplo do que estamos afirmando é a resistência que a sociabilidade capitalista tem em aceitar sua extinção. Alega-se que sem o Estado a humanidade fatalmente retornaria ao mundo da barbárie. É este o argumento utilizado pelo senso comum e por segmentos da esquerda que vêem no Estado um poder soberano do qual a humanidade não pode prescindir.

Nesta direção, argumenta-se que o Estado deve ser gerido pelos trabalhadores para assumir um posicionamento em favor dessa classe. O que seria inviável conforme afirmam Tonet e Nascimento:

[...] O poder político não deixa de ser um poder do homem sobre o homem porque é exercido pelos trabalhadores. Ele não deixa jamais de ser uma expressão da alienação, da barbárie humana. Ele nada mais é, quando exercido pelo trabalho, do que o embate do poder político deste contra o poder político do capital. Sua natureza, portanto, é de uma força de dominação do homem sobre o homem e, em consequência, uma expressão da desumanização. Que o trabalho tenha que lançar mão deste poder para libertar-se e libertar toda humanidade, é a demonstração mais cabal do estado de alienação, de antagonismo, em que se encontra a humanidade. Mas, é apenas a força política-do trabalho e do capital-que se choca. A verdadeira força de ambos não se encontra ali. Ela se encontra no processo de produção, lá onde se produz a riqueza (2006, p.05).

É preciso esclarecer, porém que não se trata de desconsiderar a importância que a política tem hoje para a manutenção da harmonia social. Se observarmos a história mundial e seus respectivos governos, teremos uma dimensão do quanto a humanidade avançou em termos democráticos e políticos. Para Tonet [...] “É certo que mesmo a democracia mais aperfeiçoada continua sendo uma forma de opressão de classe, mas há uma enorme e decisiva diferença entre ser oprimido por um poder despótico, tirânico, arbitrário, e sê-lo por um poder exercido democraticamente [...] (2005, p.96).

Isto acontece, segundo o mesmo autor, porque embora a política seja **essencialmente** negativa, na teoria marxiana, ela não é **exclusivamente** negativa, pois constitui-se como mediação¹⁰¹, como instrumento de luta para se atingir o objetivo final da emancipação socialista.

Entendemos que é neste sentido que se insere a importância da luta política desenvolvida pelo MST quando faz ocupações, marchas, manifestações, quando exerce o

¹⁰¹ Vale esclarecer que o sentido que estamos dando aqui não é o mesmo dado pela social democracia e o eurocomunismo.

poder de pressão das massas sobre o poder público para que este faça valer o que está escrito na constituição. Concordando com as palavras de Petras, advertimos que aqui:

Não se discute se o MST está em posição de desafiar o poder do Estado hoje ou num futuro imediato; todavia, a questão teórica é que numa enorme franja do maior país do hemisfério ocidental há um movimento social de massas autoconfessadamente marxista heterodoxo desafiando vitoriosamente a dominação imperialista dos Estados Unidos [...] (2002, p.24)

Desta forma, não há como desconsiderar o significado da luta política do MST. Mesmo os seus críticos mais ferrenhos reconhecem a grande capacidade que este movimento tem de aglomerar pessoas em torno de um mesmo ideal. Este vigoroso poder de persuasão e continuidade da luta política acontece, segundo o Movimento, porque há uma combinação entre a via institucional e a luta de massas. Essa postura não é, na visão do MST, compartilhada pela esquerda que promove uma verdadeira separação entre a luta parlamentar e a luta de massas. Na percepção de Stédile “[...] Criou-se uma certa dicotomia nos partidos de esquerda: ou se participa nas campanhas eleitorais ou se faz luta no seu sindicato[...]” (2006,p.08).

Parece-nos que o erro da esquerda não consiste em canalizar suas forças apenas para a via parlamentar, mas de achar que por meio dela o capitalismo poderá ser extinto ou humanizado. O que estamos afirmando aqui é que depositar no Estado a responsabilidade pela condução da ação revolucionária, desconsiderando sua essência foi (e continua sendo) o principal deslize que trouxe os resultados que já conhecemos. Vejamos o que diz Marx a respeito.

Nas “Glosas Críticas Marginais”, Marx faz interessantes pontuações sobre a natureza do Estado e sua impossibilidade de resolver os problemas sociais, afirmando que:

O Estado e a organização da sociedade não são do ponto de vista político duas coisas diferentes. O Estado é o ordenamento da sociedade. Quando o Estado admite a existência de problemas sociais, procura-os em leis da natureza que nenhuma força humana pode comandar, ou na vida privada, que é independente dele [...] (1995, p..80).

Mais adiante, ele complementa:

[...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a onipotência de sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela [...] (idem,p.81)

Essas ponderações de Marx só reafirmam o caráter de classe que o Estado possui e de como essa natureza classista torna sua presença inconcebível numa sociedade socialista. O problema, segundo Marx, não estaria nas formas de Estado adotadas, ou simplesmente na direção de quem conduz esse Estado, como querem fazer crer alguns teóricos da esquerda atual, representadas majoritariamente pelo socialismo democrático, mas na essência desse próprio Estado, que não lhe permite ser diferente.

Ao colocar no Estado a responsabilidade pela revolução, esses teóricos deslocam a questão para o que parece ser, na visão dos que defendem essa tese, um simples ato de vontade política em favor da classe trabalhadora ou de troca de partido conforme Marx ressalta:

O Estado jamais poderá encontrar no “Estado e na organização da sociedade” o fundamento dos males sociais, [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não encontram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (1995, p.79)

Este engano acontece porque, segundo o autor, toda a luta política tem sido orientada pelo intelecto político. Nas palavras de Marx: “[...] O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais” (1995, p.82).

Na mesma página, o autor complementa:

[...] Quanto mais evoluído e geral é o intelecto político de um povo, tanto mais o proletariado – pelo menos no início do movimento – gasta suas forças em insensatas e inúteis revoltas sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma política, vê o fundamento de todos os males na vontade de todos os meios para remediá-las na violência e na derrocada de uma determinada forma de Estado [...](idem,p.82)

Da citação acima podemos inferir que o intelecto político deposita na política a razão única de todos os males sociais. Esse desvio, ao invés de resolver a questão afasta ainda mais os trabalhadores da libertação definitiva do jugo capital.

Mas insistimos que ao afirmar isso, Marx não quer dizer que a luta política seja desprezível, conforme sinalizamos há pouco. Ela se constitui em importante espaço para os

trabalhadores conquistarem o que ele chamou de emancipação política, e ulteriormente, a emancipação humana. Conforme apanhamos no texto “A Questão Judaica”:

Não há dúvida que a emancipação política representa um grande progresso. Embora não seja a última etapa da emancipação humana em geral, ela se caracteriza como a derradeira etapa da emancipação dentro do contexto do mundo atual [...] (1991, p.28)

Assim, a obtenção de direitos sociais, a realização de reformas políticas como as que o MST propõe, não são na visão de Marx negativas para a construção do socialismo se forem consideradas como momentos do processo revolucionário.

Seguindo este pensamento podemos inferir que a luta travada pelo o MST em busca de conquistas sociais consideradas imediatas se constitui em importante avanço para a classe trabalhadora, pois proporciona não só o atendimento de carências sociais urgentes, como desperta entre seus seguidores a crença no caráter emancipatório do socialismo.

Ao dar continuidade a sua luta política tendo como horizonte a construção da sociedade socialista, o MST provoca uma ruptura na cultura clientelista que se apoderou de muitos movimentos sociais e segmentos da esquerda. A nosso ver, essa postura do Movimento faz com que ele assuma na conjuntura política brasileira o papel de interlocutor político da classe trabalhadora junto ao governo federal, pois congrega em seu interior anseios que extrapolam a luta por reforma agrária. Conforme salienta Petras.

[...] Com mais de meio milhão de membros e simpatizantes, dezenas de milhares de ativistas politicamente conscientes (12 mil delegados assistiram ao seu último congresso nacional, em julho de 2000) as bandeiras do MST de reforma agrária, libertação nacional e socialismo serviram de pólo de organização para grande parte dos movimentos urbanos, sindicalistas de esquerda, dissidentes, católicos radicais e intelectuais marxistas. Nenhum movimento rural dos anos 1960 teve a capacidade de ação vitoriosa que o MST demonstrou ao longo dos anos 1990: ocupando milhares de latifúndios, estabelecendo mais de 200 mil famílias (1 milhão de pessoas) e crescendo, apesar do assassinato de centenas de ativistas rurais. (2002, p.24)

Entendemos que além da combinação entre luta de massas e a via parlamentar corroboram para o êxito político do MST à importância que ele dá a formação política de seus quadros. Nesta direção, o trabalho com as massas parece adquirir aqui um peso muito maior em termos estratégicos que o embate político parlamentar. Nas palavras de Stédile, seu principal representante político,

[...] quando não se prioriza a luta de massa, abandona-se também a concepção de que o povo é e deve ser o principal ator político, para as mudanças. As

eleições não transformam o povo em agente de mudança. Nas eleições o povo é um mero ator passivo que vai na urna e deposita o seu voto e depois não tem controle nenhum, tanto é que nem sempre se lembra em quem votou, para quem ele deu esse poder de representação. (2006, p. 08).

Depreendemos a partir desta citação, que o MST entende a ausência do trabalho de base junto às massas como o principal entrave para o fortalecimento de conquistas sociais e a conseqüente adesão de um maior número de militantes à luta revolucionária.

No entendimento de Loureiro, esse posicionamento do Movimento de não esperar apenas pela via parlamentar reforça ainda mais a similitude que há entre o pensamento de Rosa Luxemburgo e o MST “[...] Rosa sabia e o MST também sabe, que os mecanismos parlamentares sozinhos não foram feitos para conquistar e preservar direitos de quem não possui capital. [...]” (2008, p.107)

Ao que parece, esta não é a orientação seguida pela esquerda atualmente que vem demonstrando um distanciamento cada vez maior de sua base aproximando-se dela apenas com fins eleitoreiros. Aqueles poucos segmentos que ainda almejam romper com a ordem vigente centram-se na política (leia-se política parlamentar) e somente nela para atingir seus objetivos, o que na nossa concepção constitui-se em erro mortal para luta revolucionária.

Diante disso, a impressão que temos é que a esquerda ainda não se convenceu de que o capital não pode ser controlado tem que ser extinto, e essa extinção só poderão ocorrer se o trabalho ocupar a centralidade do processo revolucionário. Enquanto esta luta estiver canalizada apenas para alcançar conquistas sociais ou tornar humano o capital, o sistema não será destruído e poderá vir ainda em espaço de tempo relativamente curto acabar com toda a humanidade.¹⁰²

Por isso, o socialismo não pode ser compreendido como sinônimo de tomada do poder do Estado, já que isto não representa a quebra da exploração de uma classe sobre a outra. Para extinguir de vez o capital é necessário implantar o trabalho associado. Somente por meio dele é que os trabalhadores terão a condução do processo político em suas mãos, pois já estarão à frente do que materialmente sustenta a humanidade: a produção da riqueza. Essa nova condição dos trabalhadores fará com que estes, por sua vez, sejam verdadeiramente livres e decidam seu próprio destino, o que não é possível hoje no sistema atual. É o que nos diz Marx nessa passagem:

¹⁰² Não é preciso muito esforço para comprovar a veracidade do que estamos dizendo, as constantes notícias do aquecimento global e a preocupação cada vez maior dos países com o meio ambiente já evidenciam que a humanidade corre sérios riscos de se extinguir, caso nada seja feito para reverter o quadro de degradação ambiental desenfreada.

Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” [...] como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana (1991, p.52.)

Claro está que essa emancipação humana defendida por Marx como condição única para uma sociedade realmente igualitária (entenda-se aqui como igualdade de acesso à produção e usufruto dos bens produzidos) não acontecerá por meio de concessões burguesas, conforme ressaltamos acima, tampouco pela conquista do poder do Estado, mas por uma radical revolução. Não há, segundo o pensamento de Marx, outro meio possível para a instauração de uma nova ordem social senão a revolução política com alma social. Comentando o pensamento de Marx, Tonet esclarece:

O que Marx afirma é que a revolução socialista deve ser comandada, perpassada pela alma social. E, para ele, muito claramente, alma social significa a natureza das tarefas essenciais que ele tem que realizar, ou seja, a dissolução das relações capitalistas de produção e a construção de novas relações. Por isso, a revolução socialista tem que ter o seu eixo fundamental fora do parlamento. A luta parlamentar deve estar subordinada e orientada pela alma social. Respeitando este princípio tudo o mais está em aberto [...] (1995, p.66).

Em sendo assim, a luta política é importante na medida em que respeita este princípio constituindo-se como valioso instrumento em favor da classe trabalhadora e do socialismo. Aliás, ela é não só importante, como necessária ao momento revolucionário para que a classe trabalhadora quebre o poder político da burguesia. Entretanto, logo que esta etapa insurrecional esteja completada, o que se deixa entrever é a alma social. Conforme Marx assevera:

[...] A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político (1995, p.90-91).

Compreendemos que as revoluções que ocorreram após o surgimento do sistema capitalista foram apenas revoluções políticas, pois em todas elas a alma social defendida por Marx nas “Glosas Críticas” foi impedida de vir à tona. Já fizemos referência a este assunto, mas vale a pena insistir que para Marx é o trabalho quem deve conduzir o processo social durante a revolução, sob pena de ela não eliminar a base desse sistema, ou seja; a exploração

do trabalho. É o que nos afirmam Tonet e Nascimento ao comentarem o pensamento de Marx, nesta passagem:

[...] Pela mesma razão, -ser o trabalho o fundamento da forma capitalista do ser social- ele, sob a forma de trabalho associado, deveria ser a matriz de uma forma emancipada de sociabilidade. Por isso mesmo, Marx enfatizava, desde as “Glosas Críticas”, a diferença essencial entre a revolução da classe trabalhadora e as outras revoluções. Todas as outras, segundo ele, sempre foram revoluções sociais com alma política, ou seja, revoluções que não eliminavam a exploração e a dominação do homem pelo homem. Apenas as modificavam. A revolução do trabalho é a primeira a ser, necessariamente, uma revolução política com alma social. Nisso está a radical diferença. A revolução do trabalho deve ser, sob pena de não atingir seus objetivos, uma revolução que modifique radicalmente as relações de produção, instaurando uma forma de trabalho verdadeiramente livre. [...] O momento político é absolutamente necessário, mas ele é apenas um momento preparatório [...] (idem, p.06)

Em toda a sua obra, Marx é enfático ao afirmar que somente uma revolução que tenha por princípio o controle consciente e coletivo dos trabalhadores sobre o processo de produção poderá levar adiante o sonho de construir uma sociedade verdadeiramente emancipada. Todavia, o que constamos atualmente, com base em Tonet e Nascimento é um deslocamento cada vez maior da luta dos trabalhadores para o âmbito da política e o abandono da centralidade do trabalho. Contribuiu para este pensamento, além da leitura equivocada dos acontecimentos históricos que se seguiram após 1917, a crítica cada vez mais acentuada da esquerda¹⁰³ em relação à teoria marxiana, considerada, (por um amplo segmento), como insuficiente para explicar o atual momento político. Em muitos casos, chega-se a afirmar que Marx teria errado drasticamente ao prever o esgotamento do sistema capitalista. Da mesma forma, ele havia se enganado também quanto à possibilidade de construção da sociedade comunista, pois, conforme a história havia demonstrado, não há outra possibilidade para a humanidade senão o aperfeiçoamento do sistema vigente.

Nessa concepção, com base nos autores citados ao longo deste capítulo¹⁰⁴, argumentamos que as análises feitas pela esquerda para explicar o momento atual estão deturpadas, pois retiram do trabalho a centralidade da questão e transferem-na para a política. Além disso, a leitura feita da obra marxiana é extremamente reducionista e fragmentada. A nosso ver, essas são algumas razões que explicam esse momento de letargia revolucionária.

¹⁰³ Salientamos que nem toda a esquerda compartilha deste pensamento. Mas uma parcela significativa argumenta que a teoria de Marx não dá conta de explicar a complexidade do momento político e econômico atual. Alguns chegam a partir da teoria marxiana para explicar as bases da sociedade capitalista, mas a abandonam quando o assunto é a construção de uma alternativa viável ao capital, já que para estes interlocutores a teoria do filósofo estaria superada.

¹⁰⁴ Precisamente Tonet, Nascimento, Netto e Meszáros.

Assim, no próximo item deste capítulo, buscaremos compreender o pensamento de Marx e a trajetória teórica percorrida por ele para explicar o socialismo.

2.3. Marx e o socialismo

Vimos, linhas atrás, que todos os caminhos percorridos pela esquerda, seja pela via democrática ou revolucionária, desembocaram num mesmo fim: o deslocamento da centralidade do trabalho para a centralidade da política. As principais conseqüências desse desvio se configuraram não só no descrédito da concretude de uma sociedade socialista, como no fortalecimento do modo de produção atual.

As razões apontadas para explicar o momento atual e a conseqüente perda de um referencial socialista pela maior parte da esquerda mundial são muitas. A mais comum, como vimos, está relacionada à questão da democracia, que atualmente ocupa o centro dos debates políticos. Curiosamente, todas as conseqüências sociais advindas da intensificação da exploração capitalista são hoje justificadas pela falta de democracia. O quanto um país adota de democracia se traduz em desenvolvimento político, econômico e social, é o que afirma atualmente o discurso político dominante.

Esta situação reflete um momento conjuntural difícil de compreender, se não partirmos de uma análise rigorosa. A nosso ver, trata-se da necessidade de fazer um exame sério da realidade atual sob a perspectiva marxiana. Sejamos mais claros. Fazer uma análise da realidade tal como feita por Marx¹⁰⁵, a partir da forma utilizada por este autor para compreender o modo capitalista de produção.

Esta, sem dúvida, não é uma tarefa fácil, considerando o tempo e o esforço teórico empreendido por Marx para chegar às conclusões que conhecemos. Mas entendemos que esse é o único meio possível de compreender o momento atual, tendo em vista o caráter antagônico e reificado da sociedade em que vivemos. Adiante nos reportaremos a essa questão com mais vagar.

Sem este ponto de partida, todas as tentativas de colocar em prática a busca pelo socialismo estarão fadadas ao fracasso, visto que não atingirão o cerne da questão. O erro na análise teórica produzirá inevitavelmente um erro na ação prática. Vimos que foi isso que ocorreu na Rússia e em todos os países onde se tentou implantar o socialismo.

¹⁰⁵ Tomando por base os fundamentos ontológicos elaborados por ele que têm no trabalho a categoria fundante do ser social.

Antes de entrarmos na questão propriamente dita, é necessário advertir que nosso objetivo neste item não é a discussão exaustiva dos principais conceitos da obra marxiana. Tampouco detalhar passo a passo a trajetória percorrida por Marx para a construção de sua vasta obra. O que almejamos nesta parte da dissertação é tão somente apontar de forma breve os fundamentos da teoria social marxista para então perceber se há de fato uma consonância entre a obra de Marx e o pensamento do MST em relação ao socialismo

Feitas essas ponderações iniciais vejamos o que exatamente estaria em desaprumo com a teoria marxiana.

Chamamos atenção para a importância de se compreender a trajetória teórica do autor, antes de buscar entender a forma metodológica que este deu à sua obra. Aqui registramos que as conclusões a que Marx chegou foram frutos de anos de incansável investigação teórica. Diferentemente do caminho percorrido pelo positivismo, que parte de um objeto pré-concebido pelo pesquisador para começar o processo de investigação. Marx identificou seu objeto de estudo a partir de um exaustivo trabalho de pesquisa teórica e só a partir daí se lançou ao desafio (necessário) de estabelecer os fundamentos teóricos que lhe permitiram apreender seu objeto¹⁰⁶ na integralidade. É importante ressaltar ainda que apesar de todo esforço e dedicação ele nunca pôs fim ao seu trabalho. Este fim certamente não seria alcançado sem a destruição do modo de produção vigente.

Entretanto, malgrado a importância da formulação teórica elaborada por ele, Marx não deixou nada sistematizado, compilado em separado sobre o caminho metodológico que percorreu. As pistas sobre o caminho que ele trilhou estão espalhadas ao longo de seu trabalho.

Em sua trajetória intelectual, que vai de 1841 até o início da década de 80, é possível encontrar momentos de interrupção e retomada, o que, segundo autores como Netto (1985), dá margem a interpretações errôneas sobre um jovem e um velho Marx. Esta situação leva também a afirmações totalmente equivocadas sobre categorias marxianas importantes e centrais no debate da esquerda atualmente, como a questão do Estado, que já exploramos aqui.

Os fundamentos elaborados por Marx se opõem radicalmente às perspectivas teóricas utilizadas para analisar a realidade atual.¹⁰⁷ Aliás, o que se verifica é a aceitação de um verdadeiro pluralismo teórico para justificar a utilização do uso de correntes teóricas

¹⁰⁶ Para que não restem dúvidas: a natureza e o funcionamento da sociedade capitalista.

¹⁰⁷ Referimo-nos ao positivismo, em primeiro lugar, e àqueles que, apesar de surgirem como crítica a este, apresentam semelhanças com o primeiro, tais como funcionalismo, pós-modernismo, entre outros.

aparentemente distintas entre si, mas que a partir de um dado momento passam a conviver no mesmo campo investigativo.

Não por acaso, este contraste é justificado por vezes em função da dinâmica da realidade social, que passaria a exigir a combinação de vários paradigmas para explicá-la. Este mesmo argumento é utilizado para invalidar a teoria marxiana, conforme Tonet (1997, p.193) afirma:

Os resultados da abordagem epistêmica das relações entre as idéias e a realidade se fazem sentir [...] em afirmações como estas [...]o caráter macroteórico dos antigos paradigmas é o responsável pela sua incapacidade de dar conta dos inúmeros e fragmentados aspectos do mundo atual: se estes paradigmas são inadequados, então é preciso criar novos instrumentos; é preciso também convencer-se de que nenhum método é privilegiado para compreender a realidade, impondo-se, então, o pluralismo metodológico, o entrecruzamento de paradigmas diversos; [...]

A teoria dos Novos Movimentos¹⁰⁸ Sociais, hoje amplamente defendida pelas consideradas minorias¹⁰⁹, é um exemplo emblemático disso. Segundo esses teóricos, apesar da teoria marxista ser importante para entender as bases econômicas da sociedade capitalista ela é insuficiente para explicar o surgimento de novas demandas que suscitam a emergência desses novos atores sociais.

Ora, qualquer investigador mais atento do capitalismo, verá que é próprio da sociedade burguesa possibilitar o acesso ao conhecimento da realidade e ao mesmo tempo, obstruir esse conhecimento. É o que nos diz Netto nesta passagem:

[...] a sociedade burguesa, ao mesmo tempo que abre a possibilidade para tomar o ser social tal como ele é (processo que tem regularidades próprias), bloqueia esta apreensão. Quer dizer, simultaneamente à chance de uma teoria social verdadeira, que apanhe o caráter e a dinâmica da sociedade, coloca-se o conjunto de mecanismos que ao obstaculizam (1995, p.17).

Esse desvendamento do real¹¹⁰ somente é possível na sociedade burguesa, porque é nela que o homem se percebe enquanto ser social. Numa palavra, nos outros modos de

¹⁰⁸ De acordo com Gohn (1997, p.122) “[...] a negação do marxismo como campo teórico capaz de dar conta da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea tal como efetivamente ocorre [...] o marxismo foi descartado porque trata da ação coletiva apenas no nível das estruturas, da ação das classes, trabalhando num universo de questões que prioriza as determinações macro da sociedade. Por isso, ele não daria conta de explicar as ações que advêm de outros campos, tais como o político e, fundamentalmente o cultural [...]

¹⁰⁹ De acordo com essa teoria são consideradas minorias os movimentos surgidos a partir da década de 70, tais como os movimentos dos negros, das mulheres, dos homossexuais entre outros que segundo os autores dessa corrente teórica trazem demandas contemporâneas.

¹¹⁰ Não é demais ressaltar para que não restem dúvidas. Essa desmistificação da realidade só é possível por meio de uma teoria social crítica.

produção existentes, o homem era visto como ser igual à natureza ou como alargamento dela. Para Netto [...] “é na sociedade burguesa que os homens podem compreender-se como autores e autoras da sua própria história” (2005, p.17). Posteriormente ele complementa: “[...] Como a sociedade burguesa se funda na exploração e na opressão da maioria pela minoria (e nisso ela não se distingue de sociedades anteriores), a sua dinâmica produz, para legitimá-la minimamente, mecanismos que ocultam estes atributos” (idem, 2005, p.17)

Nesses termos, uma teoria crítica que desvende a essência desta sociedade não é exatamente o que o capital almeja. Em razão disso, toda a obra de Marx é por ele combatida, porque além de colocar em evidência a natureza desta sociedade, põe de forma concreta a possibilidade de ultrapassá-la. Esta constatação por si só já mostra o quanto a teoria marxiana é importante para a apreensão do momento atual e para conseqüente superação desta ordem social.

Não por acaso, e em sentido oposto ao pensamento de Marx, a teoria em voga hoje nas ciências sociais apresenta-se como importante aliado do sistema econômico atual. Isto porque segundo Netto:

[...] Partindo dos “fatos sociais” como realidades objetivas indiscutíveis, este pensamento aceita acriticamente a aparência imediata dos fenômenos sociais e sobre ela constrói as suas reflexões. Basicamente, é o positivismo e todas as suas derivações posteriores, que não podem ser vistas apenas como equívocos, mas sobretudo como incapacidade de o pensamento romper com os mecanismos da alienação e da reificação-incapacidade socialmente condicionada, quer pelo ponto de vista de classe dos seus representantes, quer pelo arsenal teórico de que se valem (1999, p.19-20)

Nesta direção, e partindo de uma fundamentação teórica que tem como ponto de partida e de chegada apenas o fenomênico, o pesquisador que se coloca a partir dessa matriz vai afirmar que o Estado é uma instituição imprescindível para a sobrevivência da humanidade, pois sem ele o mundo retornaria ao tempo das cavernas, não existindo assim ordem social possível.

Vimos no decorrer deste capítulo que a resistência em aceitar o fim do Estado como condição para a construção de uma nova sociedade é comum à esquerda e ao MST. Mas é preciso alertar, para que não haja dúvidas, que essa positividade que se atribui ao Estado e a política provocando o deslocamento do eixo da luta revolucionária do trabalho para a política, tem origem na forma como as ciências sociais concebem o mundo atualmente. Conforme Tonet nos alerta:

[...] Desse modo os discursos rigorosos, apoiados apenas em si mesmo, passam a ter a exclusiva responsabilidade de resolver os problemas teóricos, e às diversas instâncias da subjetividade, especialmente à política, é atribuída a tarefa de reger a ação prática. Daí resulta, em resumo, uma sempre maior afirmação da incapacidade do homem de compreender a realidade como totalidade e, por conseqüência, de intervir para transformá-la radicalmente. (2005, p.47)

O que está subjacente na concepção ideológica difundida é a questão da subjetividade que proclama um sujeito passivo e incapaz de realizar uma transformação social, justamente porque está envolvido por falsas verdades¹¹¹, ou seja, pela verdade que o capitalismo criou sobre a sociedade e tudo o que está em volta dela. Sobre esta questão, o mesmo autor salienta:

As conseqüências desse ponto de vista da subjetividade para reflexão acerca de qualquer fenômeno social são extremamente danosas. Se a realidade social não é uma totalidade articulada, mas uma coleção de fragmentos; se a fragmentação não é um produto histórico social, mas uma determinação natural da realidade; se a nenhuma das partes da realidade pertence o caráter de matriz de todas as outras; se inexistente um fio condutor que perpassa e dê unidade ao conjunto da realidade social; se não existe verdade, mas apenas verdades, se não existe história, mas apenas histórias; se não existe gênero humano mas apenas grupos sociais diferentes e, no limite, indivíduos singulares; se o conceito de realidade nada mais é do que um construto mental; se perdido, rejeitado ou nunca efetivamente compreendido o fio condutor que articula todo o processo social-autoconstrução do homem pelo homem a partir do trabalho, só resta ao sujeito interpretar e “transformar” o mundo segundo critérios por ele mesmo estabelecidos [...] (2005, p. 49-50)

Radicalmente contrário ao pensamento positivista estão o método dialético e toda a teoria marxiana desenvolvida a partir dele. Em Marx, o sujeito do conhecimento é um sujeito ativo e a realidade social, por sua vez, não é vista de maneira fragmentada, mas é considerada uma totalidade articulada em processo.

Nesta concepção não há um desprezo pelo fenômeno, mas ele não desempenha mais o papel central. Ele é parte, não é todo. Parte-se do que está sendo visto na aparência para buscar a essência, ir a fundo nas investigações e assim chegar ao conhecimento do objeto de forma integral. É claro que esse processo não acontece de imediato, é um vir-a-ser que está permeado de inúmeras abstrações. Conforme Netto sintetiza nesta passagem:

O procedimento metodológico próprio a esta teoria consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no

¹¹¹ Embora estejamos utilizando o conceito de “falsas verdades” apoiada no texto mimeografado de Chasin, entendemos que esta discussão está aprofundada nas obras do próprio Marx (Ideologia Alemã) e de autores marxianos, entre eles Lukács.

plano do pensamento, todo este processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida e, a cada retorno, compreende-se de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os “fatos”, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas (1998, p.30).

Na análise marxiana, subjetividade e objetividade têm papéis distintos daquele defendido pelos métodos utilizados nas ciências sociais¹¹². Aqui, subjetividade e objetividade não se opõem, ambas participam do processo social sob a regência da objetividade.

Esta condição não diminui nem desmerece o papel da subjetividade, apenas evidencia que as mudanças reclamadas não podem ser obra apenas da vontade dos indivíduos sem que as condições objetivas se façam presentes. Numa palavra, para que de fato as transformações radicais aconteçam é necessária uma junção de vontade e um cenário político e econômico favorável, sem o qual toda tentativa revolucionária está fadada ao fracasso. De acordo com Tonet, “[...] Marx não descarta nem a objetividade nem a subjetividade, apenas constata que a ênfase em uma ou em outra tem um caráter redutor porque leva a apreender o ser social de modo parcial e não na sua integralidade [...]” (2005, p.76)

Em Marx, não há um desprezo pela ação dos sujeitos, ao contrário, o homem na teoria marxiana é dotado de infinitas possibilidades, pois é um ser essencialmente histórico e social. Mas para Tonet “[...] é no processo real objetivo que o sujeito deve buscar, de modo ativo, tanto o conhecimento como a orientação para a ação. [...]” (2005, p.76). Sem essa combinação não há como alcançar êxito num intento revolucionário.

Para chegar a essas conclusões, Marx não vai buscar na abstração das coisas as respostas para as suas indagações. Não é o homem abstrato que será o objeto de suas atenções, mas aquele homem que trabalha que se constrói ao transformar a natureza. Vejamos o que ele diz em “A Ideologia Alemã”, a respeito desta questão:

Os pressupostos de que partimos não são arbitrários, nem dogmas. São pressupostos reais de que não se podem fazer abstração a não ser na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação [...] (1987, p.28)

Esse posicionamento de Marx, de partir do concreto (homem que trabalha) para estudar a realidade, faz com que ele descubra no trabalho a categoria fundante do ser social.

¹¹² Segundo Tonet: [...] Pode-se dizer que hoje não vigora apenas a centralidade, mas a hipercentralidade da subjetividade, que se manifesta sob as mais diversas formas e nas mais variadas áreas. [...] (2005,p.46)

Explicamos melhor: para Marx, é a partir da compreensão desse ato ontológico do qual participam homem e a natureza que a totalidade social se explica. Dispensaremos atenção especial¹¹³ para essa questão porque é nela que está o eixo norteador da teoria marxiana e da sociedade comunista que ele proclamava. Diz ele em “O Capital” (1996, p.297):

[...] O trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo sua própria natureza.

De todos os atos humanos este é sem dúvida o maior e mais importante deles, sem o qual a sociedade não pode existir. Por mais sutil que seja essa dependência, ela sempre existirá. Mesmo em sociedades tão desenvolvidas como a atual há uma dependência ontológica em relação ao trabalho. No mesmo capítulo, prossegue ele:

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana, portanto, [...] comum a todas as formas sociais [...] (idem, p.298)

Entre os vários aspectos que distinguem o processo de trabalho dos atos instintivos dos animais ressaltamos a capacidade de projetar na consciência o produto de seu trabalho. Esta característica essencialmente humana, chamada por Lukács de prévia-ideação, possibilita aos homens criar conhecimentos que se generalizam e se ampliam assumindo formas cada vez mais independentes do seu criador.

O conhecimento gerado a partir do processo de trabalho, bem como os bens materiais produzidos, vai provocando o surgimento de uma sociabilidade cada vez mais complexa que, por sua vez, requisita o concurso de outras atividades além do trabalho. Disto conclui-se que embora o trabalho seja o ato fundante do ser social, necessita de outras categorias para que a sociabilidade humana de fato aconteça. Categorias essas que são criadas a partir de necessidades gestadas no interior do próprio trabalho.

Surgem então atividades como a linguagem, a escrita, o direito e outros mecanismos que servirão de mediação entre o trabalho e o homem. Vale lembrar que isso não acontece de

¹¹³ Ressaltamos que muito já se escreveu sobre esta temática, embora ela apareça ainda como um rico e desconhecido objeto de estudo e, conseqüentemente, foco de muitas pesquisas. Nosso objetivo, neste momento, é apenas situar o leitor nessa questão, uma vez que a compreensão desta categoria é de fundamental importância para o entendimento do pensamento marxiano.

forma mecânica, ou por simples ato de vontade. É fruto de um longo processo em que as várias objetivações vão forjando a sociabilidade humana.

À medida que as forças produtivas se ampliam, esta sociabilidade torna-se cada vez mais complexa e evoluída. Desta forma, o ser social constitui-se a cada momento histórico como produto das relações sociais que são postas pelo modo de produção vigente. Assim, de acordo com Netto:

Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que o ser social seja patrimônio comum de toda humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade de objetivações de que todos podem participar. (2005,p.45)

Malgrado as inúmeras possibilidades que o trabalho proporciona de socialização do ser social, em nenhum estágio de desenvolvimento esta socialização se deu por completo. Expliquemos melhor esta questão. Até hoje, as sociedades foram marcadas ou pela carência (primitiva) ou pela divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.

No primeiro caso, não havia como produzir riqueza em abundância, pois a dependência do homem em relação à natureza não permitia que as forças produtivas se desenvolvessem rapidamente. A luta diária dos indivíduos era pela sobrevivência. No segundo caso, sobretudo com a construção do excedente da produção, o homem continuava dependente dos recursos naturais e embora incipiente, a ampliação das forças produtivas colocou para a humanidade a alternativa de subjugar seu semelhante. Segundo Lessa e Tonet (s/d, p.28):

Com o aparecimento da agricultura e da pecuária, os homens puderam, pela primeira vez, produzir mais do que necessitavam para sobreviver, ou seja, surgiu um excedente de produção. A existência deste excedente tornou economicamente possível a exploração do homem pelo homem. Temos aqui a gênese de algo radicalmente novo na história humana [...] Com o surgimento da exploração do homem pelo homem, pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de ser conciliadas [...]

Assim, a história da humanidade a partir da existência das classes sociais está marcada por um desenvolvimento desigual, em que uma grande maioria é sacrificada em nome de um número pequeno de indivíduos beneficiados. Destarte, somente um grupo restrito pôde

beneficiar-se das conquistas alcançadas pela humanidade, incluindo-se aí os recursos da ciência, tecnologia e das demais áreas que envolvem a sociabilidade humana.

No capitalismo, esta situação ocorreu com uma intensidade extraordinária. Desnecessário lembrar o enorme salto tecnológico que se operou desde a implantação deste sistema. Pela primeira vez, a humanidade conseguiu alcançar condições suficientes para ver atendidas todas as necessidades humanas. Neste aspecto, tudo estaria em plena ordem se não fosse a natureza contraditória do capital. Só para ilustrar recorreremos a uma conhecida passagem de Tonet na qual ele expõe com primazia essa característica do capital:

[...] Ao mesmo tempo que produz condições para desenvolver uma riqueza imensa, também cerceia e deforma a produção desta mesma riqueza. Ao mesmo tempo que produz condições para criar riqueza suficiente para atender às necessidades de todos, também impede o acesso a ela para a imensa maioria que a produz. Ao mesmo tempo que produz condições para realizar efetivamente a igualdade e liberdade de todos, também aumenta extraordinariamente a desigualdade social e suprime a liberdade dos indivíduos ao submetê-los a sua lógica. Ao mesmo tempo que produz condições para um desenvolvimento amplo e rico dos indivíduos, também torna-os unilaterais, deformados, empobrecidos e opostos entre si. Ao mesmo tempo que produz condições para um intercâmbio harmonioso e adequado entre o homem e a natureza, sua lógica interna o impulsiona à devastação e à degradação da natureza e de suas relações com os homens. (2002,p.12)

Posto isso, buscaremos entender o porquê desta contradição. Ora, já afirmamos que o trabalho é o fundamento do ser social. Foi através dele que a humanidade alcançou o grau de desenvolvimento atual. Entretanto, este trabalho só pôde ser realizado de forma livre até a implantação da sociedade de classes. De lá para cá, em todos os modos de produção existentes, o trabalho foi sempre realizado por uma maioria, sob regime de coação direta ou indireta. Este aspecto limitou exponencialmente o pleno desenvolvimento do gênero humano, pois a riqueza produzida não era imediatamente apropriada por aqueles que a construía. A grande parcela da humanidade que produzia a riqueza ficava à margem dos benefícios trazidos pelo fruto do seu trabalho, destinando-se a ela apenas o suficiente para sobreviver¹¹⁴.

No capitalismo, a produção da riqueza social acontece à base do trabalho assalariado. Esta forma de trabalho condena o homem a estar sempre em busca de uma liberdade mistificada pelo discurso liberal. Por sua vez, essa liberdade pressupõe indivíduos livres para vender sua força de trabalho, desde que outros estejam dispostos a comprá-la. Não é nosso objetivo nos aprofundamos nessa questão. Desejamos apenas ressaltar que este discurso esconde a real condição do trabalhador de só possuir esta alternativa para sua

¹¹⁴ Aqui nos referimos ao salário que é pago ao trabalhador, já que consideramos que a maior parte do lucro gerado pelo fruto do trabalho é apropriada pelo capitalista em forma de mais-valia.

sobrevivência A liberdade disseminada aqui legitima um sistema social que se apóia na exploração para se manter vivo.

Somente uma forma de trabalho em que o pleno crescimento do ser social seja o seu objetivo final poderá livrar a humanidade deste ciclo mortal em que ela está mergulhada. Vejamos o que Marx fala a respeito, em “A Ideologia Alemã”:

[...] Por outro lado, com a coletividade dos proletários revolucionários, que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade, acontece exatamente o contrário: nela os indivíduos participam como indivíduos. É exatamente esta união de indivíduos (pressupondo naturalmente as atuais forças produtivas desenvolvidas) que coloca sob seu controle as condições de livre desenvolvimento e de movimento-condições que até agora encontravam-se à mercê do acaso e tinham assumido uma existência autônoma ante os diferentes indivíduos, precisamente por sua separação como indivíduos, por sua união necessária determinada pela divisão do trabalho e por sua separação transformada num vínculo alheio a eles [...] (1987,p.117-118).

Ora, já sinalizamos, mas vale a pena reafirmar o que Marx transmite na citação acima. Sem a apropriação e o controle consciente e coletivo dos trabalhadores sobre o processo produtivo não há como construir uma sociedade de homens livres. Pois a humanidade estará sempre sujeita a algum tipo de exploração, com uma classe exercendo poder sobre a outra. As conquistas sociais alcançadas por meio do parlamento podem até melhorar a condição de vida da classe trabalhadora, mas não a libertarão da exploração porque não extirparão a raiz do problema, ou seja, as forças que escravizam o homem continuarão postas.

Lembremos aqui que esta exploração do indivíduo teve início com a instauração da propriedade privada e não com o advento do capital. Claro está que este sistema embora não tenha criado a exploração humana, aperfeiçoou em profundidade os mecanismos que a tornam possível. Por isso, se a humanidade quiser se livrar em definitivo de tudo aquilo que põe em risco sua sobrevivência, terá de ir até a raiz e eliminar de vez tudo o que torna possível a exploração dos homens entre si.

Reconhecemos que esta luta não se dará do dia para a noite, nem a implantação do trabalho associado será instantânea. O próprio Marx, num trecho da “Crítica ao Programa de Gotha”, reconhece que a nova sociedade, para existir, necessitará do que existe hoje no sistema capitalista.

Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolve sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral, e no intelectual o selo da velha sociedade, de cujas entranhas procede [...] (2001,p.06).

Lamentavelmente, as transformações sociais que poderiam dar início a esse processo revolucionário não estão em curso no momento presente, conforme procuramos demonstrar ao longo deste capítulo. Essa parece ser também a compreensão do MST quando Stédile afirma:

[...] As mudanças estruturais da sociedade brasileira ainda vão demorar muito tempo, ou seja, é um projeto de médio e longo prazo. Então, as esquerdas que quiserem ser conseqüentes – as esquerdas sociais e partidárias - têm que trabalhar com uma visão de longo prazo que isso vai ajudar a reconstrução e o reascenso da luta. [...] (2006, p.07).

As dificuldades encontradas pelo Movimento em recrutar membros para a sua organização atualmente, são um indício deste dessenso de massas a qual Stédile se refere. Esta aparente falta de mobilização popular para reivindicar um direito social previsto na constituição é, a nosso ver, reflexo do abandono da perspectiva revolucionária por parte da classe trabalhadora. Isso porque, conforme vimos no primeiro capítulo o direito à propriedade da terra no Brasil sempre foi monopólio da classe dominante.

Esta classe por sua vez também concentrou em suas mãos o poder político. Desafiar esse poderio é, entre outras coisas, trazer para a conjuntura nacional uma situação de convulsão social, de contestação da ordem estabelecida desde a época do descobrimento. É isso que o MST vem fazendo desde que foi formado e por isso tem sido tão combatido pela imprensa nacional que o considera um Movimento subversivo

Diante deste cenário tão desfavorável à luta de classes e a formulação de uma proposta verdadeiramente revolucionária, Stédile afirma que:

[...] Socialismo não é vontade, não é manifestação doutrinária, é correlação de forças. Como diria Stalin, “quantos tanques você tem?” Se tiver muito tanque pode falar em socialismo, mas se você só tiver um estilingue, no máximo que pode falar é em aumentar o fundo rural, mais verba para a moradia... De outro lado, é verdade que o projeto socialista tem que estar no horizonte de nosso processo. Mas até chegar no horizonte o que é que vai ter? É o projeto popular? É o projeto democrático popular que o PT defendia até oitenta e nove? O que é, então? Há de fato uma ausência de formulação que coloca como desafio ser construída, porque nenhuma força de esquerda – e isso é real – já descobriu por onde é o caminho! Pelo menos o que eu tenho lido das mais diferentes correntes de esquerda no Brasil, ninguém está dizendo “eu tenho um projeto popular e é por aqui” (2007, p.31)

Esta dificuldade de encontrar respostas para os desafios que têm sido colocados na conjuntura atual já demonstra a necessidade que o próprio Movimento tem sentido de se debruçar mais sobre a pesquisa, sempre buscando aliá-la à prática política. Stédile percebe

que: “Precisamos preparar pessoas que interpretem a realidade brasileira e tenham capacidade de transformá-la. Isso é papel da formação e isso depende de estudo, de conhecimento, de debate político e de participação nas lutas sociais.” (2006, p.07)

Seja qual for o caminho trilhado pela esquerda e o MST na busca pelo socialismo, o que a teoria marxiana nos alerta é que não há outra forma de acabar com a exploração humana que não seja a eliminação da propriedade privada dos meios de produção e a conseqüente instauração do trabalho associado. Esta é sem dúvida uma condição *sine qua non* para que o trabalho emancipado se estabeleça. É importante esclarecer que acabar com a propriedade privada dos meios de produção não quer dizer concentrá-los nas mãos do Estado, conforme aconteceu na Rússia. Trata-se de eliminar a propriedade burguesa, aquela que tira das mãos do produtor os instrumentos de seu trabalho. Numa breve passagem, Marx, comentando a ação da Comuna, esclarece melhor este assunto:

[...] A Comuna, exclamam eles, pretende abolir a propriedade, base de toda a civilização. Sim, senhores, a Comuna pretendia abolir esta propriedade de classe, que faz do trabalho da maioria a riqueza de alguns. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos dum trabalho livre e associado [...] (1971, p.100).

O cuidado com essa questão é importante porque seu esclarecimento evidencia mais uma vez a centralidade que deve ter o trabalho na condução do processo revolucionário. Ora, já afirmamos incansavelmente que de acordo com a matriz teórica marxiana não há como construir uma sociedade socialista sem a eliminação do Estado, tendo em vista ser ele expressão dos interesses burgueses, quanto mais esperar que este Estado, mesmo sob o comando dos trabalhadores, possa implantar as bases de um trabalho associado através da criação de cooperativas de produção conforme parece ter sido o pensamento de Lênin na revolução russa e no qual se espelha o MST.

Em vários trechos de sua vasta obra, Marx¹¹⁵ já mencionava que as cooperativas podem conviver harmoniosamente no capitalismo. A existência dessas formas alternativas de produção pode inclusive servir muito bem aos interesses deste sistema, conforme já salientamos, não implicando, portanto a sua destruição, e sim o seu fortalecimento.

¹¹⁵ Na crítica ao “Programa de Gotha” ele escreve: “O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que oprimidos por subverter as atuais condições de produção, e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E, no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidas nem pelos governos, nem pelos burgueses.” (2001, p.12)

Afirmando isso, não estamos querendo dizer que Lênin não sabia o significado do que Marx chamou de trabalho livre e associado.¹¹⁶ Em *O Estado e a Revolução* ele comenta: “Os meios de produção deixarão já de ser propriedade privada dos indivíduos. Os meios de produção pertencem a toda a sociedade” (1978, p.284). Entretanto, na mesma obra ele acentua que os meios de produção no socialismo devem ser administrados pelo Estado de forma rígida:

Registro e controle-eis o principal, o que é necessário para a organização, para o funcionamento regulador da primeira fase da sociedade comunista. Aqui todos os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado constituído pelos operários armados. Todos os cidadãos se tornam empregados e operários de *um único* “consórcio” estatal, nacional. Tudo está em que trabalhem por igual. O registro disto, o controle disto forma simplificados em extremo pelo capitalismo, até operações extraordinariamente simples de vigilância acessíveis a qualquer pessoa alfabetizada [...] (1978, p.290)

Essa situação de rígido controle pelo Estado parece justificar-se para Lênin por ser o socialismo primeira fase do comunismo. Entretanto, tão logo fosse consolidada, as bases da nova sociedade, os resquícios da velha ordem desapareceriam por completo segundo percebemos nessa passagem em que ele cita Marx:

Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a subordinação opressiva dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela também a oposição de trabalho espiritual e manual; depois de o trabalho se ter tornado, não apenas um meio para viver, mas a própria primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento integral dos indivíduos, terem crescido também as forças de produção e jorrarem mais plenamente todas as fontes da riqueza social - só então pode o horizonte estreito do direito burguês ser completamente ultrapassado e a sociedade escrever nos seus estandartes: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades! (idem,p.295)

Isso explica o rumo que foi dado à produção na revolução bolchevique. Convém ressaltar que Lênin, no mesmo texto faz inúmeras referências à Engels para explicar o que ele chamou de ‘propriedade comum dos meios de produção’ dando a entender que se baseia no filósofo para discutir essa questão.

¹¹⁶ Sobre esta questão encontramos ainda num texto de Lênin dirigido à juventude em 1920 e utilizado pelo MST: [...] A sociedade comunista significa que tudo é comum: as terras, as fábricas, o trabalho. Isso é o comunismo [...] O trabalho pode ser comum se os homens exploram individualmente sua propriedade? O trabalho comum não pode ser criado da noite para o dia, isso é impossível. Não cai do céu. É preciso conquistá-lo após longos esforços e sofrimentos, é preciso criá-lo. E esse trabalho se cria no curso da luta. [...] (MST; 2005,p.26)

Essa semelhança de pensamentos entre os dois autores é não só sentida pelo MST¹¹⁷ como este utiliza os textos de Engels¹¹⁸ no trabalho de formação política que realiza com os militantes e assentados.

Em um livro organizado por Bogo vamos encontrar um texto de Engels sobre o comunismo em que ele afirma:

[...] assim, a propriedade privada também deve ser suprimida e seu lugar será ocupado pela utilização coletiva de todos os instrumentos de produção e pela distribuição dos produtos segundo um acordo comum -numa palavra, a propriedade privada será substituída pelo que se denomina comunidade de bens. [...] (2005, p. 52)

Detivemo-nos um pouco mais nessa questão porque a compreensão dela será imprescindível para entender a concepção do MST sobre o socialismo, tema que será tratado em nosso próximo e último capítulo.

Inspirado na revolução russa, o Movimento pretende, através de formas cooperativas de produção, construir relações sociais solidárias entre seus membros que levariam a forjar o que ele chama de homens e mulheres novos. Esta percepção sobre o MST é também compartilhada por Lazzaretti (2007, p.104) quando afirma:

Para o MST, a evolução do trabalho individual nos assentamentos para o trabalho e produção coletivos é a forma de mudar as relações sociais fazendo com que, num sistema de cooperação, os assentados percebam-se como uma força somando-se à de outras para contribuir na construção de uma nova sociedade. A superação desta condição individualista no trabalho só se dá, segundo o movimento, pela compreensão dos vícios históricos da produção capitalista. “Para atacar estes vícios, é necessário utilizar formas participativas que possibilitem ir resolvendo aos poucos sem perder os companheiros” .

Ora, as relações sociais que se estabelecem a partir de um novo modo de produção certamente serão de outra natureza completamente diferente das que conhecemos. Conforme Marx frisa, será a criação de outro homem forjado por novos valores, mas isto só será possível de fato num outro modo de produção, radicalmente oposto ao que temos hoje.

¹¹⁷ Nossa compreensão sobre a influência de Engels na formação ideológica do MST está de acordo com o que Lazzaretti afirma nesta passagem: “Nota-se que a posição de Engels é levada ao pé da letra pelo MST (mais do que as posições de Marx) em suas cartilhas, principalmente na maneira como o movimento defende a orientação de a propriedade parcelar para a propriedade coletiva, pois, de acordo com Engels, a missão dos socialistas é de orientar “face aos pequenos camponeses, a sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo...” (2007, p.102)

¹¹⁸ Entre as obras mais utilizadas pelo Movimento destacamos: “Os princípios do comunismo” e “O problema Camponês na França e na Alemanha” publicada em 1894/1895.

É bem verdade que a ação revolucionária modifica substancialmente os indivíduos, tornando-os mais dispostos à luta por uma sociedade diferente, além de fazer florescer neles sentimentos de solidariedade, determinação, coragem, entre outros, mas não o modifica radicalmente, conforme apregoava Marx. Não há como forjar homens novos em um sistema que se funda na exploração do homem pelo homem.

Nesta direção, o êxito alcançado será sempre parcial e nunca definitivo, porque os valores presentes nesta sociedade se fazem visíveis nas relações sociais que os homens são forçados a estabelecer entre si, cotidianamente. Será necessário um momento de ruptura, uma revolução que altere o “estado das coisas atual”. Em “A Ideologia Alemã” encontramos:

[...] Em todas as revoluções anteriores o modo de atividade permanecia intacto, e tratava-se apenas de conseguir uma outra forma de distribuição do trabalho entre outras pessoas, enquanto a revolução comunista é dirigida contra o modo anterior de atividade, suprime o trabalho*** e supera a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes [...] A transformação em larga escala dos homens torna-se necessária para a criação em massa desta consciência comunista, como também para o sucesso da própria causa. Ora, tal afirmação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução: esta revolução é necessária, entretanto não só por ser o único meio de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá à classe que derruba a outra varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre novas bases (1987, p.108-109)

Diante disto, podemos concluir que não há como realizar a revolução sem uma classe que a conduza. E este papel, malgrado hoje todas as condições contra revolucionários, cabe aos trabalhadores. Não há como prescindir desta condição porque esta é a classe que produz a riqueza material. É evidente que hoje a classe trabalhadora assume características distintas¹¹⁹ da época em que Marx escreveu sua obra. No entanto, o seu papel no processo de produção permanece o mesmo, ou seja, produzir a riqueza material sem a qual a humanidade não sobrevive. A pergunta que se faz, entretanto, é quando e em que condições esta revolução acontecerá.

Apesar de Marx dar algumas indicações sobre o momento revolucionário não há como prever quando ele acontecerá. Aliás, em toda a obra marxiana não encontraremos nada que afirme com precisão como será o momento revolucionário, tampouco a sociedade comunista. No Manifesto, ele faz menção ao período revolucionário e ao papel da classe trabalhadora neste processo:

¹¹⁹ Sabe-se que a divisão social e técnica do trabalho ao longo dos anos especificou ainda mais o trabalho, separando a classe trabalhadora que produz a riqueza material daquele segmento e contribui para a criação dessa riqueza, por atuar no âmbito da consciência.

Enfim, nos momentos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução no interior da classe dominante, no interior de toda a velha sociedade, assume um caráter tão aberto, tão violento, que uma pequena fração da classe dominante dela se desvincula e se junta à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro[...] Dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes se vão arruinando e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico (1998, p.17).

O que fica subjacente é que esta situação insurrecional não será obra apenas da vontade humana, mas da existência de condições objetivas em que o capitalismo dê sinais claros de que já não pode mais manter-se. Aliada a essas condições, a vontade de construir uma sociedade socialista deverá partir das massas e não apenas de um partido político da vanguarda revolucionária. Neste sentido, concordamos com Silva quando, ao comentar o pensamento de Rosa Luxemburgo, afirma:

E, quanto à questão da organização, ela não acreditava numa vitória em que o povo em geral não tomasse parte ou não tivesse voz; na verdade, acreditava tão pouco em tomar o poder a qualquer preço que “tinha muito mais medo de uma revolução deformada do que de uma fracassada” esta era, de fato, a grande diferença entre ela e os bolcheviques” (2004,p.31).

É importante lembrar, que a organização da classe trabalhadora não terá seu eixo no parlamento. Aliás, é necessário insistir que a luta política da classe trabalhadora deverá, sob pena de não realizar a revolução, ter como momento regente a centralidade política do trabalho. Sem a primazia do trabalho não há revolução socialista de fato. A humanidade, mais uma vez, estaria repetindo os erros de revoluções anteriores, conforme procuramos mostrar aqui. Desnecessário dizer que todo este processo não ocorrerá do dia para a noite.

A revolução é um acontecimento lento que pode durar muito tempo até que se concretize de fato. Até lá a classe trabalhadora tem muitos desafios a enfrentar, e o principal deles consiste em tentar agregar forças em torno deste ideal socialista para voltar a vê-lo como algo possível e não mais utópico.

Neste sentido, entendemos que o MST tem hoje um grande papel no cenário político brasileiro, no sentido colocado pelo movimento, de acumular forças. A trajetória política empreendida pelo Movimento fez com que o mesmo conquistasse respeitabilidade internacional, sendo reconhecido hoje, como a maior expressão crítica da esquerda nacional.

Em sendo assim, buscaremos no próximo capítulo discorrer sobre a concepção que o MST tem sobre o socialismo a partir da investigação dos textos que ele utiliza com sua base social e dos autores que apóiam sua luta.

3. A SOCIEDADE SOCIALISTA PARA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST.

Nosso propósito neste capítulo é demarcar em linhas gerais, a compreensão que o MST tem sobre o socialismo e de que forma esta concepção influencia na luta que o Movimento empreende pela conquista da terra.

Parece-nos desnecessário lembrar que o objetivo do MST segundo seu programa de reforma agrária não é apenas a democratização do uso da terra¹²⁰. Diferentemente do que se poderia pensar, ela é apenas o meio através do qual o Movimento espera construir o socialismo, juntamente com outros segmentos da classe trabalhadora.

Para concretização deste capítulo, nos basearemos em textos e artigos do Movimento dirigidos à militância. Boa parte dos autores¹²¹ que citaremos neste capítulo possui uma vigorosa história de atuação dentro do Movimento, tais como, João Pedro Stédile, Horácio Martins, e Ademar Bogo. Outros autores malgrado não possuam vínculo direto com o Movimento, são constantemente citados nos textos internos direcionados à sua base social. É o caso de Marta Harneck, Michel Löwy, César Benjamim, Fidel Castro, Frei Betto, entre outros que não escondem seu posicionamento teórico em favor da luta política travada pelo MST na busca pela reforma agrária e o socialismo.

Conforme mencionamos no capítulo anterior, o MST não possui uma linha teórica rigorosamente marxiana¹²². Para este Movimento, todos os autores, independentemente da posição ideológica a que estão vinculados, contribuem na formação de uma teoria explicativa da sociedade, conforme Stédile afirma:

[...] E foi aí que fomos nos abastecer não só nas obras clássicas de Marx e dos que procuraram interpretar o capitalismo depois de Marx - e fugimos do reducionismo de “marxismo-leninismo”,... A nossa visão é de que todos os pensadores vão contribuindo numa elaboração permanente da ciência e da reinterpretação da realidade. Para nós todos os teóricos são importantes, não interessa qual é a corrente ideológica dele, mas se ele puder nos ensinar alguma coisa para interpretar e transformar a realidade, nós procuramos aproveitar [...] (2005, p.12)

¹²⁰ É o que confirma Bogo nesta passagem: “Nos temos duas causas. Uma imediata a outra estratégica. Ao mesmo tempo que lutamos pela reforma agrária, vamos indo rumo ao socialismo” (2002, p.53).

¹²¹ Advertimos que estes são apenas alguns dos autores que citaremos. A lista de intelectuais que apoiam o Movimento é vastíssima.

¹²² Por marxiana entendemos a teoria que parte diretamente de Marx, sem interpretações. Já marxistas, seriam os autores que têm sua própria compreensão da obra deste autor e escrevem a partir dela.

Cabe ressaltar aqui que um dos autores¹²³ mais evocados pelo Movimento como exemplo de militante a ser seguido é Ernesto Che Guevara¹²⁴. Tal identificação talvez se explique, pela centralidade que ele concedia aos camponeses em sua concepção de revolução latino-americana e pela ênfase dada por ele à subjetividade moral como principal meio para a construção do socialismo.

Sua influência para o Movimento vai desde o idealismo revolucionário da construção do socialismo por homens e mulheres novos ao importante papel da mística nesse processo. Conforme contatamos nesse trecho escrito por Löwy:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um exemplo importante-talvez o mais importante na América Latina de hoje - de um movimento social de massas, inspirado pelo guevarismo. O que ele herdou de Che não é, obviamente, o modelo do foco guerrilheiro, mas sim a importante central das lutas rurais, a aspiração socialista e revolucionária, os valores da ética social, da “mística,” do compromisso pela causa da libertação dos povos (2003, p.16).

Esclarecemos que nossa intenção neste momento deste trabalho não é fazer julgamentos ou comparações sobre o conceito de socialismo do MST, ou de categorias defendidas por este Movimento. Nosso objetivo é perceber o sentido de socialismo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra atribui à nova sociedade que deseja construir com toda a classe trabalhadora.

3.1 A proposta de reforma agrária do MST e o Socialismo.

Para entender melhor como se daria esta busca por uma nova sociedade achamos prudente discutir com mais vagar a idéia de reforma agrária defendida pelo MST, uma vez que é através dela que o Movimento pretende atingir seus objetivos.

Vimos no primeiro capítulo que a realização da reforma agrária em nosso país foi impedida de acontecer em diversos momentos da história nacional. Primeiramente com a distribuição de nosso território em capitâncias hereditárias¹²⁵. Num segundo momento, quando

¹²³ No capítulo anterior fizemos referência à forte influência que Guevara tem sobre o pensamento ideológico do MST. Acrescentamos ainda que o simbolismo provocado pela imagem do revolucionário entre a juventude é convenientemente usado pelo Movimento nos cursos de formação política que promove.

¹²⁴ Segundo MST, citado por Lazzaretti, Guevara faz uma defesa árdua em relação à reforma agrária: “Não se pode chamar revolucionário um governo que diga que vai fazer ou faça uma reforma agrária vaga; revolucionário é o governo que faz uma reforma agrária mudando o regime de propriedade da terra, não apenas dando ao camponês a terra que sobra, mas, principalmente, dando ao camponês a que não sobra, a que está em poder dos latifundiários, e que é a melhor e a que rende mais e, além disso, a que foi roubada ao camponês em épocas passadas” (2007, p.118-119).

¹²⁵ Sobre essa questão Stédile comenta: “A nosso ver, desde os primórdios da colonização do Brasil pelos portugueses, a forma como a terra foi distribuída e utilizada resultou num grave problema agrário; apesar do

o desenvolvimento das forças produtivas exigia a libertação dos escravos no Brasil para que se ampliasse o mercado consumidor, a criação da lei de terras¹²⁶ restringia o direito a quem tivesse como pagar por elas.

Por fim, em 1964, a reforma agrária se apresentava como única saída para a promoção de um mercado interno que tirasse o país da condição de subdesenvolvimento. Foi novamente impedida, desta vez pelo golpe militar que mergulhou o Brasil em anos de repressão.

Esta realidade brasileira difere daquela ocorrida em outros países onde a reforma agrária fez parte do conjunto de medidas burguesas tomadas para que o capitalismo melhor se desenvolvesse, é o que aponta Stédile nessa passagem:

Ao longo do século XX, diferentes tipos de reforma agrária foram realizadas em diversas nações do mundo. Cada um adequado ao modelo econômico mais amplo adotado pelo país. Houve reformas agrárias chamadas de clássicas, que distribuíram maciçamente a propriedade da terra, no início do capitalismo industrial. Houve reformas agrárias radicais, feitas pelos próprios camponeses, sem ser políticas de Estado, como aconteceu na revolução mexicana e na boliviana. Houve reformas agrárias resultantes de processos de libertação nacional feitas sobre as terras dos ex-colonizadores. Houve reformas agrárias socialistas, no bojo das revoluções socialistas, e as do tipo popular, que combinaram governos populares com movimentos sociais fortes (2003, p.14).

Dos modelos de reforma agrária mencionados acima por Stédile, o mais utilizado pelos setores de esquerda e movimentos rurais como o melhor exemplo a ser seguido é sem dúvida o que ocorreu na Rússia durante o período da chamada revolução bolchevique.

Lá a aliança que existiu foi entre um incipiente proletariado urbano e um campesinato rural remanescente dos servos da gleba do período feudal. Este campesinato formado basicamente de agricultores familiares tinha assumido dívidas altíssimas para usufruir o direito de continuar trabalhando nas terras. Assim, a primeira e principal providência da revolução russa foi eliminar essas dívidas e modificar o caráter de propriedade privada naquele país. Segundo nos relata Silva:

[...] Era um campesinato com pouca terra, quase que uma horta doméstica; e uma produção de subsistência de algum excedente, fortemente endividados, dívidas que passavam de pai para filho. Então a principal demanda era não pagar as terras. O

aumento da produção agropecuária, esta não conseguia se tornar um fator de progresso econômico, com distribuição de renda e justiça social. Ou seja, desde 1500 o uso da terra no Brasil beneficiou apenas a minoria da sociedade – sua classe dominante – impedindo que a maioria da população tivesse acesso à posse e usufruto desse bem da natureza”. (1997, p. 08)

¹²⁶ Ainda de acordo com Stédile: “Foi dentro desse contexto que dom Pedro II promulgou a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como *primeira lei de terras* [...] Essa lei determinava que somente poderia ser considerado proprietário da terra quem legalizasse sua propriedade nos cartórios, pagando certa quantidade em dinheiro para a Coroa. (1997, p. 11)

limite aqui era a nacionalização das terras. É a idéia de que para se ter acesso à terra não era preciso mais pagar por ela. Então se faz uma repartição de terra, seja em propriedades estatais, seja em propriedades comunitárias, enfim, várias formas: mas basicamente não se paga renda por elas. O estatuto da propriedade privada, ele não tem mais que pagar pelo uso da terra. (2003, p.194).

De acordo com o MST, a reforma agrária defendida por ele não se identifica com o modelo clássico, tampouco socialista, seria nas palavras do Movimento “popular” o que segundo Stédile estaria mais adequada à realidade brasileira.

É muito difícil dizer que tipo de reforma agrária temos condições de realizar no Brasil de hoje. Mas certamente não será a reforma agrária do tipo clássico, em que bastava distribuir a propriedade da terra, e muito menos uma reforma agrária do tipo socialista [...] (2003, p.15)

Observamos ao longo de nossos estudos que essa proposta de reforma agrária popular construída pelo MST em 1995 não sofreu grandes alterações em sua formulação inicial¹²⁷. Nessa proposta estão registradas as intenções do Movimento sobre a construção do socialismo, mas não estão claras as respostas às indagações levantadas por nós sobre a natureza da reforma agrária pretendida pelo o MST e sua relação com a sociedade socialista almejada por este Movimento.

Isto se deve principalmente ao fato de que a proposta de reforma agrária defendida pelo MST não pretende romper com a ordem vigente¹²⁸. Embora ela seja bastante ousada, não se inclina a acabar com o capitalismo brasileiro. Porém, segundo o Movimento, se realizada, esta proposta representaria um avanço significativo em direção a um novo projeto de sociedade,

¹²⁷ Em junho de 2007 O Movimento realizou em Brasília o seu V Congresso Nacional em que discutiu e aprovou a nova versão do Programa de Reforma Agrária defendida pelo Movimento. Nele, o Movimento reafirma o compromisso de continuar lutando contra as injustiças sociais e por soberania popular. Nas palavras de Stédile: “Não podemos seguir com esse modelo do agronegócio, que entrega nossas terras às empresas transnacionais, expulsa o povo do campo, destrói o meio ambiente, impõe os transgênicos e os agrotóxicos. O novo modelo agrícola que defendemos está vinculado a um projeto de desenvolvimento, com base na defesa da soberania popular, e em um novo modelo econômico, que tenha como centro o fortalecimento do mercado interno, a distribuição de renda, a indústria nacional para sustentar a geração de emprego e renda para o povo.[...] Diante disso o MST vai lutar por uma Reforma Agrária de novo tipo, que é a democratização da terra combinada com a reorganização da produção, priorizando alimentos para o mercado interno, sem atual controle das empresas transnacionais. Precisamos também de uma reforma agrária que adote novo padrão tecnológico, respeitoso do meio ambiente, levando para o interior do País as agroindústrias na forma de cooperativas, o acesso à escola e à educação.” (2007, p.4)

¹²⁸ De acordo com o MST, a reforma agrária em si, pela sua própria essência, não pode ser somente socialista, simplesmente porque é possível de acontecer no modo de produção atual. Em alguns países, dependendo da realidade econômica ela é até estimulada para atender às necessidades desse sistema. É o que nos diz Bogo em um dos documentos do MST: [...] A reforma agrária é uma reforma possível de ser feita pelo próprio capitalismo quando tem interesse em fortalecer-se. À medida que as frações de terras se tornam produtivas apenas para alimentar o mercado, a classe dominante não sofre nenhuma perda (2002, p.51).

que num primeiro momento não seria necessariamente socialista, seria o que o Movimento chama de projeto popular ou reforma agrária popular. É o que nos diz Stédile nessa passagem:

[...] Temos que construir um projeto de reforma agrária que seja coadunado com um projeto popular de desenvolvimento nacional. Nessa construção é que nos demos conta de que a reforma agrária, mesmo feita nos limites do capitalismo, é inevitável se não mudarmos o modelo econômico para um modelo que distribua a renda, que priorize o mercado interno, ou seja, que enfrente o imperialismo. A reforma agrária no Brasil não é viável se não for parte de um projeto antineoliberal ou antimperialista (2006, p. 12)

Esse projeto popular, o qual se refere Stédile, consistiria numa estrutura social diferente do capitalismo e em transição para o socialismo.¹²⁹ Para isso, a reforma agrária seria apenas o começo das profundas mudanças que passariam a acontecer, visto que alterariam a correlação de forças, favorecendo a classe trabalhadora em seus propósitos revolucionários. Conforme o Movimento explicita, através de Bogo:

Podemos dizer que, por duas razões, a reforma agrária está ligada à revolução. A primeira por ela estar no campo das “reformas” onde obrigatoriamente deve impulsionar a revolução para frente através da luta pelas necessidades imediatas dos trabalhadores Sem Terra e da sociedade. A segunda razão está vinculada a este concebimento antecipado da sociedade socialista que pretendemos construir, onde a propriedade privada sofrerá mudanças profundas na forma de sua existência. Por isso é preciso iniciar a sua reformulação agora já na conquista da terra, para que o novo modelo de reforma agrária sirva para preparar as bases de um novo modelo de propriedade e de agricultura na sociedade emergente. É neste sentido que a reforma adquire um caráter ideológico, reforça e aguça as contradições do capitalismo (2000, p.60).

O que ocorre hoje na concepção do Movimento não é uma política de reforma agrária tal como o governo brasileiro procura amplamente divulgar, e sim uma política de assentamentos que não altera a estrutura fundiária. Responde apenas a necessidades imediatas e assistencialistas provocadas, na maior parte das vezes, por movimentos sociais, conforme Stédile afirma:

[...] Ora fazer assentamento de algumas famílias, o que podem se milhares, não significa que se está afetando toda estrutura da propriedade da terra se ela não for massiva e rápida. Assim, o que existe no Brasil atualmente é uma política de assentamentos sociais, em que o governo federal e às vezes até os governos estaduais, premidos pelos movimentos sociais, e para evitar que os conflitos de terra se transformem em conflitos políticos, resolvem conseguir algumas áreas, seja de

¹²⁹ Esse projeto popular apontado pelo Movimento seria na nossa compreensão a realização das reformas burguesas realizadas em outros países como Inglaterra e França que não ocorreram no Brasil. Este modelo provocaria mudanças significativas na estrutura social, política e econômica de nosso país que por sua vez ofereceriam condições para que a classe trabalhadora fortalecida tornasse possível o sonho de construir a sociedade socialista.

terras públicas, seja negociadas, seja desapropriadas, e assentar famílias. Essa é uma política de assistência social, apenas para se livrar do problema dos sem-terra e não para resolver o problema da concentração da propriedade da terra no Brasil [...] (2000, p.158).

Diferentemente do que propõe o governo, a proposta¹³⁰ de reforma agrária defendida pelo Movimento visa não só alterar a concentração da propriedade da terra como também proporcionar acesso por parte dos trabalhadores rurais aos outros meios de produção, como insumos agrícolas, agroindústrias, entre outros.

Essas mudanças, embora ocorressem ainda no sistema capitalista, não seriam calcadas apenas na monocultura de exportação, assumindo outros contornos, tais como o incentivo a outras formas de produção.

A agricultura familiar seria impulsionada e um novo modelo de produzir coletivamente também seria estimulado pelo governo, através de cooperativas e outras formas de trabalho coletivo. Um novo modelo tecnológico de produção baseado na agroecologia também seria difundido, evitando a dependência de insumos industriais e dos agrotóxicos. De acordo com Sampaio:

Precisa-se substituir o modelo tecnológico da Revolução Verde pelo modelo tecnológico da Agricultura Ecológica, baseado nos princípios da agroecologia, restaurador e conservador da fertilidade natural do solo, poupador de energia, produtor de alimentos limpos e saudáveis, utilizando mecanização leve e adaptada à nossa realidade, policultivos, diversificação de culturas e criações, controle biológico de pragas e maior utilização de mão-de-obra. Nesse modelo os agricultores controlam sua produção e a tecnologia é deles. Este modelo tecnológico é perfeitamente adaptável à Agricultura Camponesa, desde que superado o isolamento e o individualismo. É este o modelo tecnológico da agricultura do futuro (2004, p.49).

Para o Movimento, a terra é tida como um bem da natureza, por isso seu acesso deve ser democratizado, dando oportunidade para que todos indistintamente possam usufruir de sua

¹³⁰ Esta proposta de reforma agrária encontra-se expressa em documento oficial do MST reformulado recentemente no V Congresso do Movimento. A primeira proposta de Reforma Agrária data de 1998. Nela o MST apresenta pela primeira vez a compilação de seu pensamento sobre a construção do socialismo como alternativa à ordem capitalista. Conforme vemos nessa passagem extraída do documento. “Essa proposta de Reforma Agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora de construir uma nova sociedade igualitária e socialista. Desta forma, as propostas e medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudança na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da estrutura capitalista de organização da produção” (MST, 1998, p.8)

riqueza. Sendo assim, a concentração deve ser evitada para que se cumpra sua função social¹³¹. Segundo o MST:

É necessário, nesse processo de mudanças, estabelecer um limite máximo para o tamanho de cada propriedade de terra agricultável, como condição indispensável para que a terra cumpra sua função social e evite-se, dessa maneira, a crescente concentração da terra e da riqueza no campo[...] (2001,p.31)

Ainda de acordo com o MST,

A implicação dessas mudanças implica necessariamente que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas [...] Deverá haver um novo nível de colaboração e complementaridade entre os governos federal, estaduais e municipais. (1995, p. 20)

Seria ainda um Estado de Direito, mas com posicionamento em favor da classe trabalhadora, pois buscaria o bem comum. É por meio desse Estado que aconteceriam as mudanças necessárias para possibilitar o projeto popular uma vez que seriam adotadas políticas públicas que democratizassem a terra e os meios de produção, pois, de acordo com o MST:

Nenhuma dessas conseqüências, econômicas e socialmente indesejáveis, pode ser eliminada sem que o Estado intervenha diretamente na desconcentração da propriedade da terra, pois as relações econômicas, sociais, políticas e culturais que decorrem da estrutura agrária e condicionam o comportamento dos produtores e da população do campo são fortemente influenciadas pela forma como se distribui a propriedade da terra, e a forma como esta se distribui é o que determina a estrutura (Sampaio, 2003, p.27).

No entendimento do MST, o Estado não apenas fortalece a concentração da propriedade da terra, mas também cria as possibilidades para que ela continue acontecendo. Isto tudo evidencia a importância que o Estado tem para a burguesia brasileira e, da mesma forma, o papel fundamental que tem a desempenhar para que de fato a reforma agrária aconteça.

¹³¹ O MST esclarece em seu site na internet (www.mst.org.br) que: “De acordo com a constituição Federal, terras que não cumprem sua função social devem ser destinadas à Reforma Agrária. Para o MST, lembrar do artigo 184 é reiterar que a reestruturação fundiária é urgente e necessária no Brasil. ‘ Toda propriedade que não cumpre sua função social pode e deve ser ocupada pelos trabalhadores rurais sem terra’[...] A Constituição diz, no artigo 184, que a União, ou seja, o governo federal, deve desapropriar as terras que não cumprem a função social e destiná-las para a reforma agrária. Já o artigo 186 diz que, para cumprir com a função social, o proprietário deve fazer um aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho, exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.” (Acesso em 18 de setembro de 2008)

Apesar de já termos abordado essa questão no capítulo anterior, vale à pena reafirmar. Para Marx é da natureza do Estado a preservação dos interesses da ordem burguesa e não o contrário. Não se trata aqui de uma arena de forças como quer parecer a maior parte dos partidos de esquerda atualmente, mas da impossibilidade desse aparelho de se contrapor a sua própria essência como nos diz Marx:

[...] Se o Estado quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, na essência da sua vida, mas ao contrário, em circunstâncias externas à sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, causais, da mesma, e tentar remediá-los [...] (1971, p.81)

Por isso, as conquistas obtidas na esfera do Estado serão sempre possibilitadas se estas não colocarem em risco sua própria existência. Quando esse risco existe, imediatamente o Estado se desfaz do ilusório interesse geral para manter intacta a hegemonia burguesa.¹³²

Esta afirmação de Marx não quer dizer conforme frisamos linhas atrás que a política não possa ser um valioso instrumento nas mãos dos trabalhadores, mas é preciso estar atento aos seus limites conforme Tonet nos alerta ao comentar o pensamento de Marx:

[...] Para ele, a esfera da política expressa e reproduz relações de exploração e opressão, de modo que não pode fazer parte de uma autêntica comunidade humana. A política pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno para a revolução social, destruindo a velha máquina do Estado. Nada mais. (1995, p.63)

Este parece não ser o entendimento do Movimento, já que o mesmo compreende que a reforma agrária popular proporcionaria aos indivíduos o desejo de lutar por objetivos maiores que a conquista da terra e, juntamente com outros segmentos da classe trabalhadora, forçar uma crise institucional para, assim, redirecionar o aparato estatal em favor da mudança do modelo econômico.

Para Bogo, a grande conquista neste caso para o MST “[...] Estaria em se, no agrupar comunidades sobre as terras improdutivas, a consciência evoluísse, para que esses indivíduos se dedicassem a lutar por objetivos maiores do que a conquista imediata.” (2002, p.51)

¹³² No momento em que se encontra ameaçado o Estado se utiliza dos mecanismos criados por ele para manter a ordem burguesa protegida, tais como, a polícia e o exército. Mencionamos este assunto no capítulo anterior.

Assim, ainda segundo o MST “[...] a luta pela terra se transformaria numa luta pela reforma agrária. As ocupações e outras formas massivas de luta terra, vão educando as massas para a necessidade da tomada do poder e da implantação de um novo sistema econômico: o socialismo” (1989, p.10).

Diferentemente do que poderíamos supor, essa proposta de reforma agrária não visa eliminar a propriedade privada da terra. O que se propõe é que ela seja democratizada para que todos os trabalhadores tenham direito de usufruir dela, alterando os índices de concentração. De acordo com o MST:

Há 4,5 milhões de famílias potencialmente beneficiárias de uma reforma agrária, assim como os milhões de famílias de minifundistas que exigem uma ação imediata de intervenção do Estado. [...] A democratização do acesso à terra pressupõe também medidas que ampliem o acesso aos atuais minifundiários e seus filhos, criando condições para sua viabilidade econômica.[...] (2001,p.30-31).

Para tanto, o meio inicialmente encontrado foi a reivindicação por terras improdutivas, mas não só isso. Na compreensão do Movimento, seria necessário também que os trabalhadores tivessem acesso aos meios de produção e comercialização.

Para o MST, a proposta de reforma agrária para o Brasil não podia ser diferente tendo em vista o contexto atual, pois o Movimento entende que estamos vivenciando um momento desfavorável à luta de classes, em que a vontade do capital parece tornar-se soberana e a descrença na existência de uma sociedade socialista futura parece tomar conta da humanidade. Segundo Bogo:

Padecemos atualmente de uma doença chamada “paralisia revolucionária”, que impede o acontecimento da revolução. Os ventos que sopraram para a derrubada do “socialismo” no leste europeu espalharam o vírus da doença que contaminou milhões de consciências no mundo todo (2000 p.85).

Embora tenha clareza desse difícil processo e árduo caminho, para o Movimento, o socialismo é não só possível de acontecer como representa a única saída para a não destruição da humanidade, visto que o atual sistema não apenas desconsidera a pessoa humana como também, tudo que possa ser obstáculo à acumulação e o lucro.

A consequência desse descaso é a falta de cuidado com os recursos naturais já limitados, de que dispõe o planeta, pois não há barreiras ao capital. Somente uma nova sociedade de homens novos seria capaz de conter a autodestruição da população mundial, diante disto, “O socialismo é a única possibilidade-aritmética-de a humanidade sobreviver

neste planeta de recursos limitados, porém abundantes, desde que repartidos entre todos” [...] (BETTO apud BOGO, 2002, p.63).

Entendemos que já nesta passagem o MST sinaliza que a nova sociedade que deseja construir terá como principal condição para sua viabilidade a mudança de valores e postura por parte da humanidade, sobretudo no que diz respeito ao trato dos recursos naturais finitos.¹³³

Tal concepção advém, conforme já frisamos, da forte identificação que o Movimento tem com o pensamento revolucionário de Che Guevara, que coloca o humanismo como principal combustível da luta pelo socialismo. Em vários textos é possível perceber a importância que o MST atribui à mística e a formação de valores que se contraponham os do sistema capitalista, conforme percebemos nas palavras de Stédile:

[...] Procuramos em todas as atividades do movimento incorporar essa visão pedagógica de cultivar o nosso projeto com atividades culturais, com atividades lúdicas, com a simbologia. O que é a simbologia? Não é uma seita dogmática, não é o fanatismo, simbologia é parte da psicologia social; não é parte da luta política. [...] Acharmos que é importante os movimentos sociais cultivarem essa mística. O que é cultivar a mística? É cultivar o projeto. Agora, se você não tem projeto, evidentemente não tem como usar a cultura, a arte, a simbologia para cultivar um projeto que não existe. Aí dizemos que falta mística. Falta cultivar os mistérios de um projeto que não existe. (2006, p.17)

Essa característica de apego à simbologia e a conservação de valores humanistas está presente no MST desde o seu surgimento e é considerada por alguns teóricos¹³⁴ como um traço negativo do Movimento, pois faz parecer que a vontade dos indivíduos supera os obstáculos postos pelas condições concretas da realidade.¹³⁵

A esse traço do MST presente desde a sua formação, Peschanski define como características da socioreligião. Nas palavras do autor socioreligião seria:

¹³³ Em uma atitude de auto-crítica ao comentar a importância que os valores devem ter na conservação dos recursos naturais, o MST afirma: [...] Falamos em plantio de árvores e não construímos viveiros. Embelezamento e não plantamos flores. [...] Doação de força física e de alimentos, mas temos dado pouca importância a estas atividades [...] (MST, p.2001)

¹³⁴ Dentre esses teóricos destacamos Zander Navarro e José de Souza Martins. Encontramos em textos distintos respostas de Stédile às críticas públicas que os dois intelectuais fazem ao MST. Mas preferimos citar apenas uma em que ele afirma: [...] A maioria dos nossos intelectuais ou foram ganhar dinheiro ou ainda pior, alguns foram cooptados e começaram a defender teses neoliberais. Alguns logo no início e outros tardiamente, como o José de Souza Martins, que foi um grande intelectual, sociólogo clássico da esquerda brasileira e ajudou muito a nós do MST e à CPT. Mas é público e notório, durante o segundo mandato do Fernando Henrique ele foi assessor especial do ministro Jungmann, pago apreço de ouro pelas verbas do NEAD. A inflexão que ele fez da adesão ao *'establishment'* eu acho que é emblemático do que aconteceu com boa parte de nossos intelectuais que estavam na universidade. (2007, p.23)

¹³⁵ Discutimos no segundo capítulo sobre este assunto.

[...] uma profunda aversão ao espírito frio e impessoal do capitalismo, visto como um sistema que leva à desintegração de laços familiares e de vínculos de solidariedade dentro das comunidades, e a potencialização de espaços de resistência ao capitalismo” (2008, p.122).

Diante disto, entendemos que a mítica para o MST é uma maneira de promover a aceitação da ideologia do movimento pelos assentados, pois expressa a idéia de que: [...] “é uma coisa do coração, do sentimento, alimentada por esta esperança de alcançar aquele sonho, ideal, objetivo, seja lá o que se queira, o que importa é que isto se transforme numa causa consciente, que se passa a viver por ela e por causa dela” (MST, 2005:111).

Por isso, a luta dos assentados não se encerra com a conquista da terra. Na visão do MST conforme veremos adiante, ela é apenas um passo em busca de uma sociedade melhor para todos. É sobre esta sociedade que num primeiro momento levaria o nome de projeto popular que discorreremos a seguir.

3.2. A sociedade socialista para o MST

Conforme vimos no II capítulo, o MST vai buscar no leninismo sua principal fonte de inspiração ideológica. Em outras palavras, o Movimento compartilha do entendimento comum a maior parte da esquerda mundial, de que a revolução bolchevique representa o socialismo preconizado por Marx, mas que fracassou, entre outras coisas, pela ausência de democracia.

É possível perceber esta influência de forma mais presente tanto na defesa pela democracia, como também na adoção de princípios leninistas em relação à organização. Desta maneira, o centralismo democrático, vanguarda revolucionária, ditadura do proletariado, são alguns dos termos que vamos encontrar com frequência nos textos do MST.

Antes de prosseguirmos nesta exposição, é necessário fazer um esclarecimento. Embora o Movimento se apóie principalmente nas obras de Lênin, ele não é exclusivamente influenciado por ela. Já comentamos isso no início do capítulo, mas é interessante ressaltar para que não restem dúvidas. Na temática que estamos tratando ‘concepção de socialismo’ o Movimento também sofrerá influência de outras experiências socialistas, a maior parte delas desenvolvidas concomitantes ao socialismo russo ou posterior a ele. É o que nos adverte Stédile nesta citação:

[...] fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes algo que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lênin, Marx, Engels, Mão Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De uma forma ou de outra, captamos alguma coisa de todos eles. Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do Movimento de combater rótulos. Se Lênin descobriu alguma coisa que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la; se Mão Tsé-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar. Isso não quer dizer que vamos copiar tudo o que foi feito na China, o que seria um absurdo, uma ignorância. Aliás, o PC do B já tentou isso no passado e não deu certo. (2000, p. 60)

Em geral, cada experiência desenvolvida trouxe de fato peculiaridades próprias, mas todas elas, sem exceção, depositaram no Estado a responsabilidade maior pela condução do processo revolucionário. É o que nos adverte Tonet nessa passagem:

[...] as revoluções de tipo soviético sempre significaram a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações em direção ao socialismo. O que significa dizer que caberia à política (ao Estado) o papel de capitanear a construção do socialismo [...] (s/d,1)

Entendemos que esta centralidade assumida pelo Estado na construção do socialismo é também compartilhada pelo MST, na medida em que para ele caberá ao Estado a condução do processo revolucionário. No texto de Harneck, vamos encontrar:

[...] talvez o mais conveniente, para evitar confusões sem renunciar à concepção marxista do Estado – que tem a posição de que o Estado não é neutro, mas antes obedece aos interesses de determinadas classes, seja falar de Estado com hegemonia burguesa e de Estado com hegemonia popular [...] (2002, p.65)

Num trecho anterior a este a autora comenta:

[...] É importante compreender que quando os clássicos falam de ditadura do proletariado, estão pensando num tipo de Estado e não numa forma de governo. E além disso, que estão pensando num tipo de Estado de uma sociedade capitalista desenvolvida que passa ao socialismo, portanto de uma sociedade em que existirão fundamentalmente burgueses e proletários daí que se fale de ditadura da burguesia ou de ditadura do proletariado, sem variantes intermediárias (idem, p.65)

Já discutimos essa questão anteriormente, mas vale a pena voltar a ela nesta etapa do trabalho para que não restem dúvidas quanto ao pensamento de Marx a respeito. Em sua obra “Crítica ao Programa de Gotha” vamos encontrar:

[...] que transformação sofrerá o Estado na sociedade comunista? Ou, em outros termos: que funções sociais, análogas às atuais funções do Estado,

substituirão então? [...] Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda. A este período corresponde também um período político de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a ditadura revolucionária do proletariado. (2001, p.13)

Alertamos, no segundo capítulo, que para Marx a Comuna de Paris significou a expressão concreta dessa administração proletária. Em “A guerra civil em França” ele comenta:

[...] O seu verdadeiro segredo, ei-lo: era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos expropriadores, a forma política finalmente encontrada que permitia realizar a emancipação econômica do trabalho. Sem esta última condição, a Constituição comunal teria sido uma impossibilidade e um engodo. O domínio político do produtor não pode coexistir com a eternização da sua escravidão social. A Comuna devia, pois servir de alavanca para extirpar as bases econômicas sobre as quais se funda a existência das classes, logo, o domínio de classe. Uma vez emancipado o trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser o atributo de uma classe (2001, p.99)

Esta citação parece deixar claro que o sentido atribuído por Marx à ditadura do proletariado não é outro, senão, o de uma administração dos trabalhadores sob bases diferentes daquelas que estamos acostumados, em que o Estado aparece como força superior em relação à sociedade, ou de um Estado que concentre em suas mãos os meios de produção como foi o Estado soviético.

A ditadura do proletariado a que Marx se refere difere radicalmente dos tipos de Estados citados acima, justamente porque procurará no momento de transição¹³⁶ do capitalismo ao comunismo colocar em cena o trabalho associado. Isso ocorrerá ainda sob os escombros da velha ordem conforme Marx nos alerta:

Do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista que se desenvolveu sobre sua própria base, mas de uma que acaba de sair precisamente da sociedade capitalista e que, portanto, apresenta ainda em todos os seus aspectos, no econômico, no moral e no intelectual - o selo da velha sociedade de cujas entranhas procede. [...] (2001, p.6)

Adiante ele complementa:

Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o

¹³⁶ Vale ressaltar que o trabalho associado tem que estar presente nos primeiros momentos da revolução. Isto significa dizer segundo Marx, que o controle consciente e coletivo dos trabalhadores sobre o processo de produção não será absoluto de imediato, conviverá ainda com o trabalho assalariado até que este seja extinto definitivamente.

contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade: a cada qual segundo suas necessidades (idem, p.8)

Do exposto infere-se que caberá à administração gerida pelos trabalhadores garantir a centralidade que o trabalho deverá ter durante todo o processo revolucionário que culminará no comunismo. Neste momento (comunismo), a ditadura do proletariado desaparecerá, justamente porque se tornará obsoleta.

Esta compreensão não parece ser a mesma do MST, já que ele deposita no Estado a centralidade do processo revolucionário. Ao afirmar isso, não estamos querendo dizer que o Movimento desmerece o papel que o trabalho desempenharia no caminho para o socialismo, já que para ele: “[...] o trabalho é inicialmente um ato que se passa entre o homem e a natureza.” É, portanto, “[...] a condição primeira de toda a vida humana, e o é a tal ponto que podemos dizer: o trabalho criou o próprio homem” (2004, p. 63).

O que estamos querendo afirmar é que embora o MST reconheça a importância que tem o trabalho na vida do ser social, não atribui a ele a centralidade necessária na luta pelo socialismo, tal como Marx concebe.

Para o Movimento, o que chama atenção no ato primeiro do trabalho (transformar a natureza) é segundo Christoffoli, o fato de que: “Esse processo inicial de trabalho, de busca da sobrevivência e reprodução das condições de existência apresenta como característica constitutiva o fato de ser exercido sempre enquanto relação social, como inter-relacionamento de clãs, de tribos, de grupos sociais [...]” (2004, p.64). Ou seja, o fato de provocar o surgimento de relações sociais entre os indivíduos é que faz com que o trabalho ocupe importância estratégica na transformação da sociedade. Na mesma obra, citando Marx e Engels o mesmo autor prossegue:

E os homens, ao desenvolverem a produção material e o intercâmbio material transformam também, junto com a realidade, seu pensar, e os produtos do seu pensar. “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência [...] A produção de idéias, de representações, da consciência está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (p.36)

Segundo o MST, é através das relações sociais desenvolvidas no processo de trabalho que o ser social se forma, adquirindo conhecimentos, hábitos e valores. Em uma de suas obras dirigidas à militância Bogo, explica o significado que o trabalho tem na vida social. Diz ele:

O trabalho [...] foi desde o início, responsável por três aspectos fundamentais da vida humana: primeiro, a criatividade [...] O segundo aspecto gerado pelo trabalho é a convivência social. O ser humano nasce inacabado e imperfeito, irá se aperfeiçoar a partir da convivência social, em que um contribui para amenizar as deficiências dos outros. Para isso precisa se organizar em sociedade. Logo, o trabalho também é responsável pela organização social. E o terceiro aspecto desenvolvido pelo trabalho foi a comunicação [...] – As pessoas em torno da produção da própria existência são obrigadas a se comunicar [...] De fato devemos ter muita fundamentação filosófica para garantir a boa formação da consciência das pessoas e organizar o trabalho [...] essencialmente em torno dele é que se desenvolve esta nova cultura e, conseqüentemente, esta nova consciência. (2003, p.155-153)

Esta nova consciência¹³⁷ à que Bogo se refere seria obtida através de novas relações sociais forjadas a partir de um modo de produzir coletivo que traria como principais conseqüências a mudança de uma consciência individualista para uma consciência revolucionária¹³⁸. Desta forma, o socialismo seria atingido e alimentado pela existência de um novo homem e uma nova mulher, que têm no respeito ao próximo sua principal filosofia de vida. De acordo com Löwy:

[...] O homem comunista deve ser, necessariamente, um homem mais rico interiormente e mais responsável, ligado aos outros homens por um vínculo de solidariedade real, de fraternidade universal concreta, um homem que se reconhece na sua obra e que, uma vez quebradas as correntes da alienação, ‘atingirá a consciência plena de seu ser social, a sua total realização como criatura humana’. Um homem cuja condição de possibilidade é o que Marx chamava nas Teses sobre Fuerbach, ‘a humanidade socializada’: quer dizer, a ultrapassagem da cisão operada pela sociedade burguesa entre o ‘privado’ e o público, interesse ‘particular’ e o interesse ‘geral’, ‘o homem’ e o ‘cidadão’, o ‘indivíduo’ e a ‘comunidade’(2003, p.44).

Isto porque, segundo o MST, “[...] A grande tarefa da revolução consiste essencialmente em formar [...] o homem novo de que falou Che, o homem de consciência

¹³⁷ Sobre a consciência o MST entende que: “Sendo um processo social por natureza, a consciência é, ao mesmo tempo, a consciência do homem como indivíduo. A natureza e a sociedade se refletem na mente humana tanto em forma de consciência individual, como nas diversas formas da consciência social. A consciência individual do homem abarca os processos de apresentação da realidade por uma pessoa determinada e a atividade consciente do homem em um e em outro tempo. A consciência social é a compreensão da realidade por uma sociedade ou classe determinada e as peculiaridades da atividade consciente da sociedade em seu conjunto ou de grupos sociais isolados. [...] (Shorojov, apud Moraes; 2004, p.52)

¹³⁸ Sobre este aspecto, Cristofolli salienta: “[...] processos de capacitação conduzidos através de atividades coletivas ou do desenvolvimento de experiências de cooperação em atividades complexas, permitiria influenciar ‘intencionalmente’ a consciência dos indivíduos no sentido de minimizar o individualismo. [...]” (2004, p.70).

verdadeiramente revolucionária, o homem de consciência verdadeiramente socialista, o homem de consciência verdadeiramente comunista” (CASTRO apud MST: 2005, p.39)

Em razão disso, de acordo com o Movimento, novas relações de trabalho cooperativo¹³⁹ devem ser estimuladas e vivenciadas em espaços coletivos como assentamentos e acampamentos, e fortalecidas num outro sistema social em curso – o socialismo. A mudança de hábitos, valores e costumes provocados pela vivência de práticas coletivas de trabalho forjaria um outro ser social, disposto a lutar por uma transformação social. Segundo Oliveira & Martins:

[...] É preciso avançar o mínimo necessário na cooperação entre as famílias, não só para melhorar suas condições de vida, mas também, do ponto de vista estratégico, para ajudar na construção do “ser social”. Precisamos que as famílias evoluam na consciência e na formação cultural do assentamento para que elas possam colaborar com a luta. Lutamos para que essas famílias façam parte do processo de contribuição com uma luta maior, que é a luta por transformação social. Portanto, se desejamos nos desenvolver e sonhar com uma sociedade e com um ser humano diferente, com novas posturas, comportamentos e valores, é preciso mudar a partir da existência do meio em que habitamos [...] (2004, p.1-2).

É importante salientar que o socialismo para o MST representa apenas uma etapa na busca da sociedade comunista. Isto porque, o Movimento entende que a revolução é um processo em construção que culminará com a chegada do comunismo. Nas palavras de Castro citado pelo MST “[...] nenhuma sociedade humana chegou ao comunismo. Os caminhos para chegar a uma forma de sociedade superior são caminhos muito difíceis. Uma sociedade comunista implica que o homem tenha alcançado o mais alto grau de consciência social que jamais se alcançou [...]” (2005, p.40).

Essa busca pelo homem novo, a qual se refere o MST, tem nas formas cooperativas de produção o principal meio de proporcionar aos indivíduos a mudança dos valores individualistas, presentes nesta sociedade e ainda existentes num futuro modo de produção, onde o socialismo não tenha ainda se estabelecido de fato. Conforme nos confirma Lazzaretti:

Para o MST, a evolução do trabalho individual nos assentamentos para o trabalho e produção coletivos é a forma de mudar as relações sociais fazendo com que, num sistema de cooperação, os assentados percebam-se como uma força somando-se a outras para contribuir na construção de uma nova sociedade. A superação desta condição individualista no trabalho só se dá, segundo o Movimento, pela compreensão dos vícios históricos da produção capitalista. ‘Para atacar estes

¹³⁹ Essas novas relações de trabalho, de acordo com Lazzaretti “[...] Dever-se-ia começar pelas formas de cooperação mais simples, principalmente na esfera das cooperativas de circulação de mercadorias e de créditos e, posteriormente, avançar para as cooperativas de produção (no caso do MST a cooperativa de Produção Agropecuária (CPA), onde a terra e os meios de produção são totalmente de cunho coletivo.

vícios, é necessário utilizar formas participativas que possibilitem ir resolvendo aos poucos sem perder os companheiros' (2007, p.104).

O sentido atribuído aqui à cooperação ultrapassa, portanto, a esfera econômica, conforme prossegue o Movimento: “[...] A cooperação deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise a mudança da sociedade. Para isto, deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo” (MST, 1998 a:22).

Esses objetivos estariam expostos na forma em que o movimento dá as Cooperativas de Produção Agropecuária¹⁴⁰ (CPA's) que, segundo Morrisawa (2001:233), “são um tipo de cooperativa em que os fatores de produção (a terra, o trabalho e o capital) são administrados coletivamente. Sua propriedade e produção são sociais, pois os donos são os trabalhadores e as sobras são repartidas entre si conforme o trabalho aportado de cada um [...]”.

Pelo que percebemos em nossa pesquisa, esta não tem sido uma tarefa fácil para o MST, uma vez que ao tentar colocar em prática uma outra forma de trabalho baseada na comunhão dos meios de produção e na apropriação social do produto final, o Movimento se confronta com a própria visão de mundo capitalista impregnada naqueles que se dispõem a segui-lo.

Ao que parece, o MST não está alheio a esses obstáculos, já que vem continuamente tentando encontrar formas de superar estas dificuldades provocadas, segundo ele, pelo momento contra revolucionário que estamos vivendo. De acordo com Oliveira:

[...] Temos um entendimento cultural de individualismo, por isso, esse processo de estímulo para a cooperação é o principal desafio neste momento histórico que vivemos. Até porque nossas principais referências no campo ideológico do socialismo tem passado por esse processo. Estamos falando de um novo projeto que nega a propriedade privada dos meios de produção e também da produção individual. (1989, p.02)

É preciso mencionar também que além do aspecto econômico, as formas cooperativas de trabalho, ou trabalho coletivo, adquirem para o MST, um conteúdo político. Segundo Bogo:

Desde sua origem, as cooperativas cumprem um papel econômico e social. Lênin acrescentou um terceiro elemento, que é o aspecto político, procurando, através das cooperativas e da cooperação como um todo, realizar um dos grandes

¹⁴⁰ De acordo com Lazzaretti, “É na cooperação agrícola que o MST tenta colocar em prática seu modelo marxista-leninista de sociedade e sofre as mais severas críticas por “impor” uma visão de organização da produção, segundo seus detratores, não coerente com a tradição camponesa brasileira.” (2007,p.140)

objetivos do socialismo: a **revolução cultural** no campo, Visava, com isso, elevar o nível de conhecimento dos camponeses e garantir a defesa do Estado socialista que se iniciava. (1994,p.14)

Não é difícil perceber a forte influência que a revolução russa trouxe para o MST também em relação à produção. Nossas pesquisas nos levam a inferir que o Movimento vê nas cooperativas de trabalho desenvolvidas naquele país durante o período insurrecional, a maneira socialista¹⁴¹ de organizar a produção. Em sua obra: “O Estado e a Revolução”, citando Marx e Engels, Lênin vai afirmar que:

[...] O proletariado usará o seu domínio político para ir arrancando todo capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para multiplicar o mais rapidamente possível a totalidade das forças produtivas. [...] (1978, p.253)

Ora, isso é justamente o que parece ter ocorrido na revolução conduzida por Lênin. Já discutimos sobre essa aparente semelhança entre o pensamento de Lênin e Marx no segundo capítulo. Em razão disso, não vamos mais nos deter a ela nesta etapa do trabalho¹⁴². O que nos interessa aqui afirmar é que essa suposta afinidade entre o pensamento dos autores mencionados, fortalecerá ainda mais no MST a idéia de que as cooperativas russas são expressões da organização produtiva no socialismo. Especialmente porque em outro texto, ao discutir o problema do campesinato na França e na Alemanha, Engels¹⁴³ vai dizer que não há saída para os camponeses daqueles países senão [...] a reunião dessas economias em fazendas cooperativas, nas quais a exploração do trabalho assalariado será eliminada,

¹⁴¹ Embora nos inclinemos à achar que para o MST cooperação tem o mesmo sentido de trabalho associado, consideramos precoce fazer essa afirmação sem um estudo profundo dessa questão. Em sendo assim, para não correr o risco de cometer uma análise equivocada desta categoria, nos reservamos ao direito de não mencioná-la neste capítulo.

¹⁴² Somente para ilustrar, cabe aqui a explicação de Tonet sobre essa questão: “[...] a similaridade entre o Marx preconizou e o que os revolucionários fizeram é apenas aparente. É o próprio Marx, em ‘A ideologia Alemã’, que, premonitivamente, realça a diferença. Aí ele deixa claro que a existência de forças produtivas altamente desenvolvidas é condição absolutamente indispensável para a construção do comunismo. E, em ‘O Capital’ e nos ‘Grundrisse’, enfatiza que esse desenvolvimento das forças produtivas é obra do próprio capitalismo. Mas porque ele não poderia ser realizado por um ‘Estado Socialista’? Exatamente porque estas forças só podem vir a existir sobre a base de relações sociais de exploração, algo inteiramente contraditório com o socialismo’... este desenvolvimento das forças produtivas - diz Marx- (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda imundície anterior seria restabelecida” (I. Al.,p.50) (mimeo, s/d:p. 11)

¹⁴³ Neste sentido concordamos com Lazzaretti quando afirma que: “[...] A posição de Engels é levada ao pé da letra pelo MST (mais do que as posições de Marx) em suas cartilhas, principalmente na maneira como o movimento defende a orientação de a propriedade parcelar para a propriedade coletiva, pois, de acordo com Engels, a missão dos socialistas é de orientar “face aos pequenos camponeses, a sua produção individual e sua propriedade privada para um regime cooperativo...” [...] (2007,p.102).

progressivamente, a fim de poder convertê-las, pouco a pouco, em ramos iguais em direitos e deveres à grande cooperativa nacional de produção” (Engels apud Lazzaretti: 2007, p.103).

Para esclarecer definitivamente essa questão vejamos o que pensa Marx a respeito. Em sua obra “A Guerra Civil em França” ele afirma:

[...] Mas se a produção cooperativa não deve permanecer um engodo e uma cilada; se ela deve despojar o sistema capitalista; se o conjunto das associações cooperativas tem que regular a produção nacional segundo um plano comum, tornando-se assim sob o seu próprio controle e pondo fim à anarquia constante e às convulsões periódicas que são o destino inelutável da produção capitalista, que seria isto senhores, senão comunismo, o muito “possível” comunismo (1971, p.100).

Ora, se tomarmos essa citação deslocada de seu contexto, teremos a impressão que Marx estaria afirmando que o trabalho cooperativo é a forma comunista de organização. Entretanto, se voltarmos um pouco o texto, na mesma página vamos encontrar:

[...] A Comuna, exclamam eles, pretende abolir a propriedade, base de toda civilização. Sim, senhores, a comuna pretendia abolir esta propriedade de classe, que se fez do trabalho da maioria a riqueza de alguns. Ela visava a expropriação dos expropriadores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos dum trabalho livre e associado [...] (p.100).

Podemos inferir, portanto, que quando Marx se refere à produção cooperativa ele está afirmando que esse trabalho deverá ser administrado pelos trabalhadores de forma integral, ou seja, desde a produção, passando pela distribuição e o consumo sem qualquer sujeição ao Capital. Prevendo possíveis confusões, Marx vai afirmar na Crítica ao Programa de Gotha que:

O fato de que os operários desejem estabelecer as condições de produção coletiva em toda a sociedade antes de tudo em sua própria casa, numa escala nacional, só quer dizer que obram por subverter as atuais condições de produção e isso nada tem a ver com a fundação de sociedades cooperativas com a ajuda do Estado. E no que se refere às sociedades cooperativas atuais, estas só têm valor na medida em que são criações independentes dos próprios operários, não protegidos nem pelos governos nem pelos burgueses. (2001, p.12).

O que ocorreu na Rússia durante a revolução Bolchevique parece não estar em consonância com o pensamento de Marx, já que naquele país as cooperativas foram estimuladas entre os trabalhadores para ficar sob a tutela do Estado. Esta situação, conforme

procuramos mostrar no segundo capítulo, atendia, primeiramente, à necessidade daquele país de desenvolver a produção, extremamente débil para os padrões do capitalismo na época. Mas esse não era o único objetivo dos Bolchevique, pois os insurretos estavam cientes de que necessitariam realizar ali também uma revolução cultural no campo, para que o socialismo se consolidasse de fato e a ameaça capitalista fosse totalmente extinta.

Assim, as formas cooperativas¹⁴⁴ de produção foram interpretadas pelos revolucionários como sendo a fórmula perfeita para alcançar esses objetivos. Esse exemplo parece ter sido seguido pela maioria dos países onde se buscou instaurar o socialismo a exemplo de Cuba e China. Em relação a esta última Lazzaretti vai afirmar que:

A revolução cultural chinesa é tão inspiradora para o MST que esse lançou um caderno especial sobre o cooperativismo na China, no qual mostra a função que desempenhou esta revolução no movimento de massas daquele país. De acordo com o MST (1998b: 24), “a revolução cultural chinesa consistiu num poderoso movimento de massas, dirigido por Mao Tse-tung e pelos defensores do aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, através da ação e da luta ideológica e política”. Coletivização, igualitarismo e democracia direta eram os grandes referenciais. Desenvolvimento ininterrupto das relações de produção socialistas baseadas nos ganhos iguais e no modo igual de vida independente do nível alcançado pelas forças produtivas era, segundo o MST, a forma mais segura de liquidar completamente o sistema de exploração de classes. (2007, p.152-153).

Em nosso entender, o MST acredita ser possível realizar esta revolução cultural no campo ainda nesta ordem societária, através da vivência de seus militantes em cooperativas de produção, mas também de ações coletivas que empreende contra o latifúndio e o Estado. É o que nos diz Bogo nessa passagem:

Afirmamos então ser possível realizar a revolução cultural no campo, antes mesmo de conquistar o poder do estado no país, porque já estamos ou temos potencial de produzir nossa existência de forma independente, dentro de nossos territórios conquistados, fazendo ali não só plantações de árvores, mas uma nova cultura com novas relações (BOGO, 2000, p.68).

Essa compreensão é compartilhada por Loureiro quando afirma:

Em resumo podemos dizer que o MST está procurando construir uma nova concepção de vida rural. Ela seria uma espécie de sínteses entre elementos da cultura rural tradicional (relação fraterna com a natureza, equilíbrio ecológico, beleza da

¹⁴⁴ Embora as experiências cooperativas dos países socialistas sirvam de inspiração para o MST, o mesmo assegura que: “[...] Ao estudar a cooperação na União soviética, em Cuba e de outros países, não significa reproduzir o que lê se fez, pois é preciso respeitar a cultura e as condições brasileiras. O que é científico e comprovado não se discorda e utiliza-se o conhecimento quando for preciso, mas é necessário desenvolver a própria teoria do conhecimento” (2003, p. 195)

paisagem etc., mas incorporando determinadas inovações tecnológicas) e valores democráticos “modernos” (igualdade entre os gêneros, fim do racismo, fim das relações familiares autoritárias etc.) Tudo isso estaria voltado para a formação de novos seres humanos, que construam, *a partir de agora*, um novo mundo. Trata-se nas palavras de uma de suas lideranças de uma “revolução cultural no campo”, um processo lento, com avanços e recuos, muitas vezes contraditório. (2008, p.115)

Neste sentido, o trabalho voluntário é entendido como uma atividade que contribui na realização dessa revolução cultural e conseqüentemente na construção de um novo projeto de sociedade. Através dele, o Movimento espera modificar a concepção de trabalho, visto atualmente como algo penoso e sacrificante.¹⁴⁵ Desta maneira, almeja estar contribuindo para que os indivíduos alimentem o desejo de uma nova sociedade sem exploradores e que, sendo assim, esse mesmo trabalho possa ser visto de forma prazerosa, para atender às necessidades de uma coletividade que tem na pessoa humana o seu centro. Tal como Stédile nos afirma citando o sentido de trabalho voluntário para Guevara¹⁴⁶:

Nesse princípio se baseia a prática do trabalho voluntário, estimulado por Che. Via no trabalho voluntário, exercido nas horas de folga, aos sábados, domingos e feriados, uma forma de praticar esse desapego pelas coisas materiais, e a forma de praticar atos concretos de solidariedade social. Acreditava também que somente seria possível resolver grandes problemas concretos da sociedade cubana, de forma mais rápida, se houvesse uma doação, uma entrega maior de todos, no exercício do trabalho voluntário não remunerado (2001, p.18).

Sendo assim, o trabalho voluntário é entendido pelo MST como trabalho não alienado, pois ocorre partindo da livre iniciativa dos trabalhadores, sentido pela própria necessidade humana. Entretanto, para ser de fato livre, é necessário que esta necessidade parta do próprio indivíduo e não de seu meio, conforme Löwy escreve, comentando o pensamento de Guevara:

¹⁴⁵ Sobre esta concepção negativa do trabalho a explicação de Tonet nos parece bastante oportuna: “[...] E neste sentido o trabalho não é, como acentua a tradição ocidental cristã, uma “maldição”. Pelo contrário, é sinônimo de autêntica e positiva auto-expressão do próprio homem. Que, em suas formas históricas concretas, tenha estado associado, até hoje, à degradação do ser humano trabalhador é um fato e é compreensível. Que a degradação abarque a sua natureza integral e que seja insuperável, é uma falsa constatação que se baseia nos seus aspectos imediatos e, portanto, numa visão empobrecida da realidade e do processo histórico. (s/d, p.04)

¹⁴⁶ O exemplo dos “sábados comunistas” é citado por Löwy ao rebater as críticas de que o trabalho voluntário seria parte de um pensamento idealista de Guevara. Conforme constatamos: “[...] As teses de Che sobre o trabalho voluntário e o seu significado para o desenvolvimento do homem novo não dependem unicamente de uma problemática ‘voluntarista’, ‘utópica’, estranha ao marxismo (como pretenderam alguns de seus críticos ‘materialistas’), mas se insere numa tradição autenticamente leninista. Saudando, numa brochura de 1919, os ‘sábados comunistas que os trabalhadores organizavam por sua própria iniciativa, Lênin escrevia: “É o início de uma revolução mais difícil, mais essencial, mais radical, mais decisiva que a derrubada da burguesia, porque é uma vitória sobre a nossa própria rotina, o nosso próprio descanso, o nosso egoísmo pequeno burguês, sobre esses hábitos que o maldito capitalismo legou ao operário e ao camponês. [...]” (2003, p.98)

[...] É, portanto, um trabalho não alienado, um trabalho livre, à medida que é verdadeiramente “voluntário”, quer dizer, produto de uma resolução interior de pressões exteriores do meio social. O meio deve ajudar o homem a sentir interiormente esta necessidade; mas, se é unicamente o meio, se é apenas uma pressão moral que o empurra mesmo no trabalho voluntário continuará a alienação do indivíduo; quer dizer, não fará uma coisa própria, uma coisa nova realizada em liberdade (2003, p.97-98)

É necessário estarmos atentos à questão do trabalho porque ela é de suma importância para a apreensão de nosso objeto de estudo. A nosso ver, há aqui um grande equívoco por parte do MST sobre o que seria de fato o trabalho livre descrito por Marx. Examinemos melhor essa questão.

Sabemos que para Marx não foi o capitalismo que trouxe a divisão do trabalho e o conseqüente surgimento de classes sociais. Para ele, esta divisão entre os indivíduos ocorreu a partir do aparecimento da propriedade privada¹⁴⁷ que possibilitou à humanidade acumular riquezas. Entretanto, é com a divisão do trabalho que a ação do homem sob o processo de trabalho vai se tornar estranha a ele, conforme Marx ressalta nesta passagem:

[...] desde de que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente, mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominando[...] (1987, p.47)

Noutra passagem da mesma obra ele prossegue:

[...] Quanto mais a divisão do trabalho se desenvolve e a acumulação aumenta, mais se torna aguda essa fragmentação. O próprio trabalho só pode subsistir sob o pressuposto dessa fragmentação.

[...] De um lado, portanto, temos uma totalidade de forças produtivas que adquiriram como que uma forma objetiva e que, para os próprios indivíduos, não são mais suas próprias forças, mas as da propriedade privada e, por isso, são apenas as forças dos indivíduos enquanto proprietários privados [...] (idem, p.104)

¹⁴⁷ Sobre a propriedade privada Marx esclarece que “[...] A verdadeira propriedade privada começa, tanto entre os antigos como entre os povos modernos, com a propriedade mobiliária – [...]. Nos povos surgidos da Idade Média, a propriedade tribal desenvolve-se passando por várias etapas diferentes -propriedade feudal da terra, propriedade mobiliária corporativa, capital manufaturado- até chegar ao capital moderno, condicionado pela grande indústria e pela concorrência universal, isto é, até chegar á propriedade privada pura, que se despejou de toda aparência de comunidade e que excluiu toda influência do estado sobre o desenvolvimento da propriedade. A esta propriedade privada moderna corresponde o Estado moderno, o qual, comprado paulatinamente pelos proprietários privados através dos impostos, cai completamente sob o controle destes pelo sistema da dívida pública, e cuja existência como é revelado pela alta e baixa dos valores do Estado na bolsa, tornou-se completamente dependente do crédito comercial concedido pelos proprietários privados, os burgueses [...]” (1987, p.97)

Ora, não há como quebrar esta alienação e libertar¹⁴⁸ o homem dessa prisão em que se tornou o trabalho sem que sejam dadas a este homem condições para libertar-se. Em toda sua obra, Marx é enfático nessa questão. O que estamos querendo dizer aqui é que para que esta alienação, à que está submetida a humanidade, seja rompida, é necessário que haja pelo menos duas premissas básicas segundo Marx nos aponta na citação abaixo:

Esta “alienação” - para usar um termo compreensível aos filósofos - pode ser superada, naturalmente, apenas sob dois pressupostos práticos. Para que ela se torne um poder “insuportável”, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente “destituída de propriedade”, e que se encontre ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato - coisas que pressupõem, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de seu desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas[...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomeçaria novamente [...] (1987,p.50)

Por fim, ele vai afirmar o que está presente em toda sua obra como condição *sine qua non* para se alcançar uma sociedade de homens livres. Segue Marx na Ideologia Alemã

A transformação, pela divisão do trabalho, de forças (relações) pessoais em forças objetivas, não pode ser superada arrancando-se da cabeça essa representação geral, mas apenas se os indivíduos subsumirem novamente essas forças objetivas a si mesmos e superarem a divisão do trabalho*. Isto não é possível sem a coletividade [...] (idem, p.116)

Segue ele na página seguinte: “[...] É exatamente esta união de indivíduos (pressupondo naturalmente as atuais forças produtivas desenvolvidas) que coloca sob seu controle as condições de livre desenvolvimento e de movimento dos indivíduos - [...]” (idem, 117)

¹⁴⁸ Afirma Marx que “[...] A ‘libertação’ é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é efetivada por condições históricas, pela [situação da indústria, do co[mércio], da [agri]cultura, do inter[câmbio] [...] [...] e então, posteriormente, conforme suas diferentes fases de desenvolvimento, o absurdo da substância, do sujeito, da autoconsciência e da crítica pura, assim como o absurdo religioso e teleológico, são novamente eliminados quando suficientemente desenvolvidos [...] Naturalmente, num país como a Alemanha, onde não ocorre senão um desenvolvimento histórico miserável, estes desenvolvimentos intelectuais, estas trivialidades de substitutos para a ausência de desenvolvimento histórico; incrustam-se e têm que ser combatidos. Mas esta luta tem apenas importância local (...) na realidade, para o materialista prático, isto é, para o comunista, trata-se de revolucionar o mundo existente, de atacar e transformar, praticamente, o estado de coisas que ele encontrou [...] (idem, p.65-67)

Ora, esta libertação da humanidade em que o trabalho se converterá em valores de uso para atender as necessidades humanas só pode ser obtida num outro modo de produção, em que as bases comunistas estejam definitivamente consolidadas. As tentativas de promover o trabalho voluntário, ainda nesta, ordem serão válidas para disseminar relações sociais mais harmônicas entre os indivíduos, mas não poderão, por sua própria natureza, modificá-lo sem que haja uma ruptura definitiva deste sistema, Marx afirma que:

[...] tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução; esta revolução é necessária, entretanto, não só por ser o único meio de derrubar a classe dominante, mas também porque apenas uma revolução permitirá à classe que derruba a outra varrer toda a podridão do velho sistema e tornar-se capaz de fundar a sociedade sobre bases novas. (idem, p. 109)

Podemos inferir, portanto que a compreensão que o MST tem sobre o assunto não parece estar de acordo com o que Marx disse a respeito, uma vez que o Movimento entende que por meio do trabalho voluntário é possível disseminar novos valores entre os homens e assim modificar a estrutura social vigente.

Sob as bases do trabalho voluntário, os indivíduos não estariam mais produzindo sob coerção, e sim sob a plena satisfação de se verem no fruto de seu trabalho. Desta forma, a humanidade estaria dando passos largos no caminho de uma sociedade verdadeiramente comunista. O trabalho, neste momento, não teria mais o sentido de mercadoria, e sim de riqueza posta a serviço da humanidade, conforme o Löwy nos assevera:

Neste sentido, o trabalho voluntário contém o embrião do trabalho comunista do futuro. Na sociedade comunista, o trabalho adquire uma nova qualidade: deixa de ser uma necessidade exterior para se tornar uma necessidade interior, uma necessidade vital, a expressão da criatividade humana. O trabalho se transforma em arte, jogo, prazer criador, 'fonte permanente e constantemente mutável de novas emoções.' No comunismo, o homem 'começa a se reconhecer na sua obra e a compreender a sua grandeza humana por meio do objeto criado e do trabalho realizado', o que confirma a tese marxista segundo a qual 'o homem não atinge realmente a sua plena condição humana senão quando produz, livre da coação da necessidade física de se vender como mercadoria' (2003, p.98)

Ora, afirmamos acima, que de acordo com a teoria marxiana, não há como o trabalho voluntário ser nesta sociedade o embrião do trabalho associado. Justamente porque não dependerá apenas da vontade dos indivíduos. Nesta sociedade, o trabalho voluntário, por mais nobre que seja sua motivação, estará sempre limitado pelo sistema atual que impõem aos

homens a condição de vender sua força de trabalho se quiser garantir sua sobrevivência. Numa interessante passagem, Tonet confirma nosso entendimento ao afirmar:

Para que possa existir socialismo não bastam idéias e disposição socialistas. É preciso que exista uma base material [...] a partir da qual possam surgir consciência, valores, comportamentos, relacionamentos, concepção de mundo efetivamente fraterno e solidário. Se não existirem estas condições de nada adiantarão os apelos à solidariedade e ao humanismo. (2002, p.15-16)

Ainda segundo o pensamento do MST, a permanência da propriedade privada numa sociedade socialista torna-se algo insustentável. Todavia, ela não se extinguirá rapidamente. Na visão do MST será um processo gradual ocasionado também pela mudança das relações sociais. A formação de uma outra consciência possibilitaria aos indivíduos não mais brigarem entre si pela posse dos meios de produção, mas colocá-los a serviço da coletividade, conforme percebemos nesta colocação de Bogo:

[...] A nossa tarefa em relação aos pequenos camponeses consistirá, antes de tudo, em encaminhar a sua produção individual e a sua propriedade privada para um regime cooperativo, não pela força, mas pelo exemplo e pela oferta de ajuda social para este fim. Devemos avançar conscientemente e gradativamente em direção à eliminação total da propriedade privada da terra. [...]. É fundamental que os assentados cooperem, seja na esfera da produção, da prestação de serviços, na educação, na solidariedade etc; quanto menos apego à propriedade privada mais avanço teremos na cooperação em todos os sentidos. (1999, p.12).

Mencionamos no primeiro capítulo, que a relação que o camponês tem com a terra, se configura hoje para o Movimento como um dos principais obstáculos a serem superados para que a luta revolucionária do MST tenha êxito. Essa ligação entre o homem do campo e a propriedade da terra é entendida pelo Movimento como algo exterior a ele, como um vício, um mau hábito que precisa ser combatido de todas as formas, conforme podemos perceber nessa passagem do MST:

Assim, fica claro a perversidade da propriedade da terra nos assentamentos e o seu reflexo na consciência das pessoas. Por mais que esta propriedade privada seja familiar, onde na maioria dos casos não há exploração da mão de obra de outras pessoas além da sua família, onde a propriedade privada afirma uma ideologia oportunista na mentalidade dos assentados. Além de afirmar seu poder individual, dispensando a ação comunitária, e da organização, ele se relacionará com as estruturas sociais (cooperativas, associações, organizações políticas e religiosas, etc) somente para tirar vantagem, buscando proteger e ampliar seus bens privados. Estes assentados, via de regra, participarão da vida social e econômica, seguindo a lógica do seu interesse material e do prazer individual, revelando-se um ser altamente egoísta. Sua consciência se desenvolve em torno do aspecto da propriedade da terra, dos bens e dos interesses da família. Sua participação na vida social ou das lutas

políticas somente terá sentido se ele perceber que terá ganhos ou benefícios, tendendo a valorizar a e a compreender somente os aspectos econômicos da luta, se afastando das ações organizadas que visem aspectos políticos nas reivindicações. (MST, 2003, p.5)

Diante desta realidade o Movimento entende que:

A neutralização ou rompimento dos efeitos da propriedade privada da terra nas circunstâncias dos assentados, será possível na medida que atribuirmos um função social para estas terras libertas do latifúndio. Além da produção de alimentos, um outro aspecto importante desta função social refere-se a superação do loteamento tradicional [...] este forma tradicional desqualifica a reforma agrária e não ajuda a acumular forças (seja gente organizada, seja gente com consciência política). E não simboliza nada de novo para a sociedade futura que desejamos construir. Portanto devemos garantir nos assentamentos, formatos organizativos [...] introduzindo algumas formas comunitárias, cooperadas ou coletivas no uso da terra. (idem, p.5)

Percebemos que essa compreensão sobre “os efeitos” que a propriedade privada provoca na visão de mundo do camponês e as conseqüentes formas encontradas para combater esse comportamento oportunista (nas palavras do MST), têm raízes no pensamento de Lênin, conforme frisamos no capítulo anterior. Este posicionamento é compartilhado por Lazzaretti quando afirma:

A tarefa para Lênin dos revolucionários era de fazer romper o enorme apego que o camponês tem em relação à propriedade privada da terra. Para isto acontecer, o desenvolvimento da cooperação seria o modo de superar esta consciência de propriedade privada dos camponeses [...] (2007, p.114)

Deste modo, para o MST, num regime socialista, os meios de produção (incluindo a terra) ficarão concentrados nas mãos do Estado, sendo utilizados somente de maneira coletiva. Esta concepção, de acordo com Bogo, também estaria sendo inspirada na revolução russa¹⁴⁹:

A URSS se diferencia dos outros países por ter estabelecido uma lei única, que declarou todas as terras do país propriedade do Estado. Portanto, ninguém poderia ser dono de terra a não ser o Estado, e por ter sido obrigado a forçar a

¹⁴⁹ Comentando a experiência da revolução russa Tonet afirma que: “O equívoco dessa concepção de socialismo situava-se em que o eixo da problemática não se situava na autoconstrução humana, mas em atividades tomadas como algo externo ao homem. Daí porque a economia socialista era identificada com a socialização da distribuição e não com a socialização da produção. E mesmo quando se falava e ainda se fala em “socialização da produção” entendia-se – e a inda entende- ou o direcionamento da produção no sentido do atendimento das necessidades da maioria da população e/ou esta produção assim orientada por intermédio do planejamento estatal centralizado. Caía-se, dessa forma, numa contradição que eliminava – in limine - a construção do socialismo : uma forma de trabalho estranhada era colocada como fundamento para construção de uma sociedade plenamente emancipada” (2005,p.143-144)

organização da cooperação para defender o país de reações internas, e para desenvolver a indústria que era muito deficiente na época” (1994, p.08).

O Movimento acredita que nos países socialistas a propriedade dos meios de produção, como fábricas e indústrias, era controlada pelo Estado e usufruída de forma democrática por todos os trabalhadores. Também, a terra e o tamanho do lote destinados às atividades na agricultura seriam definidos pela administração dos trabalhadores, através de um governo proletário. Segundo Bogo:

Nos países citados no texto, (socialistas) ou a terra é propriedade do Estado ou o Estado limita o tamanho da propriedade tanto em relação ao módulo máximo quanto para o módulo mínimo. Isto faz com que permaneçam ou tenham interesse pela terra apenas aqueles que possuem intenção de trabalhar e sobreviver nela (grifo nosso) (1994, p.18).

Conforme já sinalizamos, segundo o MST, para que a passagem de um regime individual de produção para um coletivo aconteça, será necessário um novo tipo de governo. Este por sua vez, estaria fundamentado numa concepção de Estado voltado para os interesses da classe trabalhadora. Não obstante, a natureza do Estado aqui, de acordo com Harneck (2002), não seria de neutralidade, mas de hegemonia proletária e não mais burguesa. Esta situação, de acordo com a autora, colocaria a imposição de se implantar uma ditadura do proletariado, entendida como:

[...] a outra face da democracia popular mais ampla, ou seja, do direito de impor que se respeitem os interesses da maioria. Se não se praticasse este direito contra os opositores, ir-se-ia contra o próprio conceito de democracia, estar-se-ia desrespeitando a maioria (2002, p.64)

Ainda sobre este assunto, a autora comenta:

[...] É importante compreender que, quando os clássicos falam de ditadura do proletariado, estão pensando num tipo de Estado¹⁵⁰ e não numa forma de governo. E, além disso, que estão pensando num tipo de Estado de uma sociedade capitalista desenvolvida que passa ao socialismo, portanto de uma sociedade em que existirão fundamentalmente burgueses e proletários, daí que se fale de ditadura da burguesia ou de ditadura do proletariado, sem variantes intermediárias. (2002, p.65).

¹⁵⁰ Consideramos desnecessário dizer que esse entendimento conforme procuramos demonstrar linhas atrás não representa o que Marx entende por Ditadura do Proletariado.

Seguindo esse pensamento, a implantação de tal forma de Estado¹⁵¹ se justificaria pela contrariedade dos interesses em jogo, já que a classe burguesa persistiria tentando retomar o poder. Em razão disto, seria preciso utilizar mecanismos que impusessem à burguesia os interesses populares, o que não significa a ausência total da democracia.

Ao contrário do que se poderia supor, a democracia¹⁵² é concebida aqui como condição *sine qua non* de um Estado proletário. Para Harnecker (idem), este tipo de Estado teria, necessariamente, de comportar três tipos de democracia em seu interior: política, real e participativa.

Por democracia política, a autora entende a liberdade de escolher representantes do povo, tal como acontece hoje. Esta forma apresenta como principal limitação o favorecimento de uma classe em detrimento de outra. A democracia real funcionaria como solução buscada para os problemas que atingem a população, ou seja, a falta de acesso a serviços básicos como: terra, saúde, habitação, o que proporcionaria igualdade de acesso a todos os indivíduos. Por fim, a democracia participativa seria a ampliação e o exercício livre de todas as formas de organização popular, onde, de acordo com Harnecker:

[...] o mais característico do socialismo deve ser a colocação em prática de uma democracia participativa, onde o povo seja o verdadeiro protagonista da construção da nova sociedade; onde se estimule e se respeitem todas as formas de auto-organização popular, sem tentar submetê-las ao partido ou ao Estado. (2002, p.62)

A eliminação do Estado numa sociedade socialista para o MST não é, portanto, cogitada; ao contrário, sua reformulação é entendida por este Movimento como um desafio teórico e prático a ser enfrentado pela esquerda brasileira, não devendo ser mais espelhado somente nas experiências socialistas. Segundo afirma Benjamim:

No campo da política, por sua vez, é necessária uma formulação sofisticada sobre a questão do poder e do Estado. Os problemas da atividade pública, da

¹⁵¹ No entendimento da autora, o Estado para Marx “[...] não é neutro, mas antes obedece aos interesses de determinadas classes-, seja falar de Estado com hegemonia burguesa e de Estado com hegemonia popular” (2002, p.65).

¹⁵² Nesta direção, entendemos que o sentido de democracia atribuído por Harnecker é o que Marx chamou de emancipação política. De maneira breve, Tonet (2007, p.05) esclarece: “A nosso ver, a correta impostação do problema implicaria deixar claro que a emancipação política (democracia/cidadania) constitui uma forma particular de liberdade - de grande importância na trajetória da humanidade - que tem como ato fundante a compra e venda de força de trabalho. Por isso, não obstante o seu caráter progressista, sua própria natureza lhe impõe uma limitação essencial”.

estruturação e regulação dos mecanismos de poder, da representação, do equilíbrio, do não esmagamento da sociedade pelo Estado, do combate à lógica da burocracia, esses problemas nos impõem, como desafio teórico, construir uma teoria positiva do Estado e da política no socialismo (2003, p.153).

Ora, procuramos demonstrar, linhas atrás, que de acordo com Marx, não há como construir uma teoria positiva do Estado e da política no socialismo, simplesmente porque são inconciliáveis. Apesar disso, há uma opinião generalizada por parte da esquerda de que é necessário colocar a máquina estatal a serviço do bem comum, por isso é preciso empreender esforços políticos e teóricos em favor desse objetivo. A pesquisa aqui será direcionada não para desvendar a essência desse Estado, mas para encontrar fórmulas de atribuir a ele uma positividade que por sua própria natureza ele não possui. Nesta direção, ainda segundo Marx, torná-lo menos burocrático poderá amenizar os efeitos perversos que a sua (in) eficiência provoca sobre a humanidade, mas não irá, além disso.

Entendemos que o Estado, se administrado pelos trabalhadores, pode ser colocado a serviço da humanidade, o MST¹⁵³ compreende que a destruição do exército opressor e a criação de um outro de caráter popular¹⁵⁴ é uma condição indispensável para o sucesso da revolução. A inevitabilidade do aniquilamento do aparelho militar burguês é um pensamento exposto também nas obras de Guevara, conforme percebemos nesta citação de Löwy:

Em contrapartida, a definição do caráter socialista da revolução instaura uma problemática complementarmente diferente, que é a problemática leninista da destruição do aparelho militar burocrático do estado burguês: a questão de “como destruir o aparelho de repressão do Estado oligárquico” comanda toda a doutrina político-militar de Che: porque visa uma revolução socialista, sabe justamente que a derrota e a liquidação total do exército, o seu “desmembramento”, o seu “desmantelamento”, o seu aniquilamento e a sua “destruição moral” são uma condição necessária e indispensável para essa revolução (2003, p.116).

A necessidade de destruir o exército capitalista surge para evitar que a classe burguesa, retome o controle do Estado, visto que na opinião do MST, o socialismo num

¹⁵³ Sobre a importância da pesquisa para a luta política Stédile comenta: “[...] O MST desde seus primórdios, acho que aprendeu - pode ter aplicado mal, mas procurou assimilar – tanto das organizações da classe trabalhadora que nos antecederam, seja no mundo camponês, seja no mundo político partidário, seja nas Universidades, nós aprendemos que independente da natureza do Movimento deveríamos incorporar como uma prática militante a necessidade de pesquisar, de estudar, de se aprofundar para resolver os problemas que a luta de classes iria nos colocar. Por isso, incorporamos a idéia de pesquisar da necessidade de estudar, de conhecer a realidade, não só como uma realidade diletante para o sujeito ficar mais sabido, mas como uma necessidade fundamental para resolver os problemas da luta política” (2007, p.18)

¹⁵⁴ Sobre a criação de um exército popular, Guevara (apud Löwy, 2007, p.118) escreve: “Se admitir que o inimigo lutará para continuar no poder, é preciso encarar a destruição do exército opressor. Ora - para destruí-lo é necessário que se possa opor a ele um exército popular”.

primeiro momento não eliminaria a burguesia. Somente com a evolução desta nova sociedade é que esta classe desapareceria por completo.

Em sendo assim, o Movimento entende que o advento do socialismo não traria a resolução de todos os problemas da humanidade, persistiria a herança capitalista que seria eliminada à medida que a sociedade progredisse no seu intento revolucionário. Somente numa sociabilidade radicalmente comunista é que este progresso seria alcançado em sua plenitude.

A base para que a humanidade alcance definitivamente esta condição, seria conforme já anunciamos no início deste tópico, a construção gradativa de homens e mulheres novos, guiados por valores estabelecidos através de relações sociais de cunho socialista. Somente assim, este Movimento acredita ser possível a concretização de uma outra sociedade. Para o modelo deste novo homem, mais uma vez o MST recorre à Guevara conforme percebemos no trecho que segue:

Conclui-se que o ser humano é o principal símbolo, é ele que faz todas as mudanças, é ele que tudo constrói, é para ele que lutamos. É nele que depositamos nossas esperanças e será com ele que construiremos o 'Homem Novo' tão falado por Che (Bogo, 2002p. 09).

Desta forma, depreende-se que a nova sociedade proposta pelo MST tem o ser humano como o seu centro. Esta sociedade seria marcada por relações sociais nas quais os conflitos diminuiriam substancialmente, pois a economia planejada garantiria o atendimento das prioridades humanas. Por sua vez, a estrutura social seria pensada para atender a essas necessidades e não o contrário.

Todo esse processo seria concretizado de forma lenta, já que as mudanças estruturais dependeriam, em grande parte, da vontade dos indivíduos. O objetivo maior só seria alcançado definitivamente com a instauração definitiva do comunismo.

O texto que se segue, retirado de uma das cartilhas dirigidas à militância, reflete bem este posicionamento do MST de uma sociedade socialista planejada. Aqui entendemos que o Movimento utiliza o termo socialismo como expressão do que seria o socialismo amadurecido, ou simplesmente, comunismo. Para o MST:

O socialismo é uma sociedade planejada. Ninguém ficará sem fazer nada, ocioso e sem ocupação. Não por obrigação, mas tudo será feito por consciência. Utilizar-se-á a força e a inteligência, mesmo que na aparência muita coisa transpareça desigual; mas será assim que cada qual cumprirá sua função social. No socialismo não haverá desempregados e tampouco riqueza concentrada. A quantidade de horas trabalhadas serão expostas pelas necessidades. As técnicas terão facilidades, liberando as pessoas mais cedo da atividade dura, para que possam tocar

piano, bordar aves sobre panos, cantar, dançar, fazer pinturas. Não haverá fome nem se comerá demais. A obesidade será uma opção. Os sedentários desta civilização, que ora vivem acomodados, serão desafiados a ficar em pé, não mais sentados. As gincanas diárias substituirão as academias. As farmácias cederão lugar às livrarias e os shoppings serão centros culturais. Os filhos passearão com seus pais em qualquer dia da semana. As relações serão essencialmente humanas, porque os direitos e os deveres haverão de ser iguais.

Não haverá lixo exposto nem esgoto a céu aberto. As praças e os jardins e tudo o que estiver perto terão mais brilho e cores vivas. As casas serão mais atrativas e os bosques terão frutos em abundância; o rio ganhará mais importância e as pessoas serão mais inteligentes e combativas.

As telenovelas diminuirão em quantidade. O teatro ganhará mais qualidade e será feito sempre a qualquer momento. Basta que um grupo se reúna e num momento, o assunto que chamar mais atenção, passa a ser o tema da encenação, e ali mesmo vira um acontecimento.

Não haverá mais discriminação e preconceito. As palavras serão respeito, por gentileza e muito obrigado. Desculpem-me, por favor, e assim por diante. O outro será sempre semelhante, nem maior nem menor, simplesmente um aliado.

É a maneira de tratarmos o futuro no presente, construir relações sociais mais consistentes, sobre cada pedaço de conquista (2000, p.54-55).

A citação acima traz uma concepção de sociedade que no entendimento do MST só será alcançada no comunismo, todavia ela deverá ser buscada, almejada ainda nesta ordem social.

Assim, as relações sociais desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos seriam para o Movimento uma maneira, mesmo que incipiente, de começar a construção desta nova sociabilidade ainda no capitalismo, conforme veremos posteriormente.

Esse posicionamento do MST, inevitavelmente traz à tona, questionamentos sobre os meios para alcançar o socialismo, principalmente, em tempos tão adversos à luta política. Na concepção do Movimento não se trata de um ideal conseguido hoje apenas pelo uso da luta armada, conforme acontecera em tempos de revolucionários em que este Movimento se inspira¹⁵⁵, tampouco, de lutar por reformas políticas que seriam insuficientes, já que não eliminariam o capitalismo. Para Harnecker “O problema não é dizer sim ou não às reformas, mas sim examinar *quando* é conveniente lutar por reformas e *como* se podem obter delas frutos revolucionários.” (2002, p.94).

Mais adiante, a autora faz uma distinção entre reforma e revolução:

Parece-me que a melhor definição é a que designa reformistas os que por meio das reformas procuram aperfeiçoar a atual ordem existente, e como revolucionários os que, ao impulsionar as reformas, lutam ao mesmo tempo por mudá-la profundamente, mudança que não se pode produzir sem uma ruptura com a ordem anterior (Idem).

¹⁵⁵ Imaginamos que o leitor já tenha concluído que nos referimos à Lênin e a Guevara

De acordo com esta definição, o MST se identifica como movimento revolucionário que vê na esfera da política um importante meio de fazer avançar a luta revolucionária. Conforme percebemos nesta citação da mesma autora: (idem, p.95):

[...] Uma campanha eleitoral, por exemplo, pode ser um excelente espaço para educação popular, sempre que se orientar expressamente para aumentar o grau de consciência do povo sobre as questões políticas mais importantes; [...]

Essa importância atribuída à luta política se explica, no nosso entendimento, pela influência do pensamento de Lênin que atribui ao partido a responsabilidade de condução do processo revolucionário. De acordo com a interpretação de (SHERER-WARREN apud LAZARRETTI, 2007, p.107):

[...] Lênin dizia que a consciência socialista não surge espontaneamente do seio do movimento operário sindical. Ela depende de um conhecimento da totalidade social, conhecimento este que não aparece espontaneamente na massa. O conhecimento revolucionário gerado de fora é trazido para a massa proletária pela vanguarda do partido, responsável pelo desencadear da consciência política socialista do proletário.

Esta situação parece estar evidente para o MST na medida em que este dirige sua ação para um determinado segmento da classe trabalhadora: os trabalhadores rurais. Em linhas gerais, estes trabalhadores são reconhecidamente desfavorecidos em termos de acesso à cultura, formação política e organização, além de conservarem uma relação de apego à propriedade da terra. Por outro lado, a religiosidade e o misticismo presentes no cotidiano destes indivíduos não contribuem para a absorção de ideais revolucionários que possam lhes apresentar, mesmo que em longo prazo, um futuro promissor para estes trabalhadores e suas famílias. O desafio aqui consiste nas palavras de Lazzaretti (idem), em eliminar os “vícios capitalistas”. Desmistificar esses vícios capitalistas parece ser para o MST o maior desafio a ser enfrentado internamente, conforme já frisamos, de cujo sucesso dependerá o fortalecimento de sua base política. Para tanto, este Movimento acredita que a adoção de um dos princípios propostos por Lênin responderia a esta necessidade organizativa com maior precisão. Referimo-nos ao centralismo democrático, que na concepção de Lazzaretti (ibid) “serve como fonte de inspiração para o MST”.

No entendimento deste autor:

Para Lênin, o que de modo espontâneo domina a classe operária, e por maioria de razões as massas camponesas, é a ilusão ideológica e a organização

prática. O proletariado só pode, portanto, conquistar o poder e constituir-se em classe dominante arrastando a totalidade das forças populares e se uma parte dos trabalhadores mais lúcidos e combativos assumir, com intelectuais inteiramente envolvidos com a causa, a tarefa de edificar um partido revolucionário apto a desempenhar um papel de vanguarda, introduzindo no movimento a necessária clareza de visão e firmeza de organização [...] (2007, p.109).

Seguindo este caminho e ainda apoiado nas obras de Lênin, o mesmo autor faz uma interessante comparação entre o pensamento do histórico revolucionário e o entendimento do MST sobre a questão da organização dos trabalhadores rurais.

[...] Esta massa “disforme” precisava então de uma direção que a fizesse alcançar uma organização política, pois o atraso russo era segundo os leninistas não somente econômico, mas sobretudo político. O MST compartilha com esta visão de Lênin de que o campesinato no Brasil precisa de uma direção e uma organização, pois não é organizado politicamente, portanto, é atrasado. [...] (2007, p.110)

Não é por acaso que o MST preocupa-se tanto com a organização e formação de seus quadros como estratégia para o fortalecimento de sua luta política. Tal inquietação aparece principalmente nos textos dirigidos à militância de quem é cobrado um compromisso que vai além de simples tarefas organizativas. Destes integrantes, a exigência estende-se a comportamentos que demonstrem um compromisso ideológico com a causa revolucionária, conforme frisaremos mais adiante.

O que importa ressaltar neste momento é que concordando com as palavras de Lazzaretti (2007, p121), entendemos que “o MST aproxima-se [...] mais da formação de um partido do que propriamente de um movimento social.”. Porém, mesmo reconhecendo semelhanças entre uma organização partidária e o MST, Stédile renega a idéia de concebê-lo como partido político “[...] Queremos ser organização com características populares, sindicais e políticas de outro tipo. Não somos uma organização partidária, nem queremos ser, nem devemos ser [...]” (2000, p. 38).

Nesta direção, o MST se auto-define como diz Stédile em:

[...] um movimento de massas, com caráter popular, porque reúne todas as pessoas independentemente da idade, com caráter sindical, porque tem ainda um viés cooperativo, e com caráter político porque luta contra o Estado e contra o Latifúndio. Portanto, nosso movimento tem um claro caráter de classe. [...] (2000, p. 31)

Em seguida, Stédile arremata seu posicionamento dizendo:

[...] Nos não gostamos de rótulos. Lutamos por um ideal. O ideal da vida e de melhores condições para *todos*. *Todos* mesmo. O capitalismo já provou que não consegue resolver e melhorar as condições de vida de todos. Como sair dele, e o que virá depois dele, é um desafio para toda a sociedade brasileira, e que deve ser resolvido pelas organizações de todos os trabalhadores. Não achamos que seja tarefa só do MST [...] (idem, p.35).

Diante disso, não há como negar os objetivos revolucionários que o MST congrega em seu interior, mais ainda, reconhecer nele um Movimento social que com sua luta pela reforma agrária tem alcançado conquistas expressivas para os trabalhadores do campo e da cidade. Sendo assim entendemos que Branford apud Loureiro sintetiza bem o que o Movimento representa hoje para a sociedade brasileira:

O MST adquiriu renome nacional (e internacional)¹⁵⁶ por aquilo que aprendeu a fazer bem: conquistar terras e estabelecer assentamentos. Porém, o movimento abriga ambições bem maiores. Longe de ser uma pequena organização disposta a coexistir com as maiores forças econômicas e políticas da sociedade brasileira, desde que seus membros consigam pequenas concessões, o MST sonha liderar um movimento social com amplas bases, trazendo reformas abrangentes para as estruturas agrárias, sociais e econômicas dos pais e colocando fim às desigualdades centenárias (2008, p.112)

A forma encontrada por este movimento para dar vida aos seus objetivos é buscar desde já construir as bases do socialismo, já que o Movimento entende que a construção de homens e mulheres novos pode acontecer ainda nesta ordem social, conforme sinalizamos anteriormente. Neste sentido, as comunidades rurais geridas pelo MST seriam organizadas dentro de uma proposta revolucionária que se contrapõe radicalmente à ordem vigente. É sobre este assunto que discorreremos à seguir.

3.3 O socialismo em construção

Conforme procuramos expor ao longo deste texto, o MST entende que a construção de uma nova sociedade acontecerá, entre outras coisas, com a difusão de novos valores. Embora as condições econômicas já estejam dadas, considerando-se a extraordinária capacidade de

¹⁵⁶ É importante ressaltar que atualmente o MST integra a Via campesina que segundo Lazzaretti: “[...] é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada. (2007, p.196)

acumular riqueza e produzir desenvolvimento tecnológico, as relações humanas estão tomadas por relações capitalistas que só reforçam e fortalecem a ordem vigente.

Por isso, para realizar as mudanças estruturais necessárias que culminariam no socialismo seria necessário criar novas relações sociais¹⁵⁷ entre os indivíduos e desta forma quebrar o círculo que alimenta o capital. Por sua vez, estas novas relações sociais em curso despertariam nos indivíduos a crença na possibilidade de uma outra sociedade e, mais ainda, de se verem como sujeitos responsáveis por esta construção.

Neste sentido, a luta pela terra funcionaria como um instrumento desencadeante desta nova consciência social que seria provocada a partir da vivência de valores e princípios humanitários em assentamentos e acampamentos de reforma agrária. De acordo com o Movimento, Martins esclarece:

A opção que a luta pela democratização da propriedade e do uso da terra têm induzido é a constituição de áreas (territórios) de assentamentos onde uma nova concepção de vida social rural (no caso) pudesse desabrochar, apesar dessas áreas estarem inseridas numa sociedade cujos valores hegemônicos lhes seriam contrários. Mas o esforço para a afirmação de novos valores e práticas pessoais e sociais, mesmo que minoritário, deveria servir de referência e motivação para mudança para o conjunto social, antepondo-se, assim, pelo exemplo, ao modelo econômico e social dominante (2004, p.08).

Em razão disto, o Movimento acredita que as novas relações devem ser estimuladas mesmo que o momento conjuntural não favoreça. Por isso, o MST busca em seus espaços coletivos difundir novas idéias contrárias à ordem vigente cujo objetivo seria a criação dessas relações no seio dos trabalhadores rurais. Para o MST:

As pessoas são frutos do meio em que vivem, ou seja, nas relações sociais é que se estabelece a consciência e a conduta social. Mas não basta reprimir comportamentos pessoais negativos para que o ser humano se eduque ou "reduque", porque as pessoas não se relacionam apenas com seres humanos, mas também com objetos, com a história e com a natureza [...] (2005, p.8)

A idéia é instigar a vivência do que o Movimento chama de valores e princípios socialistas entre os assentados e acampados. Para tanto, o MST criou um aparato organizativo voltado para o estímulo e difusão destes novos valores, desde a construção de casas nos assentamentos à tomada de decisão sob a égide da coordenação coletiva.

¹⁵⁷ Essas relações seriam basicamente de caráter interpessoal, ou seja, relações de solidariedade, companheirismo, cumplicidade, enfim, relações que evoquem o lado humanitário dos indivíduos.

Em todas as situações, os acampados e assentados são induzidos a mudar seu modo de agir, culminando, segundo o MST, na mudança de consciência social. Esta, por sua vez, seria forjada nestes espaços e explicitada no enfrentamento ao capital, como resistência à lógica individualista em voga que separa e distancia os indivíduos. Em sendo assim, nas palavras do MST:

A consciência social como produto do convívio e da participação social, desenvolve-se naturalmente, na medida em que se estimulem os aspectos do convívio e da participação. O acampamento é um grande exemplo disto: arrebanhamos pessoas simples, que viviam nas comunidades rurais ou periferias das cidades, que conviviam e participavam apenas de momentos religiosos (culto), esportivo (futebol) e social (boteco), e com elas construímos uma nova estrutura social (acampamento), onde passaram a vivenciar diversos níveis de participação interna (equipes, setores, coordenação, assembléia) e externa (mobilizações) e a conviver intensamente. Assim estas pessoas saem de um nível muito pequeno de convivência e participação e se incorporam em uma estrutura que proporciona e acelera estes aspectos. Se esta estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um “laboratório de formar consciências sociais”.(2005,p.1-2)

Antes de prosseguirmos nesta exposição é necessário nos atermos um pouco mais na questão da consciência, porque entendemos que ela é fundante no pensamento do MST sobre o socialismo.

Para nos auxiliar neste entendimento vejamos o que diz Tonet a respeito:

O fato de a consciência constituir um elemento ontológico e não apenas fenomênico de todo ato humano, entretanto, apenas nos diz que ela tem capacidade de intervir na configuração do mundo real. Daí, porém, não se pode deduzir que ela possua o mesmo peso ao longo de todo o processo histórico e muito menos que ela tenha um papel revolucionário, ou seja, que exerça o papel de orientar, expressamente, a transformação radical da realidade. [...] (2005, p.153)

Do exposto, podemos inferir que a formação de novas consciências por si só não pode provocar o surgimento de um novo modo de produção sem que as condições objetivas estejam postas na realidade social. Isto implica dizer que embora seja de extrema importância para o desenrolar de um processo revolucionário, a subjetividade não pode se sobrepor à objetividade conforme apanhamos nesta citação do mesmo autor:

[...] No processo do devir humano o pólo da objetividade sempre tem o primado ontológico, o que em nada diminui o peso, a importância - maior ou menor conforme o momento histórico - da subjetividade. Em resumo: é preciso que existam determinados elementos reais para que a subjetividade possa operar a partir deles. Na ausência desses elementos será impossível atingir o objetivo pretendido [...]

Apesar disso, o entendimento de que a subjetividade pode superar as dificuldades postas pelo sistema tem levado o MST a acreditar que pode construir uma sociedade paralela, com um modo de produzir coletivo, calcado na edificação de cooperativas e associações. Embora resistentes, os trabalhadores são constantemente convidados a laborar conjuntamente, por meio do que o Movimento chama de lote coletivo¹⁵⁸.

Entretanto, conforme sinalizamos linhas atrás, essa proposta de produção tem encontrado obstáculos que inviabilizam o alcance dos êxitos esperados. Na visão do Movimento, a principal dificuldade seria a postura individualista presente nos assentados e acampados.

Em virtude disso, o Movimento tem se preocupado cada vez mais com o modelo de educação que formulou e que vem executando em assentamentos e acampamentos com o apoio inclusive de alguns governos municipais e estaduais. Em compensação, esta mesma proposta de educação fundamentada em Paulo Freire tem sofrido duras críticas por parte dos veículos de comunicação conservadores. É o que nos mostra esse trecho de uma reportagem da revista Veja:

O MST implementou um sistema de ensino paralelo, sobre o qual o poder público não exerce quase nenhum controle. O ministério da educação desconhece até mesmo quantas são e onde estão exatamente as escolas públicas com a grife do movimento. E as secretarias estaduais e municipais de ensino, embora sustentem as escolas, enfrentam dificuldades até para fazer com que professores não ligados aos sem terra sejam aceitos nas salas de aula. [...] (2004, p.48)

Por outro lado, essa proposta de ensino do MST também tem despertado a admiração de intelectuais conhecidos da esquerda brasileira. É o caso de Loureiro. Neste trecho de seu artigo, ela comenta:

[...] a importância que o MST dá à educação - nisso se distingue de qualquer movimento anterior de luta pela reforma agrária - tem por objetivo criar um novo ser humano, para o qual valores como solidariedade, felicidade igualdade etc. estão no centro da vida, e não a busca do lucro. As escolas do MST ensinam a lutar pelos direitos dos sem-terra, o trabalho em equipe, a valorizar a vida no campo e a resistir à cidade. [...] (2008, p.114)

Em uma nota de rodapé a autora traz dados interessantes que valem a pena serem mencionados:

¹⁵⁸ Trata-se de um lote comum aos moradores do assentamento e que deve ser plantado e cultivado por todos. A proposta é atender, quando preciso, à necessidade de algum assentado que esteja em dificuldades com os frutos deste trabalho coletivo.

Os números impressionam. Até 2001, cerca de 150 mil crianças estavam matriculadas em 1.200 escolas primárias e secundárias nos assentamentos e acampamentos; nessas escolas trabalhavam 3.800 professores, muitos deles treinados pelo MST. Foram feitos cursos de treinamento para professores de escola primária na maioria na maioria dos Estados, e parcerias com Unesco, Unicef, Igreja Católica, Universidades públicas. A última grande conquista do movimento foi a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, inaugurada no dia 23 de janeiro de 2005. Construída por brigadas de militantes voluntários de vários Estados do Brasil, com tijolos de barro feitos no próprio local, a escola é um exemplo de atividade auto-regulada. Ela começou recrutar para ministrar seus cursos os nomes mais significativos da intelectualidade de esquerda do país que apóiam o projeto popular do MST, vendo nele um elemento desbarbarizador da extrema desigualdade brasileira. (2008, p.114)

Esse método pedagógico é para o MST mais uma forma de difusão de valores socialistas e de formação de quadros de militantes. Nele está presente, além de pesadas críticas ao modelo pedagógico tradicional, a preocupação com a especificidade do público sem-terra, oriundo às vezes na zona urbana, mas com raízes no meio rural.

A metodologia aplicada considera o cotidiano dos acampados e assentados, extraindo do dia-a-dia desses indivíduos os elementos necessários à aprendizagem, sempre com a direção voltada para a formação de sujeitos que busquem a transformação social, conforme verificamos nas palavras do MST sobre Educação:

Aprendemos que o processo de formação humana vivenciado pela coletividade Sem Terra em luta é a grande matriz para pensar uma educação centrada no desenvolvimento do ser humano e preocupada com a formação dos sujeitos da transformação social e da luta permanente por dignidade, justiça, felicidade. Buscamos refletir sobre o conjunto de práticas que fazem o dia-a-dia dos Sem-Terra, e extrair dessas lições de pedagogia, que permitam qualificar nossa intencionalidade educativa junto a um número cada vez maior de pessoas. A isso chamamos de Pedagogia do Movimento (2004, p.26).

Para a realização de seus objetivos, o MST conta com a colaboração de militantes abnegados, dispostos a se sacrificarem em busca do ideal revolucionário¹⁵⁹. Para tanto, a figura do guerrilheiro Ernesto Guevara é constantemente lembrada como exemplo do militante ideal que fez dos ideais revolucionários sua razão de viver. Estes militantes por sua vez, são constantemente capacitados e orientados a lidar com as situações mais inusitadas, inclusive as de um confronto armado com a polícia em ações coletivas promovidas por este Movimento.

¹⁵⁹ De acordo com o MST. “As lideranças, os formadores, as pessoas que são referências numa organização devem ser os primeiros a dar exemplo do espírito de sacrifício. Devem tomar iniciativas de realizar as piores tarefas, as mais difíceis, as que exigem maior dedicação, e ao mesmo tempo serem os últimos para se beneficiar das coisas boas. O primeiro da fila do trabalho e o último na fila da comida”. (2001, p.121)

Mas é entre aqueles que aderem às propostas do MST que os militantes desempenham o seu papel mais importante. Sua missão aqui é de envolver a massa dos despossuídos, que reivindicam um pedaço de terra, para também acreditarem na possibilidade da construção de uma outra sociedade, já na comunidade sem terra. A prática de novos valores é estimulada concomitantemente à luta pela terra. Neste caso, o maior desafio é lidar com os valores e princípios capitalistas arraigados entre os indivíduos.

Por esta razão, é grande a preocupação desta organização com a formação política¹⁶⁰ e continuada de seus integrantes, especialmente com aqueles que estão à frente do processo em acampamentos e assentamentos, e por isso estão mais perto das massas. Através da formação, que no entendimento do MST acontece de maneira combinada entre o estudo teórico e a prática cotidiana nos acampamentos, se pretende despertar naqueles que seguem o Movimento o que este chama de consciência política, entendida como

[...] apropriação de conhecimentos vindos de diferentes áreas, elaboradas a partir de pesquisas científicas, no estudo da filosofia, no desenvolvimento artístico e na experiência forjada nas ações políticas que cada ser social consegue realizar (MST: 2001, p.115).

Desta forma, toda a infra-estrutura do assentamento está também voltada para este fim, desde a construção de casas e espaços coletivos à organização da produção. O convívio comunitário é projetado para que as pessoas estejam mais próximas umas das outras, mas não só isso. A estrutura organizacional da comunidade sem terra é planejada e constantemente avaliada para eliminar gradativamente os vícios capitalistas e produzir novos valores que se contraponham àqueles. Todo este trabalho de formação de uma nova consciência social tem início já durante o acampamento e se intensifica com o planejamento e construção do assentamento. Conforme vemos neste trecho:

Uma mudança real e massiva somente será possível a partir da mudança do modelo econômico. Até lá precisamos voltar a exercitar formas alternativas de organização do assentamento. No momento de planejar os assentamentos, devemos associar e integrar os princípios de: aproximação das moradias com nucleação das famílias deve ser levado em conta no momento de planejar o assentamento; acesso à infra-estrutura básica e social (estradas, energia, água, escola, água etc.) com o estímulo à sociabilidade e cooperação; o melhor uso/conservação dos recursos

¹⁶⁰ A preocupação com a formação política do militante pode ser percebida nessa passagem: “No entanto, o processo de formação completa de um militante de uma organização social é muito mais complexo e abrangente. É certo que os cursos desempenham um papel importante. São neles que o indivíduo pode ter acesso ao conhecimento mais sistematizado e que contribui para sua disciplina coletiva, do debate das idéias com outros companheiros. Mas os cursos são apenas um aspecto complementar. São indispensáveis, mas não são suficientes por si só. (2001, p. 118)

naturais com o desenvolvimento da produção (produção, agroindustrialização, comercialização). (MST, 2005, p.06).

O que se pretende, conforme entendemos, é construir nesses espaços de vivência coletiva uma consciência de classe que permita aos indivíduos refletir sobre sua situação atual e se perceber como sujeitos revolucionários, segundo constatamos nesta passagem:

[...] para que possamos vencer o modelo atual, temos que despertar nossa consciência de classe. É preciso entender o porquê das coisas, enxergar para além das aparências. Entendendo que a consciência só se forma na luta e na participação social, precisamos criar mecanismos para que o aprendizado do povo se fortaleça pela sua própria experiência. Portanto, a produção da semente, as atividades cooperadas ou de ajuda mútua, a tomada de decisões, as mobilizações, entre outros, devem nos livrar do domínio ideológico exercido pelo capital. E este ato deve tornar-se consciente pela práxis libertadora. Por isso a formação político-ideológica deve estar no nosso horizonte como instrumento capaz de alimentar uma ação emancipatória de nossa ação e condição humana (MST, p.2005, p. 05)

Apesar desse esforço, a construção desta consciência social encontra empecilhos já no objetivo da própria luta social travada por este Movimento, que é o do acesso a terra. Já mencionamos essa questão anteriormente, mas é importante ressaltar que, para o MST, a visão que o homem do campo tem sobre a terra é de que ela deve ser apropriada individualmente não apenas para tirar dela seu sustento, mas para posteriormente ser fruto de riqueza através da exploração de outros indivíduos que também não têm acesso a ela. A figura do patrão está, pois, impregnada no imaginário do camponês não como explorador, mas como modelo do homem que venceu a custo de seu trabalho.

Como estratégia para quebrar esta resistência, a organização coletiva da produção é constantemente estimulada, ainda durante o acampamento, com o intuito de fortalecer novas relações sociais e enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado.

Os acampados e assentados são também convidados a participar das decisões da comunidade a que pertencem, através do princípio da direção coletiva. De acordo com o Movimento, o modelo organizacional dos acampamentos e assentamentos já sofreu diversas modificações até que se chegasse ao atual.

De uma complexidade considerável, este método organizativo objetiva envolver a massa o mais fortemente possível, provocando-a para que ela tome as suas próprias decisões e participe da luta por uma outra sociedade. Desta forma, os sujeitos envolvidos tomariam para si os objetivos da organização. Para que isto aconteça, todos os aspectos sociais da vida dos acampados e assentados são compartimentados em setores, existindo assim os setores de

educação, saúde, frente de massa, gênero, finanças, direitos humanos, comunicação e produção.

Cada setor deste é composto por famílias oriundas do núcleo de base ou de moradia. Este, por sua vez, possui de 10 a 15 famílias. Cada núcleo apresenta dois coordenadores¹⁶¹ para compor a coordenação colegiada do acampamento ou assentamento. Estes núcleos são orientados a se reunir periodicamente para discutirem os assuntos pertinentes não só ao acampamento/assentamento, mas de interesse coletivo relacionados à conjuntura nacional. As principais funções são segundo Bogo,

[...] reforçar a unidade entre as pessoas; discutindo ou decidindo sobre os problemas dos seus integrantes e do assentamento ou acampamento e do conjunto do Movimento. Cada núcleo deve possuir dois coordenadores: uma mulher e um homem. O núcleo deve preocupar-se com as diversas dimensões da vida das pessoas, seja na produção, educação, transporte, saúde, cultural, organização, formação, luta, etc. O núcleo é para que as famílias se reúnam sempre na busca de solução desses problemas que afetam a comunidade, a sociedade e os trabalhadores (BOGO, 2006, p.06).

Por sua vez, destes núcleos são eleitos representantes estaduais que acompanharão os trabalhos na base. Estes representantes formarão uma coordenação colegiada de cada Estado, que, por sua vez, integrará a direção nacional. Existe no Movimento uma coordenação nacional e uma direção nacional cujas funções se apresentam de forma distinta. A coordenação preocupa-se com questões estratégicas e táticas do Movimento. Esta instância existe nos três níveis onde o MST atua, ou seja, regional (acampamento/ assentamento), estadual e nacional.

Também assim acontece com a direção. A diferença está na função desempenhada por essa instância, pois ela é o órgão pensante da organização. Neste sentido, vale frisar que, embora o MST defenda a participação e discussão entre aqueles que compõem a sua base, estes não podem assumir posturas contrárias ao Movimento, mesmo as lideranças por Estado não estão autorizadas a assumir posturas que entrem em desacordo com o que ficou estabelecido a nível nacional.¹⁶² Assim, todas as diretrizes e táticas de ação são discutidas pela direção estadual, que se reúne a cada 40 dias¹⁶³

¹⁶¹ Precisamente, um homem e uma mulher.

¹⁶² Esse é uma dos aspectos observados com rigor na formação dos militantes: “E um segundo aspecto é o respeito às deliberações coletivas da organização. Isso também forma o militante. Um sujeito indisciplinado jamais será um militante da organização será apenas um oportunista que seguirá seus interesses pessoais. portanto não contribui para o fortalecimento da organização social a que pertence” (2001, p. 120)

¹⁶³ Segundo o MST, cada direção contém um grupo de estudo que se reúne periodicamente para discutir os problemas conjunturais e internos da organização e assim apontar caminhos e soluções.

Não é nosso interesse aqui estender esta discussão sobre o que o Movimento chama de organicidade. Queremos apenas expor que toda a engenharia organizativa visa envolver todos os trabalhadores nas decisões tomadas. Nesta direção compreende-se que todo o esforço é feito para modificar a consciência social do camponês ou simplesmente daquele trabalhador urbano que se uniu ao MST em busca de um pedaço de terra, pois é ele quem dá sustentação ao Movimento.

Em sendo assim, todos os aspectos da vida desse sujeito social são detalhadamente planejados para proporcionar o amadurecimento desta nova consciência, conforme percebemos abaixo nesta citação da CONCRAB:

Certamente o convívio social mais intenso proporcionado pela aproximação das moradias, a participação na gestão do assentamento vindas pela organização dos núcleos de base e pelas discussões de planejamento e organização da produção, como também a introdução de atividades conjuntas de cooperação rompendo com o trabalho puramente artesanal/familiar, determinará no longo dos anos um ganho significativo na percepção e entendimento do mundo por parte da família assentada, acelerando sua consciência social, abrindo possibilidades para a construção de novos hábitos, condutas e valores. (2000, p.09).

Para que esta formação política seja realizada, a mística¹⁶⁴ funciona como uma celebração motivadora que alimenta os sonhos desses trabalhadores, sobretudo da sociedade socialista que, segundo o MST, estão ajudando a construir. Herança do guerrilheiro Guevara, ela é realizada em reuniões e congressos dos sem-terra onde são utilizados instrumentos e objetos que representam o símbolo da luta pela terra.

Desta forma, estes eventos são realizados com música, gestos, figuras de personalidades que deram sua vida pela revolução, com o intuito de relembrar o sofrimento pelo qual passam os trabalhadores do campo e ao mesmo tempo estimular os indivíduos a buscarem uma sociedade socialista. A realização de uma jornada socialista neste sentido é emblemática, pois visa despertar nos jovens do acampamento e assentamento o interesse pela revolução socialista. Conforme percebemos nesta citação do MST:

Uma jornada socialista é um dia ou determinadas horas em que planejamos refletir, agir, comemorar e confraternizar em algum lugar marcado. Este gesto é para relembrar tudo o que já fizemos e o que falta fazer para emancipar o ser humano, seja da pobreza das coisas materiais ou das misérias intelectuais. Este momento nos faz pensar na sociedade que queremos, e por um instante imaginá-la e construí-la.

¹⁶⁴ “A mística para os Sem-Terra é mais do que uma palavra ou um conceito. É uma condição de vida que se estrutura através das relações entre as pessoas e as coisas no mundo material. Entre as idéias e a utopia no mundo ideal.” (MST, 2001, p.227).

A reflexão coletiva nos leva a pensar em nossa luta e na luta de outros povos. Desta forma fortalecemos os laços de solidariedade entre todos. Esta parada dos afazeres cotidianos possibilita acrescentar em nossa consciência mais conhecimento, mais vigor e ânimo para os nossos propósitos e eliminar da convivência os aspectos menores que dividem e afastam uns dos outros. Chamamos este dia de “jornada socialista” para dar um caráter amplo nos temas e conteúdos da reflexão e também porque o socialismo é nossa esperança. Então passamos um dia inteiro agindo, pensando e nos comportando como se estivéssemos no socialismo (2005, p.51-52).

Todo esse cuidado com a preparação ideológica dos jovens tem o objetivo de formar quadros de militantes, pois, de acordo com o MST, sem a ação destes quadros não há como pensar numa revolução socialista. São estes indivíduos guiados por princípios humanitários que colocam em prática as diretrizes da direção nacional nos acampamentos e assentamentos. São eles também os responsáveis por alimentar a mística nestes espaços coletivos, para não deixarem que a luta dos sem-terra caia no pragmatismo das reformas, entendidas pelo MST como importantes na medida em que promovem um acúmulo de forças, mas insuficientes para atender às reais necessidades dos trabalhadores.

Ainda segundo o Movimento, a luta por reformas políticas faz parte do processo revolucionário, mas não deve permanecer somente neste âmbito. As reformas são importantes à medida que promovam o alcance de direitos sociais fundamentais, como saúde, educação, terra. O perigo consiste em a sociedade contentar-se apenas com as reformas, como acontece hoje com alguns partidos que abandonaram a luta revolucionária.

No entendimento do MST, o abandono da via revolucionária por partidos políticos antes considerados radicais, como o Partido dos Trabalhadores-PT, reflete o que ele chamou de crise ideológica. Nas palavras de Stédile: “Há uma crise política também instalada no país, na sociedade brasileira. De que natureza é esta crise? Há uma crise das práticas políticas dos partidos, em especial os de esquerda - nem vou falar dos da direita porque eles não refletem nem a vontade da classe dominante [...]” (2007, p.09)

Em outro momento ele acrescenta:

[...] O próprio PT que é o partido hegemônico da esquerda, entrou em outra fase de elaboração teórica, porque confundiu acúmulo de forças, com eleger mais vereador, mais deputado, mais governadores. O que tiramos de exemplo daí? Há um desvio ideológico porque se confunde acúmulo de classe com acúmulo de cargos. Aí não há avanços na luta de classes. (2007, p.30)

Em razão disso, para o Movimento, as conquistas políticas devem funcionar como um motivador a mais na busca pelo socialismo e não o fim em si¹⁶⁵. Nas palavras do MST, “um importante momento de acúmulo de forças para o processo maior que se dará com a conquista definitiva do socialismo”. (2001, p.06).

Dá a importância do Movimento em investir na construção de novas relações sociais como parte do processo revolucionário, combatendo de todas as formas o sistema capitalista, tendo, entretanto, consciência de que ele só será extinto no decorrer do processo revolucionário. De acordo com Bogo:

É nesta velha sociedade que se desenvolve o embrião de novas relações de produção, de trabalho e de cooperação. O embrião de novas condutas, com mudanças de hábitos e valores, elevando-se assim o nível da consciência humana em relação ao universo. A partir de nossa intervenção, estamos edificando materialmente nossas intenções de construir uma nova sociedade, mas levaremos uma carga bastante pesada do lixo capitalista que será transformado depois da tomada do poder.(2000, p.48)

Neste ínterim, o MST compreende que essa proposta de edificação da sociedade socialista em seus assentamentos representa um avanço na luta em busca da transformação da sociedade, mesmo com as inúmeras deficiências que constata. Os avanços almejados, comparados ao sonho socialista, também fazem parte da estratégia desta organização que procura alimentar na sua base a utopia da conquista socialista pela modificação das relações entre os indivíduos.

Para tanto, a idéia do homem novo é constantemente invocada através da lembrança de mártires da revolução, conforme já frisamos. O discurso vigente de combater vícios capitalistas faz pensar que a nova sociedade está bem perto de ser alcançada, dependendo mais da mudança dos indivíduos¹⁶⁶ do que das condições objetivas para que ela de fato aconteça.

¹⁶⁵ Esse posicionamento do MST parece claro neste trecho em Stédile comenta a atuação neoliberal do governo Lula já em seu segundo mandato. “A esquerda brasileira está passando por um processo pedagógico e está compreendendo que as mudanças sócias não acontecem pela vontade de um presidente, de um partido, ou de um governo, por mais que seja nosso amigo e que tenhamos ajudado a eleger. A transformação do país acontecerá com a mobilização do povo brasileiro em torno de um projeto de desenvolvimento nacional, que modifique a sociedade brasileira e sustente o crescimento da economia, com criação de empregos, Reforma Agrária, investimentos nos serviços públicos de educação e saúde e distribuição de renda e riqueza. (2007, p.5)

¹⁶⁶ Essa percepção de que no projeto socialista do MST a subjetividade se sobrepõe a objetividade é rebatida por Bogo nessa passagem: É desta forma que a subjetividade vai adquirindo importância e se desenvolvendo como a vontade, indignação, organização e consciência, de acordo com as condições objetivas encontradas na realidade, como a exploração, a fome, miséria e crimes... Sem criatividade não há revolução. Neste momento, as duas condições tanto subjetivas quanto objetivas, se unem em uma só objetividade, ou seja, tudo tem que tonar-se objetivo, estar em condições de realização Bogo (2000, p.34)

Apesar de todo esse empenho, o MST não admite oficialmente o papel de vanguarda revolucionária, conforme poderíamos supor num primeiro momento. Segundo esta organização, tal tarefa cabe a um partido verdadeiramente de esquerda, que assuma para si este papel. Embora procure mobilizar seus adeptos a lutarem juntos por esta nova sociedade, conseguindo também abranger outros setores da esquerda, o MST reconhece sua limitação enquanto movimento social que reivindica a reforma agrária e sabe que ela é possível de acontecer em um sistema capitalista. Tal qual percebemos nesta passagem de Bogo:

Temos uma análise muito madura sobre estas circunstâncias e a existência do MST. Somos uma força política importante e ao mesmo tempo limitada. Nosso objetivo é lutar pela reforma agrária, embora saibamos que ela somente se realizará na totalidade em um sistema, mas nem por isso, como movimento social, temos a pretensão de impulsionar sozinhos a construção desta grande obra, a revolução política, pois demanda muito mais força e muito mais representatividade. Mas o importante não é reconhecer a fraqueza mas descobrir como ampliar forças (2001, p.61).

Neste sentido, o movimento entende que o a principal tarefa da esquerda brasileira hoje¹⁶⁷ é fazer reacender o movimento popular, onde segundo Stédile:

[...] parte de um processo de ampla mobilização de massas, ou seja, é a classe em movimento, disputando seu projeto. Isso nós sabemos, mas como fazê-lo? Não depende da vontade dos dirigentes. São fatores psicossociais, quando a classe se indigna, como fizeram as mulheres da Revolução Russa. [...](2007,p.30)

Embora julgue o momento político anti-revolucionário ou pelo menos não o bastante para desencadear uma insurreição como a que ocorreu na revolução russa, o líder do MST acredita que esse ressurgimento do movimento popular pode ocorrer sem que haja previsibilidade, nas palavras de Stédile:

[...] Mas no Brasil há no mínimo 120, 150 milhões de brasileiros que não têm claro para onde ir e não tem as suas necessidades básicas atendidas. Isso é uma massa enorme que, numa hora dessas, vai dar um estalo. E falo isso não por idealismo, pela vontade que temos de que essas massas se levantem, mas porque, analisando a história do Brasil e analisando a história da luta de classes, no mundo inteiro, há momentos na vida dos povos em que acontecem esses estalos, em que as massas se movem quando se achava que elas já estavam derrotadas por um longo período. O Brasil é uma sociedade gigantesca, são mais de 100 milhões de pobres. Quando esses 100 milhões se moverem para algum lado, será um tsunami na política. E é essa nossa esperança, aí vai ser o reacenso.

¹⁶⁷ Representada por todos os segmentos de oposição a ordem vigente: partidos, sindicatos, movimentos sociais, associações, etc.

Assim, para o MST, o socialismo será um sistema social distinto do atual modo de produção que terá como consequência fundamental uma nova humanidade, com princípios e valores radicalmente distintos dos que conhecemos.

Para que ela venha se tornar realidade será necessário criar suas bases ainda no sistema capitalista, com a promoção de novas relações sociais advindas de um modo de produzir coletivo.

Por sua vez, essas novas relações sociais forjariam já nesta ordem societária, o embrião do homem novo, com consciência política e revolucionária e disposto a lutar pela construção de um mundo melhor.

Esse processo seria uma preparação para o momento revolucionário que viria com a tomada do poder político pela classe trabalhadora e a consequente derrota da classe dominante. Desta forma, tal como ocorrera na revolução russa, a subjetividade regeria o processo revolucionário de construção do socialismo e destruição do capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo que fizemos sobre a concepção de socialismo do MST, partimos do pressuposto que a teoria marxiana é hoje a perspectiva mais adequada para explicar a realidade social. Esta premissa torna-se especialmente importante, quando intentamos através de um processo investigativo apreender parte desta realidade representada por um determinado objeto de pesquisa, fato somente possível, segundo Marx, através da articulação deste momento com a totalidade social.

No caso do MST especificamente, tornou-se necessário buscar compreender o solo social que lhe deu origem, ou seja, o nascedouro da questão agrária brasileira, extremamente entrelaçada com a formação social, política e econômica de nosso país.

Oriundo de um momento político conflitante, o MST nasce, assim, em 1984 com a principal tarefa de representar frente ao Estado o que Martins (1986) chamou de “pobres da terra”, e vem se constituindo como principal força contestatória da ordem social no Brasil, conforme afirmam estudiosos como Parreira (2006)

Entretanto, os objetivos do MST, não estão só, conforme percebemos no texto, centrados na busca pela reforma agrária, mas na construção de uma sociedade socialista. Relembremos brevemente essa questão:

Segundo o MST, para que a sociedade socialista venha se tornar realidade é necessário criar suas bases ainda no sistema capitalista, com a promoção de novas relações sociais advindas de um modo de produzir coletivo.

Essas novas relações sociais criariam ainda nesta ordem societária, o começo do homem novo, com consciência política revolucionária e disposto a lutar pela construção de um mundo melhor. Tal processo seria uma preparação para o momento revolucionário que viria com a tomada do poder político pela classe trabalhadora e a conseqüente derrota da classe dominante.

Parece-nos razoável afirmar que há nessa concepção de socialismo do MST um deslocamento do eixo da centralidade do trabalho para a centralidade da política, uma vez que o Movimento atribui ao Estado a responsabilidade pela condução do processo revolucionário.

Esse deslocamento torna-se mais evidente na medida em que tal como a maior parte da esquerda, o Movimento entende que a revolução russa teria dado vida aos pressupostos marxianos de construção do socialismo.

Para o MST, o Estado que se constituiu naquele país representa o que Marx chamou de ditadura do proletariado, ou o governo dos trabalhadores. Conseqüentemente todas as medidas

adotadas pelos bolcheviques, tais como: construção de um planejamento centralizado para economia, nacionalização dos bancos, transformação da propriedade privada em social e implantação de um regime cooperativista de produção sob o regime da vanguarda revolucionária fazem parte do que o Movimento considera como caminho revolucionário rumo ao socialismo maduro¹⁶⁸ (entenda-se comunismo).

Na há no pensamento do MST conforme já dissemos, a centralidade que Marx atribui ao trabalho associado. O eixo da revolução estaria no desenvolvimento de novas relações sociais provocadas pelo modo de produzir cooperativo, conforme afirmamos anteriormente.

Essa constatação nos faz concluir que há no pensamento do MST uma ênfase maior dada à perspectiva da subjetividade, já que o Movimento entende que novas relações sociais provocariam o surgimento do homem socialista ainda dentro desta ordem social.

Ao nosso ver, esse entendimento do MST parte de uma interpretação equivocada da obra marxiana, já que para Marx não é a subjetividade que tem soberania sobre o processo revolucionário, tampouco a objetividade faria por si só emergir a situação revolucionária que culminaria no socialismo. Em Marx, (em termos ontológicos), subjetividade e objetividade, são dois momentos de igual dimensão, sendo a objetividade reconhecida como determinante num processo revolucionário.

Marx é incisivo nesta questão. Para ele o socialismo não pode ocorrer sem que estejam postas todas as condições objetivas¹⁶⁹ para que a sociedade socialista venha a se tornar realidade.

Na ideologia alemã, ele nos alerta sobre as circunstâncias que dão início a uma subversão revolucionária. Segundo Marx (1971), é necessário que haja além do pleno desenvolvimento das forças produtivas existentes, a constituição de uma massa revolucionária que se revolte contra a as condições particulares da sociedade vigente e do modo de produção sobre a qual esta sociedade está fundamentada.

Desta forma, concordando com o pensamento de Tonet (2005) entendemos que acreditar na possibilidade da edificação do socialismo dentro de circunstâncias distintas daquelas apregoadas pelo filósofo marxiano é uma expressão de idealismo, porque atribui à subjetividade uma tarefa que ela não pode realizar.

Neste sentido, compreendemos que não há como transformar a essência humana numa sociedade regida pelo interesse particular. Enquanto, a humanidade estiver sendo conduzida

¹⁶⁸ O MST entende que o socialismo é a fase de transição que levaria a humanidade ao comunismo.

¹⁶⁹ Por condições objetivas entendemos um campo de possibilidades no qual a alternativa pretendida está posta com condições reais de efetivar-se.

por esse sistema, será sempre a lógica capitalista que se sobreporá, por mais nobre que seja a intenção revolucionária.

Isto não quer dizer que as ações políticas empreendidas nesta sociedade para a supressão do capital percam seu valor. No processo de luta, subjetividade e objetividade sofrem transformações de extrema importância para o intento revolucionário. Entretanto, isto não implica afirmar que as mudanças alcançadas possam forjar ainda nesta ordem societária indivíduos socialistas, tal como pretende o MST.

Este impedimento ocorre basicamente porque a sociedade está alicerçada num sistema social que separa o trabalhador dos meios de produção, fazendo com que ele não se reconheça no fruto de seu trabalho. A riqueza produzida com o uso da mão-de-obra alienada é apropriada por uma parcela da humanidade que detém em suas mãos além dos meios de produção, o controle ideológico e político da sociedade.

Contribui para este controle, uma concepção de mundo que supervaloriza a subjetividade dos sujeitos desde que ela não se constitua em ameaça para a ordem social posta.

Em sendo assim, compreendemos que o desvelamento desta realidade fetichizada pelo capital, passa, necessariamente, pela apropriação dos pressupostos marxianos de análise do real. Sem esta compreensão crítica, todas as tentativas de destruição desta ordem societária e construção de uma outra, efetivamente emancipada, estarão fadadas ao fracasso.

É preciso, porém buscar o entendimento da obra marxiana, procurando ver nela a centralidade que Marx sempre atribuiu ao trabalho, entendido por ele como ato fundante do ser social.

Diante do que foi exposto, concluímos que a concepção de socialismo do MST é reflexo de uma interpretação da realidade social na qual a subjetividade tem primazia sob a objetividade o que faz com que o Movimento acredite que o Estado possa realizar as mudanças estruturais necessárias que conduza a humanidade à sociedade emancipada.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C.S. **O MST mostra que a meta é a tomada do poder.** O Estado de S. Paulo, 20-22 de junho de 1999. Disponível em: < www.google.com.br>. Acesso em: 20 mai. 2006.

ASSEMBLÉIA avança na construção de um projeto popular. Disponível em:< www.mst.org.br > Acesso em: 30 mar. 2006.

AZAMBUJA, S. I. C. **O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra: um pequeno enfoque.** Disponível em: < www.google.com.br > Acesso em: 20 mai. 2006.

AZEVEDO, S.E. **A luta pela Terra, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: breves comentários.** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe. mimeografado, 2004.

AZEVEDO, F.A. **As ligas camponesas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BENJAMIN, C. **A Necessária Retomada do Tema da Transição.** In: Benjamin (org.). **Marx e o Socialismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOGO, A. **O MST e a cultura:** Caderno de Formação, nº 34. São Paulo: Setor de Formação do MST, 2000.

BOGO, A. **O vigor da mística.** Caderno de Cultura, nº 2. São Paulo: MST, 2002.

BOGO, A. **A organicidade como parte da cultura.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 13 p. mimeografado, 2003.

BOGO, A. (org.) **Teoria da Organização Política: Escritos de Engels-Marx-Lênin- Rosa-Mao.** São Paulo: Expressão Popular, 2005

BOGO, A. **A militância do século 21.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. São Paulo, 6 p. mimeografado, 2005a.

BOGO, A. **Arquitetos de Sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOGO, A. **Novo Ascenso na Organização da Cooperação.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Bahia, 22 p, mimeografado, 1999.

BOGO, A. **A formação ideológica dos Camponeses.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Bahia, 13 p, mimeografado, 1998.

_____,A. **A cooperação coletiva na produção e seus desafios.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Bahia, 10 p, mimeografado, 1994.

_____, A. **A cooperação no MST.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Bahia, 20 p, mimeografado, 2006

_____, A. **A organicidade como parte da cultura.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Bahia, 22 p, mimeografado, 1999.

BORGIANNI, E. **Sobre a diferença entre objetivação e alienação em Marx.** Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XIX, n.56, p.189-193, mar. 1998.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CAIO, P. Jr. **A revolução brasileira.** 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CAIO, P. JR. **A questão agrária.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

CHASIN, J. **O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.** São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CHRISTOFFOLI, P.I. A constituição e desenvolvimento de formas coletivas de organização e gestão do trabalho em assentamentos de Reforma Agrária. **Caderno de Cooperação Agrícola**, São Paulo, nº 11, 2004.

COLETTI. C. **Ascensão e refluxo do MST e a luta pela terra na década neoliberal.** Dossiê: Neoliberalismo e lutas sociais no Brasil. Disponível em: < www.google.com.br> Acesso em: 12 jun. 2007.

CONCRAB. **O que levar em conta para a organização do Assentamento: a discussão no acampamento.** 18 p. mimeografado, 2000.

CONCRAB. **O cooperativismo no pensamento marxista.** Caderno de Experiências Históricas da Cooperação, São Paulo, nº 2, 2000.

CONCRAB. **A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter.** Caderno de cooperação agrícola, São Paulo: Peres, nº 06. 1998.

CONSULTA POPULAR. **Trabalho de base.** São Paulo, Cartilha nº 04, 2005.

ENTREVISTAS analisam a crise do país: Disponível em: <www.mst.org.br> Acesso em: 03 de ago. 2006.

ESTIMULAR as lutas sociais e construir um novo projeto para o país. Disponível em: <www.mst.org.br> Acesso em: 03 de jul. 2007.

FALCON, F; MOURA, G. **A formação do mundo contemporâneo.** 20 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

FERNANDES, B.M; **20 anos do MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula.** São Paulo. Disponível em: <www.google.com.br> Acesso em: 20 maio. 2006.

_____, B. M. **Gênese e desenvolvimento do MST.** Caderno de formação nº30. São Paulo, Setor de formação, 1998.

GONÇALVES, C.W. P. **A Nova Questão Agrária e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST,** 2005. Disponível em: <www.acaoterra.org> Acesso: 25 Mar. 2007.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci.** 14ed. Porto Alegre: LPM, 1996.

GUZMAN, E. S; MOLINA, G. de M. **Sobre a Evolução do conceito de campesinato.** 3ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HARNECKER, M. **Os desafios da esquerda latino-americana.** São Paulo: Expressão Popular, 2002.

LAZZARETTI, M. A. **A produção da ação coletiva no MST: Relações de poder e subjetividade.** João Pessoa: UFPB, 2007. Tese de Doutorado, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

LESSA, S; TONET, I; **Introdução à filosofia de Marx.** Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 73 p. Mimeografado, [s/d].

LESSA, S. **Crítica ao praticismo “revolucionário”.** São Paulo: Práxis, v. 04, n.95, p.35-64 julho, 1995.

_____, S. **Comunismo: do que se trata?** Disponível em: < www.sergiolessa.com > Acesso em: 30 dez. 2007.

LÊNIN, V.L. **O Estado e a Revolução.** São Paulo: Hucitec, 1978.

LOUREIRO, M. I. **Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST.** Revista Crítica Marxista, São Paulo, n.26, p.101-116, 2008.

LOWY, M. **O pensamento de Che Guevara.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político,** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, J. S. **Reforma Agrária: O impossível diálogo.** São Paulo: Edusp, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista;** prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção: Os Pensadores. 4ªed, v.1, São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, K. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____K. **O Capital. Livro primeiro**. São Paulo: Nova Cultural, v. I, 1996.

_____K. **Capítulo VI (Inédito) de O capital**. – São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____K. **A guerra civil em França**, s.L: s.n,1971.

_____K. **A questão Judaica: Moraes**, 2ª ed. São Paulo, 1991.

_____K. **Crítica ao Programa de Gotha**. Disponível, em: <site/livros_grátis/gotha.htm> (2001) Acesso em: 18 de setem. de 2008.

_____K. **O dezoito Brumário** de Luis Bonaparte. Disponível em: <site/livros_grátis/gotha.htm> (2001) Acesso em: 18 de setem. de 2008.

MAZZEO, A. C. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da Autocracia Burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MAZZEO, A. C. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, C. S. **Elementos Sobre a Teoria da organização no Campo**. São Paulo, 1986.

MALAGODI, E. **Marx e os Camponeses Russos**. *Raízes*. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v.24, n. 1 e 2, p.104-109, jan.-dez. 2005

MÉSZÁROS, I. **O século XXI socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **O MST: A luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil**. Documentos Básicos. Setor de Formação. São Paulo, 72 p. 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Construindo o Caminho**. São Paulo, 2001

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo, 23p. mimeo, 1989

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **A Crise das cooperativas de produção**. Banhia, 25p. mimeo, 1995

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Estratégia para os assentamentos no contexto atual da luta de classes**, São Paulo, 10 p. mimeo, 2000

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Elementos para estratégia de desenvolvimento sustentável nos assentamentos de Reforma Agrária no Brasil**, São Paulo, 10 p. mimeo, 2001

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Educação no MST Balanço 20anos**. Boletim da educação. São Paulo, 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA- **A organicidade e a composição das instâncias diretivas (reflexões e recomendações)**. São Paulo, 9 p. mimeografado, 2003

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Nossa Política para os Assentamentos: A sociedade que queremos**. São Paulo, 30 p. mimeografado, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Balanço Político da Cooperação no MST: Caminho percorrido e seus limites**. Bahia, 10p. mimeo, 2006

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Os Assentamentos no Centro de Nossas Ações**. Setor de Produção e meio ambiente: São Paulo, 15p. mimeo, 2006

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **O Funcionamento das Brigadas do MST**, Setor de formação. São Paulo, 62 p., 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Caracterização da atual Fase da Agricultura Brasileira: Situação e Perspectivas das Diferentes Classes Sociais do Campo**. São Paulo, 13 p. mimeografado, 2003.

NASCIMENTO, A. **A Via Democrática para o Socialismo na Obra de Carlos Nelson Coutinho**. Recife/Maceió; UFPE/UFAL, 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco e Departamento de Serviço Social /Universidade Federal de Alagoas, 2003.

NASCIMENTO, S. L. **A concepção de Socialismo em Lênin: Da centralidade do Trabalho A Centralidade da Política**. Maceió: UFAL, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Centro de Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Alagoas, 2005.

NAVARRO, Z. **Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem terra no Brasil**. In: Santos, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

NAVARRO, Z. **O MST e a canonização da ação coletiva (resposta ao artigo de Horácio Martins de Carvalho)**. Disponível em: <www.ces.uc.pt>. Acesso em: 24 jun. 2007.

NETTO, J. P. **O Método em Marx**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 250 p. Mimeografado 1999.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica/Serviço Social, v.1, São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, A; MARTINS, H. **Agricultura brasileira: Tendências e perspectivas e Correlação de forças sócias**. São Paulo: Via Campesina – Brasil. 2004.

OLIVEIRA, J.P: O desafio estartégico do trabalho em cooperação na luta contra o neoliberalismo. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 12 de novembro de 2006

OLIVEIRA, M. A. A Filosofia na crise da modernidade. São Paulo: Loyola, 1989, p.16-19. In: REALE, M. **Introdução à filosofia**. 2.ed., São Paulo: Saraiva, p. 35-39, 1989.

O LEGADO de Guevara. Jornada de solidariedade e de trabalho voluntário. São Paulo: Marxprint, 2005

PEREZ. M. M. **Che Guevara: Contribuição ao Pensamento Revolucionário**, São Paulo: Expressão Popular, 2001

POR um projeto de desenvolvimento nacional, popular e democrático: Disponível em www.mst.org.br. Acesso em 30 de março de 2006.

PEREIRA, J. M.M. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <www.google.com.br> Acesso em: 24 mai. 2006.

PETRAS, J. **Contribuições para entender a política revolucionária hoje**. Revista Novos Rumos, São Paulo, ano 17, n. 38, p.15-37, 2002.

PESCHANSKI, J. A . **A construção do socialismo sem-terra**. Revista Margem Esquerda Ensaios marxistas, São Paulo: Boitempo, n.11, p. 121-128, maio, 2008.

ROMEIRO, R.A. **“Reforma agrária e distribuição de renda”**. In: Stédile (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2002.

RODRIGUES, A. B. Particularidade e objetivação do Capitalismo. In: **Ensaio** ano IV, nº 8, 1980.

RONALD, R. **Revolução Democrática ou Revolução Socialista?** Crítica Marxista. Disponível em www.google.com.br. Acesso em 30 agosto de 2007.

SADER, E. **A teoria leninista de organização**. Margem Esquerda Ensaios Marxistas: São Paulo, v. 4, p.23-27, abril de 2006.

_____, E. **A cara do governo Lula**. Disponível em www.google.com.br. Acesso em: 20 de julho de 2007 de julho de 2007.

SANTOS, R. **Questão Agrária e Política**: autores pecebistas, organização e estudo introdutório. Rio de Janeiro: Edur, 1996

SILVA, José Graziano. **O Que é Questão Agrária**, São Paulo: Brasiliense, 16º ed, 1990.

SILVA, Elaine N. da & SANTOS, Franqueline T. dos. **A Reconstrução da Democracia e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Trabalho de Conclusão de Curso.** Universidade Federal de Alagoas, 2002.

SILVA, Elaine Nunes & BEZERRA, Cássia de Castro. Relatório Científico Parcial 2002-2003. Estudo dos Aspectos Organizativos Internos e da Motivação dos Assentados para a Efetivação da Reforma Agrária no Assentamento Massangana – AL. FAPEAL, UFAL, 2003.

SILVERA, M. L. S. **Algumas notas sobre a temática da subjetividade no âmbito do marxismo.** Outubro.Nº 7, 2002. Disponível em www.google.com.br . Acesso em 12 de dezembro de 2007

SOUZA, S. M. **MST: Reafirmando a Centralidade do Trabalho para Construção de uma Nova Sociabilidade.** Disponível em www.google.com.br. Acesso em 30 de setembro de 2005.

SAMPAIO, P. A. **As transformações necessárias.** In: Ofm (org.). **Os novos desafios da agricultura camponesa.** [s/l], [s.n], 2003.

SILVA, A . O . **Concepção de partido em Rosa Luxemburgo.** In: Revista Margem Esquerda, Ensaio marxistas, São Paulo: Boitempo, n.11, p. 121-128, maio, 2008

STEDILE, J. P. **A luta pela reforma agrária e a produção de conhecimento.** In: II Seminário Nacional O MST e a Pesquisa, Veranópolis, 2007.

STÉDILE, J.P; FERNANDES, B.M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, J.P. **latifúndio: O Pecado Agrário Brasileiro.** MST: Caderno de formação. São Paulo, nº 33, 2000.

STÉDILE, J. P. **Programa de Reforma Agrária.** Caderno de Formação, São Paulo: Expressão Popular, nº 30, 2001.

STÉDILE, J. P. **A reforma agrária que precisamos.** São Paulo: Secretaria Nacional, 2003.

STÉDILE, J. P. **A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil.** Setor de Formação, 2005.

STÉDILE, J. P. **MST um caminho para a liberdade?** Novos Rumos, São Paulo, ano 15, nº 32. Disponível em: <www.institutoastrojildopereira.org.br/novosrumos/artigo> Acesso em: 30 maio. 2007.

_____ **Novo Modelo para a reforma agrária.** Disponível em: <www.mst.org.br> . Acesso em 10 de outubro de 2008

TONET, I; NASCIMENTO, A; **Descaminhos da Esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política.** Disponível em: <www.geocities.com/ivotonet> Acesso em: 02 out. 2006.

TONET, Ivo. **Democracia ou Liberdade?** Maceió: Edufal, 1997.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Marx e a política: Prefácio ao Glosas Críticas ...de Marx.** In: **Práxis**, nº 5, 1995.

TONET, I. **Sobre o socialismo.** Curitiba: HD, 2002.

TONET, I. **Marx e a centralidade do Trabalho.** Disponível em www.geocities.com/ivotonet . Acesso em 10 de julho de 2006.

_____ **Marxismo para o século XXI.** Disponível em www.geocities.com/ivotonet . Acesso em 10 de julho de 2006.

_____ **Recomeçar com Marx.** Disponível em www.geocities.com/ivotonet . Acesso em 10 de julho de 2006

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis.** 1ed. São Paulo:Expressão Popular, 2007.

WEINBERG, M. **Madraçais do MST.** *Revista Veja*, São Paulo,08 de setembro de 2004.

WOOD, E.M. **As origens agrárias do capitalismo.** Disponível em www.google.com.br. Acesso em 30 de setembro de 2005